



**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Rita Oleastro Loureiro Sandinha Serra

**Efeitos da Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador nos  
Contratos de Trabalho  
A Proteção dos Créditos Laborais**

Coimbra, Novembro de 2018

Os Efeitos da Declaração de Insolvência do Empregador nos Contratos de Trabalho – A Proteção dos Créditos Laborais

ISCAC | 2018 Rita Oleastro Loureiro Sandinha Serra





**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Rita Oleastro Loureiro Sandinha Serra

Efeitos da Sentença de Declaração de Insolvência do  
Empregador nos Contratos de Trabalho  
A Proteção dos Créditos Laborais

Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitadoria, Especialização em Solicitadoria de Empresa**, realizada sob a orientação da Senhora Professora Doutora Rita Gonçalves Ferreira da Silva.

Coimbra, Novembro de 2018

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de Ensino Superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## AGRADECIMENTOS

O período de escrita de uma dissertação jurídica é um tempo de reflexão, autoconhecimento, discussão e entendimento, na procura dos melhores enquadramentos e das melhores soluções.

Esta dissertação, em particular, é o resultado de muitas horas de trabalho, de reflexão e de pesquisa, cuja valia coloco agora nas mãos do leitor.

Mas, sozinhos valem seguramente menos.

E quero aproveitar o ensejo para agradecer a todas as pessoas que contribuíram para este meu percurso pessoal e profissional, nomeadamente:

- À minha orientadora, a Senhora Professora Doutora Rita Gonçalves Ferreira da Silva. Primeiramente por ter aceite ser minha orientadora. Depois, pelo cuidado, paciência, por todo o conhecimento transmitido ao longo destes meses. Finalmente, por ter estado sempre presente, interessada e disponível na concretização desta dissertação;

- À minha família, por me ter apoiado e motivado, por me incentivar a lutar pelos meus objetivos, e por acreditar em mim e nas minhas capacidades;

- A todos os professores, que me ensinaram muito do que sei hoje;

- A todos os meus amigos, por todo o companheirismo, apoio, carinho e amizade, nesta minha caminhada.

- Finalmente, um agradecimento a cada um de vós que ler esta dissertação, na expectativa de que este trabalho, esforço e dedicação não tenha sido em vão.

*«O êxito da vida não se mede pelo caminho que se conquistou, mas sim pelas dificuldades que se superaram no caminho», (Abraham Lincoln).*

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo a análise da declaração judicial de insolvência no que diz respeito, quer aos efeitos que pode produzir na esfera jurídica do trabalhador designadamente quanto aos contratos vigentes, quer quanto à tutela legal dos créditos laborais afetados por tal declaração.

Este trabalho inicia-se com o enquadramento jurídico do conceito de insolvência e do respetivo processo judicial, em que faremos menção às alterações legislativas ocorridas no âmbito do Direito da Insolvência que consideramos relevantes.

Abordaremos ainda, de forma sumária, a empresa enquanto entidade empregadora, e o contrato de trabalho, para além das várias hipóteses quanto ao futuro da empresa insolvente (manutenção, encerramento e transmissão) e o papel dos vários intervenientes (os trabalhadores, a comissão de trabalhadores, a assembleia de credores, entre outros).

Ulteriormente, iremos expor a temática dos efeitos da declaração de insolvência nos contratos de trabalho vigentes na empresa insolvente, quer na ótica do empregador, quer na ótica do trabalhador.

Por último, desenvolveremos a temática dos créditos da insolvência, analisando algumas das questões doutrinárias e jurisprudenciais que nos parecem mais relevantes (v.g., natureza das dívidas e o regime de pagamento dos créditos laborais), bem como a análise dos privilégios creditórios e do FGS e o seu âmbito de atuação na insolvência.

Palavras-chave: sentença de declaração de insolvência, contrato de trabalho, créditos da insolvência, créditos laborais, privilégios creditórios e Fundo de Garantia Salarial.

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to analyze the judicial declaration of insolvency with respect to both the effects it may produce in the legal sphere of the worker, in particular, in relation to the contracts in force, and the legal protection of labor claims affected by such declaration.

This work begins with the legal framework of the concept of insolvency and its judicial process, in which we will mention the legislative changes that have occurred in the scope of the Insolvency Law that we consider relevant.

We will also briefly cover the company as an employer, and the employment contract, in addition to the various assumptions about the future of the insolvent company (maintenance, closure and transmission) and the role of the various stakeholders (workers, the workers' committee, the assembly of creditors, among others).

Subsequently, we will present the theme of the effects of the declaration of insolvency on the employment contracts in force in the insolvent company, both from the perspective of the employer and the perspective of the worker.

Finally, we will develop the subject of insolvency credits, analyzing some of the most relevant doctrinal and jurisprudential issues (nature of debts and the system of payment of labor credits), as well as the analysis of credit privileges and the Wage Guarantee Fund and its scope of action in insolvency.

**Keywords:** sentence of insolvency declaration, labor contract, insolvency credits, labor credits, credit privileges and Wage Guarantee Fund.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – A INSOLVÊNCIA.....	3
1. Conceito de insolvência .....	3
2. Processo de insolvência .....	5
CAPÍTULO II – A EMPRESA E A INSOLVÊNCIA .....	10
1. Empresa: entidade empregadora.....	10
2. A empresa insolvente.....	18
2.1. Manutenção da empresa .....	18
2.2. Encerramento da empresa .....	19
2.3. Transmissão da empresa .....	20
3. A participação dos trabalhadores no processo de insolvência.....	20
CAPÍTULO III - OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA: O DESTINO DOS CONTRATOS DE TRABALHO VIGENTES NA EMPRESA INSOLVENTE.....	25
1. A sentença da declaração de insolvência e a assembleia de credores (breves notas) ..	25
2. Os efeitos em caso de insolvência do empregador .....	29
2.1. Regime jurídico aplicável .....	29
2.2. Efeitos em caso de manutenção da empresa .....	33
2.2.1. <i>Cessação de contratos de trabalho de trabalhadores não indispensáveis ao funcionamento da empresa</i> .....	35
2.2.2. <i>Contratação de novos trabalhadores</i> .....	39
2.3. Efeitos em caso de encerramento da empresa.....	43
2.4. Efeitos em caso de transmissão da empresa.....	46
3. Os efeitos em caso de insolvência do trabalhador .....	52
CAPÍTULO IV – A CLASSIFICAÇÃO E A GRADUAÇÃO DOS CRÉDITOS DA INSOLVÊNCIA.....	54
1.Os créditos da insolvência .....	54



1.1. Dívidas da massa insolvente .....	55
1.2. Créditos sobre a insolvência.....	56
2. Os créditos laborais.....	64
2.1. Os créditos remuneratórios .....	65
2.2. Os créditos indemnizatórios ou compensatórios.....	66
CAPÍTULO V – A TUTELA DOS CRÉDITOS DOS TRABALHADORES NA INSOLVÊNCIA.....	72
1. Os privilégios creditórios.....	72
1.1. O privilégio mobiliário geral dos trabalhadores.....	74
1.2. O privilégio imobiliário especial dos trabalhadores.....	75
2. O fundo de garantia salarial .....	80
2.1. O regime jurídico .....	81
2.2. A sub-rogação de créditos na insolvência.....	85
CONCLUSÃO .....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	95

## **ABREVIATURAS**

Ac. - Acórdão

Al(s) – alínea(s)

Art.º - Artigo

Arts. – Artigos

AUJ – Acórdão de Uniformização de Jurisprudência

CC – Código Civil

CCom – Código Comercial

CEE – Comunidade Económica Europeia

Cfr. - Confrontar

CIRC – Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRE - Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CIRS – Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Cit. – Citada(o)

CPC – Código de Processo Civil

CPEREF - Código de Processos Especiais de Recuperação da Empresa e Falência

CRBM - Código do Registo de Bens Móveis

CRCSS - Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

CRP – Constituição da República Portuguesa

CRPred – Código de Registo Predial

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CT – Código do Trabalho

DL – Decreto-Lei

Dr(a). – Doutor(a)

ET – *Estatuto de los Trabajadores*

Etc. – *Et Cetera*

FGS – Fundo de Garantia Salarial

FOGASA – *Fondo de Garantía Salarial*

IAPMEI, I.P. - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IBAN - *International Bank Account Number*

JO – Jornal Oficial da União Europeia

LCT – Lei do Contrato de Trabalho

Lda. - Limitada

LECT – Lei Especial do Código do Trabalho

LSA – Lei dos Salários em Atraso

N.º - Número

NRFGS – Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial

Ob. – Obra

PEPAP – Processo Especial Para Acordos de Pagamentos

PER – Processo Especial de Revitalização

PP. – Página(s)

RCT – Regulamento do Contrato de Trabalho

SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

SS. – Seguintes

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TCAS - Tribunal Central Administrativo do Sul

TC – Tribunal Constitucional

TJE – Tribunal de Justiça Europeu

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

U.C. – Universidade de Coimbra

V.g. - *Verbi Gratia* (Por Exemplo)

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação enquadra-se no âmbito da parte não letiva do mestrado, incluída no plano curricular do curso de Mestrado em Solicitadoria, Especialização em Solicitadoria da Empresa, ministrado nesta Escola.

O tema em análise, “Efeitos da Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador nos Contratos de Trabalho - A Proteção dos Créditos Laborais”, foi escolhido por ser uma das matérias que considerámos mais interessantes no curso, tendo sido lecionada nas unidades curriculares de Direito e Processo do Trabalho e Direito da Insolvência, mas também por se tratar de uma temática muito atual, uma vez que, por causa da crise económica ocorrida no passado recente em Portugal, as insolvências foram aumentando (até 2015<sup>1</sup>), tendo, daí em diante, diminuído gradualmente, derivado, muito provavelmente, da melhoria progressiva da economia portuguesa.

Deste modo, consideramos que o tema reveste muita importância na aplicação prática do Direito da Insolvência e do Direito do Trabalho, motivo pelo qual entendemos ser essencial analisarmos os problemas suscitados e procurarmos respostas, designadamente em matéria dos efeitos nos contratos de trabalho em vigor à data da prolação da sentença de declaração de insolvência do empregador.

Iniciaremos esta dissertação com a comparação do conceito de insolvência com o conceito de quebra e falência, fazendo menção às alterações legislativas ocorridas no âmbito do Direito da Insolvência que consideramos relevantes e analisaremos o respetivo processo judicial, finalidade, características e respetiva tramitação.

Referiremos também o papel de alguns intervenientes do processo, como é o caso dos trabalhadores, da comissão de trabalhadores e da assembleia de credores.

Aproveitaremos para examinar, ainda que de forma necessariamente breve, a noção da empresa nos vários ramos do Direito (Direito Comercial, Direito da

---

<sup>1</sup> Segundo o Observatório Raciús, em 2014 existiram 9227 pessoas coletivas em processo de insolvência ou de revitalização. Em 2015 existiram 9927. Não obstante, em 2016 notou-se um leve decréscimo, tendo existido 9498. Em 2017, contabilizaram-se 8299 e, no ano corrente, até ao presente mês, contabilizaram-se 7761 – cfr. Observatório Raciús – Estatísticas Sobre Mundo Empresarial em Portugal in <https://www.racius.com/observatorio>, acedido e consultado em 27-11-2018. Cfr. Conceição, Ana Filipa, “Disposições Específicas da Insolvência de Pessoas Singulares no Código da Insolvência e Recuperação de Empresas” in I Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 29 e 30. Na nossa opinião, a partir de 2016, notou-se uma diminuição gradual do número de insolvências, derivado, muito provavelmente, à melhoria da economia portuguesa.

Insolvência e Direito do Trabalho) e consideraremos as várias hipóteses quanto ao futuro da empresa insolvente: sua manutenção, encerramento e transmissão.

Enunciaremos a temática do contrato de trabalho, no que diz respeito ao conceito, elementos e características, e iremos distingui-lo do contrato de prestação de serviços.

Averiguaremos qual o destino dos contratos de trabalho existentes, quais os principais efeitos na esfera jurídica do trabalhador e bem assim qual a tutela dos interesses dos trabalhadores na insolvência, incluindo a proteção dos seus créditos laborais.

Isto porque a insolvência de uma empresa tem uma enorme repercussão na vida dos trabalhadores, em todas as suas dimensões, nomeadamente pondo em causa a continuação, de forma estável, dos seus rendimentos provenientes do trabalho dependente, podendo o trabalhador ter interesses contrapostos ou mesmo contraditórios, desejando, por um lado, a manutenção do seu posto de trabalho e, por outro, a rápida satisfação dos seus créditos, uma vez que, no processo de insolvência, pode o trabalhador ter interesse em que o seu contrato sobreviva, mas também pode ser detentor de créditos sobre a massa e/ou de créditos sobre a insolvência, consoante o momento em que se constituem, que pretenda cobrar eficaz e rapidamente, se necessário liquidando a empresa.

Créditos esses que poderão ser emergentes do contrato de trabalho, mas também podem resultar da própria cessação do vínculo laboral.

Assim, o trabalhador pode ser credor do empregador insolvente e os seus créditos laborais gozam de uma proteção legal, no direito interno e também no direito comunitário, designadamente pela previsão do privilégio creditório mobiliário geral (existe uma derrogação ao princípio do “*par conditio creditorum*”) e do privilégio creditório imobiliário especial, além da faculdade de o trabalhador obter o pagamento através do FGS.

De parte ficará, por motivos de limitação de extensão do trabalho, a temática dos Fundos de Compensação, não obstante o gosto que gostaríamos em a abordar.

Tendo presente essas limitações, iremos abordar o tema no quadro jurídico português, sem prejuízo do seu enquadramento no direito comunitário, face à integração de Portugal na União Europeia. No domínio interno, consideraremos o regime legal vigente, no CT, mas também no CIRE.

## CAPÍTULO I – A INSOLVÊNCIA

### 1. Conceito de insolvência

Antes de nos centrarmos no regime atual da insolvência, consideramos importante fazer uma breve abordagem sobre a evolução dos vocábulos utilizados neste instituto.

O primeiro vocábulo a ser utilizado foi a *quebra*<sup>2</sup>, que representava a situação de um mercador que se mostrava incapaz de assegurar os seus pagamentos<sup>3</sup>.

Depois, surgiu a *falência*<sup>4</sup> que era considerada uma situação de impossibilidade de o devedor cumprir as obrigações assumidas<sup>5</sup> - a conceção adotada era a de “falência-liquidação”, pois o propósito era a liquidação do património do falido<sup>6</sup>.

Atualmente, utiliza-se a palavra *insolvência*<sup>7</sup>. Manifesta a situação do devedor que se encontra impossibilitado de pagar as suas dívidas, motivo pelo qual era entendida como a situação quantitativa do não-comerciante cujo passivo superasse o ativo<sup>8-9</sup>.

---

<sup>2</sup> O conceito apareceu no tempo das Ordenações Manuelinas – cfr. Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2018, pp. 26 e Martins, Alexandre de Soveral, *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2.ª Edição Revista e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 19.

<sup>3</sup> Cordeiro, António Menezes, *Direito Comercial*, 4.ª Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 463. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 22 e Costeira, Joana, *Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho: A Tutela dos Créditos Laborais*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 17 e 18.

<sup>4</sup> A falência deriva do latim *fallens* (*fallentis*), que, por sua vez, provém de *fallo* (*falsum*), que significa enganar, trair ou dissimular - António Menezes, ob. cit., pp. 463. Já Menezes Leitão considera que este termo era utilizado para «*exprimir a violação de confiança de que gozava o comerciante perante os seus credores, ao não cumprir os seus compromissos (fidei fallente)*» - Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito da Insolvência*, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017 pp. 13.

<sup>5</sup> Santos, Filipe Cassiano dos, *Direito Comercial Português – Dos Atos de Comércio às Empresas, o Regime dos Contratos e Mecanismos Comerciais no Direito Português*, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 217.

<sup>6</sup> Serra, Catarina, *O Regime Português da Insolvência*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 19. No mesmo sentido, Serra, Catarina, *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4.ª Edição, Almedina, 2010, pp. 17, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 24 – segundo a autora esta conceção assentava na ideia de que a «*falência opunha (...) dois grupos de sujeitos: os credores, a quem se devia pagar, e o falido, que se devia punir*», o que significava que o processo de falência consistia praticamente na liquidação do património do falido – e Leitão, Luís Menezes, *Direito da Insolvência* cit., pp. 47 e 48.

<sup>7</sup> Este conceito resulta de uma conjugação do prefixo *in* (negação) com o verbo *solvere* (solvência), que é um verbo latino, sendo utilizado para nomear o ato de pagar, resolver, separar, saldar - Costeira, Joana, ob. cit. pp. 16. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 13 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 15.

<sup>8</sup> *Direito Comercial* cit., pp. 463 e 465. No mesmo sentido, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 17 e 18 e Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 13 e 14.

<sup>9</sup> Por vezes, o devedor não consegue cumprir as suas obrigações por não ter a liquidez necessária no momento determinado, ou por o total das suas responsabilidades exceder os bens de que pudesse dispor para as satisfazer - Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 14.

O DL n.º 132/93, de 23 de abril, que aprovou o CPEREF, unificou o regime da falência e da recuperação de empresas<sup>10</sup>, sendo que a prioridade era a recuperação das empresas, motivo pelo qual se acolheu a conceção de “falência-saneamento”<sup>11</sup>.

Já o DL n.º 53/2004, de 18 de março, que aprovou o CIRE, fez desaparecer a noção de falência<sup>12</sup>, bem como o processo da recuperação<sup>13</sup>.

Deste modo, a finalidade deste processo voltou a ser a satisfação dos credores através da liquidação do património do insolvente, e a recuperação, uma das suas finalidades, em alternativa à própria liquidação (através de um plano de insolvência)<sup>14</sup> – voltou-se, assim, ao sistema “falência-liquidação”.

Em modo de síntese, importa referir que este ramo de direito sofreu alterações ao longo dos anos, acompanhando, assim, a evolução tecnológica que tem ocorrido. Por outro lado, diremos que os vocábulos foram modificados, mas mantém-se a ideia essencial: a ideia de que o devedor é incapaz de cumprir as suas obrigações.

Para finalizar importa referir que a tramitação processo de insolvência também foi evoluindo ao longo dos tempos<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Ob. cit., pp. 73 e 74 – Menezes Leitão considera que o objetivo desta inovação foi a de fazer desaparecer a distinção dos conceitos falência e insolvência, bem como o de evitar a dispersão do regime pelos dois diplomas. Assim, este novo regime passou a aplicar-se a todas as empresas comerciais e não comerciais.

<sup>11</sup> *O Regime Português da Insolvência* cit., pp. 20 e *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução* cit., pp. 18. No mesmo sentido, *Direito da Insolvência* cit., pp. 65 e ss..

<sup>12</sup> *Direito Comercial* cit., pp. 464.

<sup>13</sup> *O Regime Português da Insolvência* cit., pp. 21 e *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução* cit., pp. 19.

<sup>14</sup> *O Regime Português da Insolvência* cit., pp. 21 e 22. No mesmo sentido, *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução* cit., pp. 19 e 20 e *Direito da Insolvência* cit., pp. 76 e ss..

<sup>15</sup> A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, introduziu o PER, a que o devedor pode recorrer sempre que esteja em situação de insolvência iminente ou em situação económica difícil, por forma a obter novos financiamentos junto dos seus credores – vide arts. 17º-A e ss., do CIRE.

O DL n.º 178/2012, de 3 de agosto, criou o SIREVE, através da reformulação do procedimento de conciliação extrajudicial que funciona junto do IAPMEI, I.P.. Mais tarde, o legislador, através do DL n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, pretendeu aumentar a sua eficácia prática através da limitação das situações em que se admite o recurso a esse organismo e aproximar o regime dos planos de recuperação do previsto no PER - Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 79.

Finalmente, o DL n.º 79/2017, de 30 de junho, introduziu a atualização mais recente do CIRE, pretendendo apostar na «credibilização do processo especial de revitalização (PER) enquanto instrumento de recuperação», através do reforço da transparência e da credibilização do regime - Preâmbulo do DL n.º 79/2017, de 30 de junho.

A maior parte das alterações realizadas derivaram da necessidade de substituição do termo “devedor” pelo de “empresa”, em coerência com o novo âmbito de aplicabilidade do processo, pois o objetivo deste DL era criar um «PER dirigido às empresas, sem abandonar o formato para as pessoas singulares não titulares de empresa ou comerciantes» - cfr. Preâmbulo do DL n.º 79/2017, de 30 de junho e Serra, Catarina, ob. cit., pp. 33.

## **2. Processo de insolvência**

De acordo com o art.º 1º do CIRE 2004<sup>16</sup>, o processo de insolvência era dirigido à satisfação dos credores e tinha como finalidade a liquidação do património do devedor «*ainda que se viabilizasse atingi-la através de um plano de insolvência*»<sup>17</sup>. Já na redação do CIRE 2017<sup>18</sup>, a mesma norma refere que o processo de insolvência, continuando a ser dirigido à satisfação dos credores, passou a ser feito preferencialmente através de um plano de insolvência «*e só subsidiariamente por via da liquidação universal do património do devedor, quando aquele não se afigurar possível*»<sup>19</sup>.

Podemos assim concluir que, tanto no CIRE 2004 como no CIRE 2017, a finalidade do processo de insolvência, foi e continua a ser, a satisfação dos credores, quer seja sob a forma da recuperação ou de encerramento da empresa.

Observando o atual art.º 1º do CIRE, diremos que o processo de insolvência é um *processo de execução universal*, pois abrange praticamente todo o património do devedor<sup>20</sup> (cfr. arts. 36º, n.º 1, al. g) e 149º, n.º 1, do CIRE), e é também um *processo concursal*, porque todos os credores do insolvente são chamados a intervir no referido processo<sup>21</sup>.

Os credores encontram-se, portanto, em par de igualdade e condições<sup>22</sup>, o que significa que o processo tem em vista o princípio do *par conditio creditorum* (cfr. art.º 604 do CC<sup>23</sup>). Assim, perante a insuficiência do património do devedor, os créditos de-

---

<sup>16</sup> Cfr. DL n.º 53/2004, de 18 de março.

<sup>17</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, Labareda, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado, Quid Juris*, 2015, pp. 70, nota 5.

<sup>18</sup> Referente ao DL n.º 79/2017, de 30 de junho.

<sup>19</sup> *Ibidem*. No mesmo sentido, Epifânio, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 16 e 17.

<sup>20</sup> Da massa insolvente estão excluídos os bens absolutamente impenhoráveis. Quanto aos bens relativamente impenhoráveis só são integrados se o devedor os apresentar de forma voluntária (*vide* art.º 46º, n.º 2, do CIRE) – Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 41. No mesmo sentido, Epifânio, Maria do Rosário, ob. cit., pp. 14.

<sup>21</sup> Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 41. No mesmo sentido, Serra, Catarina, ob. cit., pp. 42, Epifânio, Maria do Rosário, ob. cit., pp. 14.

<sup>22</sup> Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 41. No mesmo sentido, Epifânio, Maria do Rosário, ob. cit., pp. 14.

<sup>23</sup> «*1. Não existindo causas legítimas de preferência, os credores têm o direito de ser pagos proporcionalmente pelo preço dos bens do devedor, quando ele não chegue para integral satisfação dos débitos*».



-vem ser repartidos proporcionalmente por todos os credores<sup>24</sup>.

Deste modo, *a priori*, todos os credores de um processo de insolvência se encontram em par de igualdade, havendo, no entanto, algumas exceções, como é o caso dos créditos dos trabalhadores, que analisaremos adiante.

Relativamente à natureza deste processo, Maria do Rosário Epifânio considera que se trata de um *processo de natureza mista*, pois principia como processo declarativo, que pretende a apreciação e declaração da situação de insolvência, mas surgindo depois desta declaração de insolvência com uma «*feição executiva*», pois existe a apreensão e liquidação dos bens, para pagamento dos credores<sup>25</sup>.

Já Catarina Serra defende que não se deve sobrevalorizar o carácter executivo deste processo, visto existirem diferenças assinaláveis, tanto ao nível dos pressupostos como ao nível dos efeitos. Segundo a autora, o processo de insolvência pressupõe a insolvência e não o incumprimento de qualquer obrigação, como acontece no processo executivo. Outro aspeto é que os sujeitos legitimados para requerer a declaração de insolvência podem ser os credores, mas também o próprio devedor, o que «*é mais um aspeto estranho ao processo executivo*». Para além do mais, a sentença de declaração de insolvência é uma sentença de tipo declarativo que produz efeitos<sup>26</sup> que não se fazem sentir no processo executivo<sup>27</sup>.

A autora conclui que este processo, no plano da estrutura processual, «*compreende (...) uma fase essencialmente declarativa, sem a qual nenhuma das providências ditas “executivas” (apreensão, liquidação e pagamento) poderia ter lugar*»<sup>28</sup>.

Na nossa opinião, este processo aproxima-se de um processo de natureza mista, porque tem um carácter declarativo, já que pretende a apreciação e declaração da situação de insolvência, e um carácter de apreensão de património, independentemente da vontade do devedor/insolvente, pois seguimos o entendimento de Catarina Serra, que não concorda com o carácter executivo deste processo, porque a insolvência pressupõe a

---

<sup>24</sup> *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 14.

<sup>25</sup> Ob. cit., pp. 15.

<sup>26</sup> V.g., o devedor fica privado dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente – art.º 81º do CIRE.

<sup>27</sup> Serra, Catarina, ob. cit., pp. 41 e 42.

<sup>28</sup> Ob. cit., pp. 42.

insolvência e não o incumprimento de uma obrigação, que é o que acontece numa execução.

É ainda de notar que este processo tem carácter urgente (*vide* art.º 9º, n.º 1, do CIRE), que é extensivo aos respetivos incidentes, apensos e recursos<sup>29</sup>. Processo esse que deve conhecer um rápido desfecho, compreendendo-se que goze de precedência sobre o serviço ordinário do tribunal onde aquele ocorra<sup>30</sup>.

Finalmente, importa referir que atualmente existem outras situações a ter em conta: as chamadas situações de pré-insolvência<sup>31</sup> (o PER e o PEPAP), que se encontram previstas no art.º 1º, n.ºs 2 e 3, do CIRE.

Atendendo ao regime jurídico do PER<sup>32</sup>, salienta-se que este pode ser requerido pelo devedor (empresa) que esteja em situação económica difícil<sup>33</sup> ou em situação de insolvência iminente<sup>34-35</sup> - arts. 1º, n.º 2 e 17º-A, ambos do CIRE.

---

<sup>29</sup> Martins, Alexandre de Soveral, *ob. cit.*, pp. 43. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, *ob. cit.*, pp. 112, nota 5 – os autores consideram que tudo o que se relacione com o processo é urgente. *Vide* ac. STJ, proferido no processo n.º 616/13.5TJVNLF-L.G1.S1, de 28-03-2017, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Paula Boularot, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017, e ac. TRE, proferido no processo n.º 750/11.6TBVRS-F.E1, de 23-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Rui Machado e Moura, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017.

<sup>30</sup> *Um Curso de Direito da Insolvência cit.*, pp. 43. No mesmo sentido, Epifânio, Maria do Rosário, *ob. cit.*, pp. 15 e Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, *ob. cit.*, pp. 112, nota 7.

<sup>31</sup> Situações de pré-insolvência é o nome dado às situações que antecedem a insolvência e que não são tão graves ou tão sérias como ela, não sendo, assim, exigível a abertura do processo de insolvência. Segundo Catarina Serra, passou a existir uma centralização na pré-insolvência, pois começou a entender-se que «*seria mais eficaz regular a insolvência em momento anterior à insolvência*», dada a menor gravidade e a presumível reversibilidade da situação-base - *ob. cit.*, pp. 309. No mesmo sentido, Serra Catarina, “*Direito da Insolvência e Tutela Efetiva do Crédito – O Imperativo Regresso às Origens (Aos Fins) do Direito da Insolvência*”, in III Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 12 e 13 – a autora entende que, com a criação do PER, houve uma grande redução do número de processos de insolvência, pois o devedor não chegaria a ficar insolvente, conseguindo revitalizar-se. *Vide* ac. STJ, proferido no processo n.º 212/14.0TBACN.E1.S1, de 24-11-2015, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro José Raíno, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017 – considera que o PER previne uma potencial insolvência e que tem como vantagem a possibilidade de o devedor obter um plano de recuperação sem ser declarado insolvente. No mesmo sentido, ac. TRC, proferido no processo n.º 2710/16.1T8 VIS.C1, de 07-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador António Domingos Pires Robalo, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017.

<sup>32</sup> Introduzido pela Lei 16/2012, de 20 de abril.

<sup>33</sup> Cfr. art.º 17º-B do CIRE.

<sup>34</sup> Martins, Alexandre de Soveral, *ob. cit.*, pp. 511.

<sup>35</sup> Catarina Serra considera que a situação de insolvência iminente é aquela em que o devedor antevê que estará impossibilitado de cumprir as suas obrigações quando elas se vencerem – Serra, Catarina, “*Para Um Novo Entendimento dos Créditos Laborais na Insolvência e na Pré-Insolvência da Empresa – Um Contributo Feito de Velhas e Novas Questões*”, in *Vinte Anos de Questões Laborais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 199 e *Lições de Direito da Insolvência cit.*, pp. 310. No mesmo sentido, Martins, Luís M., *Processo de Insolvência*, 4.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 69 – o autor defende que para ser uma insolvência iminente é necessário existir uma convicção objetiva do devedor, de que praticamente se encontram esgotadas as possibilidades de cumprir com as suas obrigações.

Nuno Pinto Oliveira propugna que o PER se aplica exclusivamente aos devedores empresários<sup>36</sup>. Também Alexandre Soveral Martins e Amélia Sofia Rebelo consideram que o PER é apenas aplicável a empresas<sup>37</sup>, posição que também nós seguimos.

Observemos o art.º 17º- A, n.º 1, do CIRE. Encontra-se aí previsto que o processo permite que a empresa devedora estabeleça negociações de modo a concluir com os credores um acordo que conduza à revitalização. Deixou de existir qualquer dúvida sobre quem pode utilizá-lo.

Importa ainda referir que Maria do Rosário Epifânio<sup>38</sup> e Catarina Serra<sup>39</sup> consideram que o PER é um processo especial e um processo híbrido.

Quanto ao recente PEPAP, que foi criado pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, relativamente ao qual ainda não existe muita doutrina e jurisprudência, Nuno Pinto Oliveira entende que o processo se aplica aos devedores não empresários<sup>40</sup> – *vide* art.º 222º-A, n.º 1, do CIRE. No mesmo sentido, Alexandre Soveral Martins considera que este processo se aplica ao devedor que não é uma empresa, abrangendo assim as pessoas singulares que não exercem uma atividade empresarial<sup>41</sup>.

O TRC considera que o referido processo foi produzido em termos idênticos aos do PER. No entanto, enquanto o PER se destina às empresas, este processo destina-se às

---

<sup>36</sup> Oliveira, Nuno Manuel Pinto, “*O Direito da Insolvência e a Tendencial Universalidade do Direito Privado*” in IV Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 82.

<sup>37</sup> Martins, Alexandre de Soveral, *Estudos de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2018, pp. 7 e 15 e Rebelo, Amélia Sofia, “*A Aprovação e a Homologação do Plano de Recuperação*”, in I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 69.

<sup>38</sup> A autora entende que o PER é um processo especial, pois, neste processo são aplicáveis primeiramente as respetivas disposições (arts. 17º-A a 17º-J, do CIRE), depois as disposições introdutórias do CIRE e, por último, as disposições gerais e comuns do CPC adaptadas (arts. 17º do CIRE e 549º, n.º 1, do CPC) - Epifânio, Maria do Rosário, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 13 e 14. No mesmo sentido, Peralta, Ana Maria, “*Os “Novos Créditos” no PER e SIREVE: Conceito e Regime*”, in III Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 283 – a autora entende que o regime deste processo não é autossuficiente, porque depende da aplicação de outros regimes contidos no CIRE - cfr. remissões dos arts. 17º-C, n.ºs 3 e 4, 17º-E, n.ºs 4 a 6, 17º-G, n.ºs 4 e 7 e 17º-I, n.ºs 1, 2 e 4, do CIRE.

Considera ainda que é um processo híbrido, por ser «*composto por uma forte componente extrajudicial, temperada com a intervenção do juiz em momentos chave*». V.g., na decisão da impugnação dos créditos, na decisão da homologação, entre outros - *O Processo Especial de Revitalização* cit., pp. 14.

<sup>39</sup> A autora defende que o PER é um processo especial, por ser dirigido à resolução de uma situação especial – a pré-insolvência -, motivo pelo qual apresenta uma configuração própria, insuscetível de recondução à categoria do processo comum. E que é um processo híbrido, uma vez que tem por base a reestruturação ou recuperação da empresa - *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 343, 344 e 348

<sup>40</sup> “*O Direito da Insolvência e a Tendencial Universalidade do Direito Privado*” cit., pp. 82.

<sup>41</sup> *Estudos de Direito da Insolvência* cit., pp. 7, 13 e 15.

pessoas singulares<sup>42</sup>.

Em síntese, tendo em linha de conta o estabelecido na lei (cfr. arts. 1º, n.º 3 e 222º-A, n.º 1, ambos do CIRE), concluímos que o devedor não pode ser uma empresa, ou seja, entendemos que este processo pode ser requerido por um devedor de qualquer outra natureza que se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente eminente.

Para finalizar, importa referir que estes processos pré-insolvenciais também têm carácter urgente - cfr. arts. 17º-A, n.º 3 e 222º-A, n.º 3, do CIRE.

---

<sup>42</sup> Ac. TRC, proferido no processo n.º 1535/17.1T8CBR.C1, de 02-08-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Fernando Monteiro, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 06-12-2017.

## **CAPÍTULO II – A EMPRESA E A INSOLVÊNCIA**

### **1. Empresa: entidade empregadora**

O CIRE abrange tanto a insolvência de pessoas coletivas como a insolvência de pessoas singulares (arts.º 235º e ss. e 249º e ss., do CIRE). Daí ser importante aludir ao conceito de empresa.

Acontece que este não é um conceito unitário, pelo que cada ramo do direito tem a sua própria noção para, assim, poder resolver os problemas próprios desse ramo<sup>43</sup>.

No Direito Comercial, como ensina Menezes Cordeiro, a empresa é «*um conjunto concatenado de meios materiais e humanos, dotados de uma especial organização e de uma direção, de modo a desenvolver uma atividade segundo regras de racionalidade económica*»<sup>44</sup>.

Coutinho de Abreu considera que existem duas aceções principais desse conceito: um em sentido subjetivo<sup>45</sup>, referente a empresas como sujeitos jurídicos que exercem uma atividade económica e, outro em sentido objetivo<sup>46</sup>, relativo a «*empresas como instrumentos ou estruturas produtivo-económicos objeto de direitos e de negócios*»<sup>47</sup>, demonstrando, assim, que não existe um conceito unitário de empresa.

Concordamos com os autores. Entendemos que as empresas são sujeitos jurídicos que exercem uma determinada atividade económica, mas também são ou podem ser conjuntos de meios materiais objeto de direitos e de negócios.

---

<sup>43</sup> Martinez, Pedro Romano, *Direito do Trabalho*, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 417.

<sup>44</sup> Menezes Cordeiro entende que os elementos da empresa podem agrupar-se num elemento humano (v.g. trabalhadores, auxiliares, entre outros), num elemento material (v.g., coisas corpóreas móveis e imóveis e bens incorpóreos como licenças, marcas, clientela, entre outros), numa organização, uma vez que todos os elementos (materiais ou humanos) estão articulados de forma a poder-se desenvolver uma atividade produtiva; e numa direção, pois uma empresa só funciona através de uma estrutura que determina o contributo das partes envolvidas - Cordeiro, António Menezes, ob. cit., pp. 324.

<sup>45</sup> Podem ser consideradas como empresa, pessoas singulares ou coletivas, bem como associações, sociedades ou outras entidades sem personalidade jurídica. Mas, para tal, têm que exercer uma determinada atividade económica, que implique a troca de bens, não sendo obrigatória a «*obtenção de lucros*». Não esquecer que podem ser consideradas empresas os inventores que comercializam as suas próprias invenções, os profissionais liberais, entre outros - Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial*, Volume I, 10.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 222. No mesmo sentido, Cordeiro, António Menezes, ob. cit., pp. 325.

<sup>46</sup> Enquadram-se as empresas comerciais, que são aquelas cujo objeto se traduz na realização de atos ou atividades objetivamente mercantis, como é o caso das empresas que exercem atividades de interposição de trocas (v.g., compra e venda de coisas para revenda – vide art.º 463º CCom), as atividades industrial-transformadoras – vide art.º 230º, n.º 1 CCom -, de serviços (v.g., operações de banco – arts. 362º e ss. CCom), entre outras – Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, ob. cit., pp. 229 e ss..

<sup>47</sup> Ob. cit., pp. 220. No mesmo sentido, Cordeiro, António Menezes, ob. cit., pp. 325.

Importa ainda abordar a questão da definição de estabelecimento comercial, que não é pacífica na doutrina, pois alguns autores consideram que o estabelecimento equivale à empresa no seu sentido objetivo<sup>48</sup>, enquanto outros, pelo contrário, propugnam que os dois conceitos são sinónimos<sup>49</sup>.

Neste trabalho seguimos a ideia de que o estabelecimento corresponde à empresa no seu sentido objetivo. Na nossa opinião, o estabelecimento é uma organização na qual se desenvolvem as atividades comerciais de uma empresa.

No Direito da Insolvência, a noção de empresa encontra-se regulada no art.º 5º do CIRE<sup>50</sup> que refere que é «*toda a organização de capital e de trabalho destinada ao exercício de qualquer atividade económica*».

Tanto a doutrina<sup>51</sup> como a jurisprudência<sup>52</sup> consideram que a definição de empresa é abrangente, não sendo restrita a qualquer setor de atividade, posição que também nós seguimos.

Consideramos importante abordar também esta temática, no âmbito do Direito do Trabalho, uma vez que a empresa retrata uma organização e tem reflexos na esfera laboral<sup>53</sup>, aspetos que iremos abordar de seguida.

---

<sup>48</sup> Santos, Filipe Cassiano dos, ob. cit., pp. 284. No mesmo sentido, Correia, Miguel J. A. Pupo, com a colaboração de Tomás, António José e Paulo, Octávio Castelo, *Direito Comercial – Direito da Empresa*, 13.ª Edição – Revista e Atualizada, Ediforum, Edições Jurídicas, Lda., Lisboa, 2016, pp. 51 – o autor defende que o estabelecimento comercial é a «*organização do empresário mercantil, o conjunto de elementos reunido e organizado pelo empresário através dele exercer a sua atividade comercial, de produção ou circulação de bens ou prestação de serviços*».

<sup>49</sup> Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, ob. cit., pp. 216 e ss..

<sup>50</sup> A definição de empresa no CPEREF encontrava-se no seu art.º 2º.

<sup>51</sup> Para Filipe Cassiano dos Santos, esta é uma noção específica e não rigorosa de empresa, uma vez que abrange a empresa em sentido próprio (cfr. art.º 230º do CCom), bem como «*as organizações não empresariais que exercem (...) uma qualquer atividade económica*» - v.g. consultórios de profissionais liberais e oficinas de artesãos. - Santos, Filipe Cassiano dos, ob. cit., pp. 212. Catarina Serra entende que esta noção de empresa reflete uma conceção objetivista, em que a empresa aparece como um objeto que se integra no património dos sujeitos - *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 50 e 51. No mesmo sentido, *O Novo Regime Português de Insolvência – Uma Introdução* cit., pp. 25 e *O Regime Português da Insolvência* cit., pp. 35.

<sup>52</sup> Considera que o legislador «*optou por uma noção ampla de empresa, não exigindo o carácter profissional*». Entende, assim, que o importante é estar-se perante uma organização de capital e trabalho, sendo, portanto, necessário o exercício de uma atividade de interesse económico - vide ac. TRL, proferido no processo n.º 2442/2005-6, de 14-04-2005, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Fátima Galante, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-11-2017. No mesmo sentido, ac. TRP, proferido no processo n.º 365/13.4.TBMTS.P1, de 03-02-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Manuel Domingos Fernandes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-11-2017.

<sup>53</sup> Não esqueçamos que os trabalhadores prestam o seu trabalho na empresa e que o seu regime se encontra estabelecido no contrato de trabalho.

Nesta área do direito podemos encontrar três aceções de empresa: numa, a empresa equivale ao empresário<sup>54</sup>; noutra, a empresa é vista como a organização de meios produtivos do empresário<sup>55</sup>; e, finalmente, a empresa pode ser vista como uma comunidade produtiva organizada, em que existem várias relações interpessoais<sup>56</sup>.

No nosso entender, a empresa, tendo como fim último a produção e venda de bens, é uma organização de pessoas. Pois, só através das relações vinculativas que existem entre estas, ou seja, entre empregador, que é a pessoa que controla e ordena o trabalho, e o trabalhador que realiza a atividade, se conseguirá atingir o objetivo.

Para melhor entendimento, dediquemos a nossa atenção à temática do contrato de trabalho.

A sua noção encontra-se prevista tanto no art.º 1152º do CC como no art.º 11º do CT. É o contrato pelo qual essencialmente uma pessoa singular (trabalhador) se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade a outra(s) pessoa(s) – o(s) empregador(es) -, sob a autoridade e direção desta(s).

A partir deste conceito, podemos analisar rapidamente os elementos do contrato de trabalho: a obrigação da prestação de uma atividade por parte do trabalhador, a obrigação de pagamento da retribuição por parte do empregador e, finalmente, a subordinação jurídica incidente sobre a primeira.

Para a maioria dos autores, a obrigação laboral é o objeto principal do negócio jurídico<sup>57</sup>, pois para existir contrato de trabalho é necessário haver uma obrigação de prestação de atividade humana, seja ela intelectual ou manual.

---

<sup>54</sup> A empresa corresponde à pessoa que age, no comércio jurídico, através da empresa, ou seja, ao empresário que, neste caso, é o empregador, titular de relações jurídicas – cfr. Fernandes, António Monteiro, *Direito do Trabalho*, 18ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 379 e Xavier, Bernardo da Gama Lobo, *Manual de Direito do Trabalho*, 2.ª Edição, Verbo, Lisboa, 2014, pp. 82

<sup>55</sup> A empresa é objeto de direitos, uma vez que representa a organização de meios produtivos do empresário - Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 83. No mês sentido, Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 380 - ou seja, designa a atividade produtiva.

<sup>56</sup> A empresa corresponde à organização e a uma comunidade de pessoas, pois é uma «organização de pessoas que, controlando bens ou serviços, tem como finalidade a produção» - Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 84 e 87. No mesmo sentido, Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 380 e Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 218 – este autor defende que a empresa é uma «unidade organizatória, no âmbito da qual o empresário, individualmente ou com os seus trabalhadores, prossegue determinados fins produtivos com o auxílio de meios técnicos ou imateriais, os quais não se destinam à satisfação das suas próprias necessidades».

<sup>57</sup> Cfr. Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 108. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 293 e Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 308.

Esta atividade é uma prestação de facto positiva (cfr. arts. 115º do CT e 398º do CC), já que o trabalhador se obriga a desenvolvê-la para atingir um determinado fim exterior à sua vinculação, ainda que a sua eventual não obtenção seja um risco suportado pelo empregador<sup>58</sup>.

Sintetizando, diríamos que, para existir um contrato de trabalho, desde logo, é indispensável que uma das partes, neste caso, o trabalhador, se obrigue a ceder a sua força física e psíquica ao empregador<sup>59</sup>, a realizar a atividade acordada, constituindo contrabalanço da outra obrigação emergente do contrato.

A obrigação retributiva do empregador constitui o segundo elemento considerado essencial do contrato de trabalho, consistindo na contrapartida patrimonial da atividade prestada pelo trabalhador<sup>60</sup>, ou seja, mediante a atividade que o trabalhador realize, este tem que ser retribuído pelo empregador – cfr. art.º 258º, n.º 1 do CT.

Segundo João Leal Amado, estamos perante um sinalagma trabalho-salário, pois enquanto o trabalhador desempenha a sua atividade, o empregador tem que retribuí-lo, mediante um preço<sup>61</sup>.

Importa assim salientar que não existe contrato de trabalho dependente se não houver retribuição<sup>62</sup>, ou seja, o trabalho gratuito é excluído do âmbito deste contrato<sup>63</sup>.

Por fim, para que se reconheça a existência de um contrato de trabalho, é essencial que a atividade seja desenvolvida de forma subordinada<sup>64</sup>.

---

<sup>58</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 109. No mesmo sentido, Leite, Jorge, *Direito do Trabalho*, Volume II, Serviços de Ação Social da U.C. – Serviços de Textos, Coimbra, 2004, pp. 35 e Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 308.

<sup>59</sup> Amado, João Leal, *Contrato de Trabalho- Noções Básicas*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 43. No mesmo sentido, Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 124.

<sup>60</sup> Cfr. Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 157, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 109, Leite, Jorge, ob. cit., pp. 32, Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 129 e Amado, João Leal, ob. cit., pp. 44. Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 3974/16.6T8CBR.C1, de 30-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Paula do Paço, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017.

<sup>61</sup> Amado, João Leal, ob. cit., pp. 44. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 109.

<sup>62</sup> Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 294.

<sup>63</sup> Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 130.

<sup>64</sup> Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 151 e 296 - o autor considera que a subordinação jurídica é imprescindível, tratando-a como uma «necessidade técnica, (...), onde se exige da parte do trabalhador uma permanente adaptação ao trabalho a executar, porque cada vez mais é difícil estabelecer, no contrato, uma atividade concreta a desenvolver». João Leal Amado considera ser neste elemento que se encontra o «principal critério de qualificação do contrato de trabalho - e de distinção deste face a contrato vizinhos» - Amado, João Leal, ob. cit., pp. 44. Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 5/13.1T4AGD.C1, de 03-04-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Jorge Loureiro, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017.



Assim, caso o trabalhador desempenhe uma atividade de forma independente, já estaremos no âmbito de uma figura afim (normalmente contrato de prestação de serviços, tema que abordaremos).

Observando o art.º 11º do CT, verificamos que o trabalhador vai ter que cumprir a sua obrigação, mas obedecendo às ordens e instruções do empregador. Assim, na subordinação jurídica, estão coenvolvidos, a um tempo, como se fossem *duas faces da mesma moeda*, o dever de obediência por parte do trabalhador<sup>65</sup> (art.º 128º, n.º 1, al. e), do CT), e os poderes de direção e disciplinar<sup>66</sup>, que são conferidos ao empregador<sup>67</sup>.

Dizendo por outras palavras, numa relação laboral, o trabalhador tem o dever de obedecer às ordens do empregador. E se ele não as respeitar, o empregador tem o poder de o punir, sujeitando-se o trabalhador às sanções impostas pela contraparte<sup>68</sup>.

No entanto, existem limites a este vínculo, isto é, os poderes disciplinar e de direção do empregador encontram-se limitados pelo contrato, uma vez que a subordinação diz respeito às atividades a realizar pelo trabalhador aquando do contrato de trabalho, bem como pelos direitos, liberdades e garantias<sup>69</sup> dos trabalhadores<sup>70</sup>.

Em jeito de conclusão, podemos referir que a subordinação jurídica é o elemento essencial e exclusivo para a qualificação de um contrato de trabalho subordinado. Sem este elemento, deixa de se tratar de contrato de trabalho, passando a ser, em muitos casos, um contrato de prestação de serviços, ou seja, um contrato de trabalho autónomo.

O contrato de prestação de serviços (cfr. art.º 1154º do CC<sup>71</sup>) é considerado uma figura afim à do contrato de trabalho. E tem três modalidades típicas: o mandato, o depósito e a empreitada - *vide* art.º 1155º do CC.

---

<sup>65</sup> Amado, João Leal, ob. cit., pp. 44.

<sup>66</sup> Pedro Romano Martinez considera que o poder de direção pretende individualizar a prestação do trabalhador, concretizando a atividade a desenvolver (cfr. art.º 97º do CT) e que o poder disciplinar do empregador é um poder que lhe é conferido aquando do incumprimento por parte do trabalhador de obrigações emergentes do contrato de trabalho (cfr. arts. 328º e ss. e 351º e ss., do CT) - Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 155 e 295.

<sup>67</sup> Ob. cit., pp. 151.

<sup>68</sup> Ob. cit., pp. 155.

<sup>69</sup> V.g., direito à vida e à saúde, direito à reserva da vida privada, liberdade de expressão – cfr. arts. 24º, 64º, 26º, n.º 1 e 37º da CRP.

<sup>70</sup> Leite, Jorge, ob. cit., pp. 33.

<sup>71</sup> «Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição».

Analisando os conceitos de contrato de trabalho (arts. 1152º do CC e 11º do CT) e de contrato de prestação de serviços (art.º 1154º do CC), podemos encontrar três grandes diferenças: primeiramente o contrato de prestação de serviços tem por objeto um “certo resultado” de trabalho, enquanto no contrato de trabalho, o objeto é a prestação da “atividade intelectual ou manual” do trabalhador<sup>72</sup>; depois, o contrato de trabalho tem que ser sempre oneroso, já o contrato de prestação de serviços pode ser oneroso ou gratuito<sup>73</sup>; finalmente, no contrato de trabalho, a atividade tem que ser prestada «sob a autoridade e direção» do empregador, enquanto no contrato de prestação de serviços não existe subordinação jurídica, ou seja, o prestador de serviços desenvolve a sua atividade com autonomia<sup>74</sup>.

A jurisprudência sobre esta matéria distintiva não é unânime. Alguma considera que a distinção entre estes dois contratos se baseia em dois elementos: no objeto do contrato, ou seja, na «*prestação de atividade ou obtenção de um resultado*», e na subordinação jurídica contraposta à autonomia<sup>75</sup>. Outra, concordando com a doutrina, considera que se distinguem com base nos três elementos já referidos: prestação de atividade, retribuição e subordinação jurídica<sup>76</sup>.

Apesar de a distinção destes tipos contratuais, em abstrato, parecer fácil e simples, já em concreto pode constituir uma questão bem difícil (além de decisiva), tanto mais que, em ambos, pode haver lugar à remuneração, bem como, em ambos, a atividade tem por fim um resultado que decorre sempre da prestação realizada.

Por esses motivos, e seguindo os ensinamentos de João Leal Amado<sup>77</sup>, consideramos que o único critério que serve para distinguir estes contratos é a

---

<sup>72</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 118. No mesmo sentido, Amado, João Leal, ob. cit., pp. 52 e Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 311.

<sup>73</sup> Leitão Luís Menezes, ob. cit., pp. 118. No mesmo sentido, Amado, João Leal, ob. cit., pp. 52 – o autor considera que a retribuição «*é um elemento essencial e indefectível no contrato de trabalho*», no entanto, no contrato de prestação de serviços é um «*elemento meramente eventual*» - e Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 312.

<sup>74</sup> Leitão Luís Menezes, ob. cit., pp. 118. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 312.

<sup>75</sup> Cfr. ac. TRC, proferido no processo n.º 5/13.1T4AGD.C1, de 03-04-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Jorge Loureiro, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017 e ac. STJ, proferido no processo n.º 292/13.5TTCLD.C1.S1, de 08-10-2015, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Luísa Geraldes, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017.

<sup>76</sup> Cfr. ac. TRC, proferido no processo n.º 4255/15.8T8LRA.C1, de 17-11-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Ramalho Pinto, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017.

<sup>77</sup> Amado, João Leal, ob. cit., pp. 52. Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 4255/15.8T8LRA.C1, de 17-11-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Ramalho Pinto, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017 – considera que este elemento é decisivo para a distinção dos contratos em causa.

subordinação jurídica. Assim, se esta existir, estaremos perante um contrato de trabalho, caso contrário, estaremos perante um contrato de prestação de serviços.

Caraterizemos juridicamente, ainda que de forma breve, o contrato de trabalho.

Antes de mais, é um *negócio jurídico bilateral*<sup>78</sup>, uma vez que existem duas declarações de vontade de conteúdo oposto (o empregador manifesta a vontade de empregar o trabalhador, para que este desempenhe uma atividade determinada por si, mediante retribuição, e o trabalhador obriga-se a exercer essa atividade, sob a autoridade do empregador - art.º 11º do CT e 1152º do CC), mas que, apesar disso, são declarações convergentes e que pretendem chegar a um resultado unitário<sup>79</sup>.

É um *contrato nominado*, pois a lei reconhece a sua categoria<sup>80</sup>, e é um *contrato típico*, uma vez que a lei estabelece o seu regime legal no CT e em legislação complementar<sup>81</sup>.

É um *contrato consensual*<sup>82</sup> (não formal), porque a lei em regra não o sujeita a uma forma especial (*vide* art.º 110º do CT), não sendo a sua validade afetada pela forma adotada<sup>83</sup> - cfr. art.º 219º do CC.

Este contrato é *obligacional*, pois dele emergem obrigações para ambas as partes: o trabalhador obriga-se a prestar a sua atividade (arts. 115º e ss., do CT) e o empregador obriga-se a pagar a correspondente retribuição<sup>84</sup> (arts. 127º, n.º 1, al. b) e 258º e ss., do CT). Mas também é um *contrato sinalagmático*<sup>85</sup>, pois essas obrigações são recíprocas<sup>86</sup>.

---

<sup>78</sup> Como ensina Mota Pinto, nos negócios jurídicos bilaterais existem «*duas ou mais declarações de vontade, de conteúdo oposto, mas convergente*», com vista a um resultado jurídico unitário, isto é, de um lado existe uma proposta e do outro uma aceitação - Pinto, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 385.

<sup>79</sup> Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 306. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 298 e Amado, João Leal, ob. cit., pp. 47.

<sup>80</sup> A lei designou-o «contrato de trabalho» (cfr. art.º 11º do CT e 1152º do CC).

<sup>81</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 110. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 298.

<sup>82</sup> O contrato consensual é aquele que pode ser celebrado por qualquer meio declarativo apto a «*exteriorizar a vontade negocial*», porque a lei não o sujeita a uma determinada forma especial - Pinto, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., pp. 392.

<sup>83</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 110. No mesmo sentido, Gomes, Júlio Manuel Vieira Gomes, *Direito do Trabalho*, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 83.

<sup>84</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 110 e 111. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 299. *Vide* ac. STJ, proferido no processo n.º 590/12.5TTLRA.C1.S1, de 03-12-2014, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Mário Belo Morgado, in <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017.

<sup>85</sup> Estas duas obrigações retratam os elementos essenciais de um contrato de trabalho, portanto, encontram-se interligadas entre si no momento da constituição do contrato, designando-se sinalagma genético, bem como durante a sua execução, designando-se sinalagma funcional - cfr. Leitão, Luís

É um *contrato oneroso*, porque gera sacrifícios económicos para ambas as partes<sup>87</sup>, ou seja, o trabalhador gasta a sua energia física e psíquica ao desenvolver a sua atividade e o empregador tem que lhe pagar uma retribuição.

É um *contrato comutativo*<sup>88</sup>, uma vez que as atribuições patrimoniais do empregador e do trabalhador se apresentam como certas quanto à sua existência ou conteúdo, o que exclui a verificação de uma álea ou risco económico neste contrato<sup>89</sup>.

É um *contrato de execução duradoura*, pois a sua execução prolonga-se no tempo - o trabalhador realiza a sua atividade ao longo de um período de tempo<sup>90-91</sup>.

Finalmente, é um *contrato intuitu personae*, ou seja, um contrato com carácter pessoal, já que, aquando da sua celebração, são tidas em conta as qualidades profissionais do trabalhador<sup>92-93</sup> (ficam de fora quaisquer outras características).

É importante referir que no contrato de trabalho, o trabalhador é sempre uma pessoa singular, o que poderá justificar também este carácter pessoal. Para além disso, o trabalhador não se pode fazer substituir por outra pessoa no cumprimento dos seus deveres contratuais, uma vez que aquela tarefa foi determinada para “aquela pessoa” – aqui está em causa a não fungibilidade da prestação laboral<sup>94</sup>.

---

Menezes, ob. cit., pp. 112. No mesmo sentido, Fernandes, Pedro Monteiro, ob. cit., pp. 157 e Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 300

<sup>86</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 112. No mesmo sentido, Fernandes, Pedro Monteiro, ob. cit., pp. 157, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 299 e 300 e Leite, Jorge, ob. cit., pp. 44.

<sup>87</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 111. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 300 e Amado, João Leal, ob. cit., pp. 47.

<sup>88</sup> Contrapõe-se ao contrato aleatório, em que as «*partes submetem-se a uma álea, a uma possibilidade de ganhar ou perder*». V.g., jogo e aposta - Pinto, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., pp. 403 e ss..

<sup>89</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 112. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 301- o autor considera que no contrato de trabalho há uma repartição do risco.

<sup>90</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 113. No mesmo sentido, Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 324 e 325 e Fernandes, Pedro Monteiro, ob. cit., pp. 160.

<sup>91</sup> Este contrato de trabalho não é um contrato vitalício ou perpétuo, pois não seria válida uma tal vinculação, designadamente por ofensa à ordem pública da ordem jurídica portuguesa. No entanto, como vimos, é duradouro ou de execução sucessiva, por o seu cumprimento se prolongar por mais ou menos tempo.

<sup>92</sup> Segundo Menezes Leitão, o empregador avalia as qualidades profissionais do trabalhador, a sua honestidade e retidão, o seu curriculum e até mesmo a sua aparência pessoa – *Direito da Insolvência* cit., pp. 114.

<sup>93</sup> Ob. cit., pp. 113. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II – Situações Laborais Individuais*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 97 e Leite, Jorge, ob. cit., pp. 45.

<sup>94</sup> Cfr. Amado, João Leal, ob. cit., pp. 49 e 50. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 97 e 98.

## **2. A empresa insolvente**

Como referimos anteriormente, o processo de insolvência tem como finalidade a satisfação de todos os credores (cfr. art.º 1º do CIRE).

Deste modo, se uma empresa estiver em situação de insolvência, são os credores que definem o destino da empresa insolvente, podendo optar pela sua liquidação ou pela sua recuperação, após a declaração judicial de insolvência, como iremos analisar.

### **2.1. Manutenção da empresa**

A manutenção da empresa insolvente encontra-se regulada no art.º 155º do CIRE.

O artigo refere que o administrador de insolvência tem que elaborar um relatório (art.º 155º, n.º 1, al. c), do CIRE<sup>95</sup>), que será levado à assembleia de credores de apreciação para esta deliberar sobre o encerramento ou manutenção do(s) estabelecimento(s) compreendidos na massa insolvente (*vide* art.º 156º, n.º 2, do CIRE). No entanto, a manutenção também pode ocorrer através da aprovação de um plano de insolvência<sup>96</sup> que a contemple no conjunto das suas medidas (cfr. arts. 195º, n.º 2, al. c)<sup>97</sup> e 155º, n.º 1, al. c), do CIRE).

É ainda de referir que, optando-se pela manutenção, a administração da massa insolvente é realizada pelo administrador da insolvência (cfr. art.º 81º do CIRE) ou pelo próprio devedor sob a fiscalização daquele<sup>98</sup> (cfr. arts. 223º e ss., do CIRE).

---

<sup>95</sup> «1 - O administrador da insolvência elabora um relatório contendo:

c) A indicação das perspectivas de manutenção da empresa do devedor, no todo ou em parte, da conveniência de se aprovar um plano de insolvência, e das consequências decorrentes para os credores nos diversos cenários figuráveis».

<sup>96</sup> De acordo com o art.º 193º, n.º 1, do CIRE, o administrador de insolvência tem legitimidade para inserir uma proposta de plano no plano de insolvência, fazendo-o diretamente no respetivo corpo ou em anexo, embora não seja obrigatório. Para Carvalho Fernandes e João Labareda, basta existir uma sugestão, «podendo até apontar as respetivas traves mestras, ou simplesmente aguardar as indicações que os credores entendam dar-lhe no quadro das deliberações da assembleia». No entanto, referem que devem ser apontadas as consequências expectáveis dos diversos cenários configuráveis, que incluem sempre o recurso à liquidação universal do património e a opção pelo plano segundo as vias concretamente equacionadas – *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 583, nota 8.

<sup>97</sup> «No caso de se prever a manutenção em atividade da empresa, na titularidade do devedor ou de terceiro, e pagamentos aos credores à custa dos respetivos rendimentos, plano de investimentos, conta de exploração previsional e demonstração previsional de fluxos de caixa pelo período de ocorrência daqueles pagamentos, e balanço pró-forma, em que os elementos do ativo e do passivo, tal como resultantes da homologação do plano de insolvência, são inscritos pelos respetivos valores».

<sup>98</sup> Em determinados casos, o devedor pode administrar a massa insolvente (quando nesta estiver compreendida uma empresa – cfr. art.º 223º do CIRE). No entanto, o juiz só poderá confiar a administração da massa insolvente ao devedor se ocorrerem os pressupostos estabelecidos no n.º 2, do

## **2.2. Encerramento da empresa**

O encerramento da empresa pode acontecer em momento anterior à assembleia de apreciação do relatório<sup>99</sup> (*vide* art.º 157º<sup>100</sup> do CIRE) ou aquando da realização desta assembleia<sup>101</sup> - cfr. art.º 156º, n.º 2, do CIRE.

Uma questão pertinente que se coloca é a de saber se pode haver encerramento antecipado por iniciativa do insolvente, quando a administração da massa insolvente lhe seja entregue.

A doutrina tem considerado que, no caso de a administração da massa insolvente se manter confiada ao insolvente, cabe a este tomar essa decisão sob fiscalização ou coadjuvação do administrador<sup>102</sup> (cfr. arts 224º e ss., do CIRE), posição que nos parece fundada. Também nós consideramos que o devedor, tal como o administrador da insolvência, poderá decidir pelo encerramento da empresa quando a administração da massa fique a seu cargo. Mas essa decisão deve ser comunicada ao administrador, já que este fiscaliza a administração da massa realizada pelo devedor - cfr. art.º 226.º, n.º 1, do CIRE.

---

art.º 224º do CIRE, que são de verificação cumulativa: o devedor terá que requerer a administração da massa; se já a tiver apresentado, ou se se comprometer a apresentá-la no prazo de 30 dias após a sentença de declaração de insolvência, terá que apresentar um plano de insolvência que preveja a continuidade da exploração da empresa por si próprio; não poderá haver razões para requear atrasos na marcha do processo ou outras desvantagens para os credores; e se o requerente da insolvência não for o devedor, terá que dar o seu acordo - Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 813, nota 3. No mesmo sentido, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 33

<sup>99</sup> O encerramento antecipado da empresa ocorre antes da reunião dos credores, ou seja, sucede no período que decorre desde a prolação da sentença declaratória de insolvência - *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 589, nota 2. No mesmo sentido, Martins, Luís M., ob. cit., pp. 419.

<sup>100</sup> «O administrador da insolvência pode proceder ao encerramento dos estabelecimentos do devedor, ou de algum ou alguns deles, previamente à assembleia de apreciação do relatório:

- a) Com o parecer favorável da comissão de credores, se existir;
- b) Desde que o devedor se não oponha, não havendo comissão de credores, ou se, não obstante a oposição do devedor, o juiz o autorizar com fundamento em que o adiamento da medida até à data da referida assembleia acarretaria uma diminuição considerável da massa insolvente».

<sup>101</sup> Costeira, Joana, ob. cit., pp. 34.

<sup>102</sup> Cfr. *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 590, nota 2, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 35 e Martins, Luís M., ob. cit., pp. 419.

### **2.3. Transmissão da empresa**

A transmissão da empresa verifica-se através da sua alienação<sup>103</sup>: pode ser alienada como um todo (*vide* art.º 162º, n.º 1, do CIRE) ou através de saneamento por transmissão de estabelecimentos, como decorre do art.º 199º, do CIRE<sup>104</sup>.

Como acontece na manutenção da empresa, também a transmissão pode resultar de uma medida inserida no plano de insolvência (cfr. art.º 195º, n.º 2, al. b), do CIRE) ou de deliberação da assembleia de apreciação do relatório - *vide* art.º 156º, n.º 2, do CIRE.

Acontecendo a primeira hipótese, a transmissão poderá resultar de um plano de saneamento por transmissão da empresa a outra entidade<sup>105</sup>, conforme o art.º 199º, do CIRE; se ocorrer através da deliberação da assembleia de apreciação do relatório, realiza-se de imediato a venda (liquidação) de todos os bens apreendidos<sup>106</sup> para a massa insolvente - cfr. art.º 158º, n.º 1, do CIRE.

## **3. A participação dos trabalhadores no processo de insolvência**

Neste capítulo, importa ainda evidenciar o “papel” do(s) trabalhador(es) numa empresa e verificar se pode(m) ou não intervir no processo de insolvência.

Numa relação laboral, o trabalhador fica obrigado a prestar a sua atividade e a colaborar permanente e duradouramente com a respetiva empresa, «*ficando sujeito a relações comunitárias de solidariedade com os seus próprios companheiros de trabalho e de cooperação com a entidade empregadora*»<sup>107</sup>, o que demonstra que o trabalhador tem um papel ativo no seio da empresa, sendo até considerado um ativo da empresa, ou

---

<sup>103</sup> No processo de insolvência, a transmissão da empresa através da alienação acontece quando se decide liquidar a massa insolvente – Costeira, Joana, ob. cit., pp. 36.

<sup>104</sup> «*O plano de insolvência que preveja a constituição de uma ou mais sociedades, neste Código designadas por nova sociedade ou sociedades, destinadas à exploração de um ou mais estabelecimentos adquiridos à massa insolvente mediante contrapartida adequada contém, em anexo, os estatutos da nova ou novas sociedades e prevê quanto ao preenchimento dos órgãos sociais*».

<sup>105</sup> Tanto Joana Costeira como Luís Carvalho Fernandes e João Labareda entendem que o saneamento por transmissão se configura como um meio de recuperação orientado para a prossecução dos interesses dos credores – Costeira, Joana, ob. cit., pp. 36 e 37 e *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado* cit., pp. 733, nota 2.

<sup>106</sup> Um dos bens apreendidos será a empresa do devedor. Segundo o art.º 162º, n.º 2, do CIRE, o administrador de insolvência terá que efetuar de seguida diligências para a sua venda.

<sup>107</sup> Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 91 e 320.

seja, é visto como um elemento importante ou até mesmo indispensável à recuperação de uma empresa<sup>108</sup>, caso a declaração judicial de insolvência siga esse rumo.

Perante a insolvência do empregador, os trabalhadores podem ter interesses contrapostos ou contraditórios: por um lado, a manutenção do seu contrato de trabalho<sup>109</sup> e, por outro, a rápida satisfação dos seus créditos<sup>110-111</sup>, o que vai de encontro às ideias de recuperação ou de encerramento definitivo da empresa estabelecidas no art.º 1º, n.º 1, do CIRE.

Por isso, concordamos que os trabalhadores podem e devem intervir, como sujeitos ativos, no processo de insolvência, uma vez que podem ser tomadas decisões que afetam a empresa ou o rumo desta e, consequentemente, os seus interesses.

Importa agora saber como se processa esta intervenção realizada pelos trabalhadores.

O CIRE<sup>112</sup>, tal como acontecia na vigência do CPEREF, atribui às comissões de trabalhadores<sup>113</sup> o papel de representante geral dos interesses dos trabalhadores no processo de insolvência, comprovando que os trabalhadores são chamados a intervir de forma direta no processo, mas só subsidiariamente<sup>114</sup>.

Portanto, o objetivo dessas comissões é a defesa dos interesses dos trabalhadores, num domínio de intervenção (empresa), o que demonstra que se trata de um direito coletivo dos trabalhadores<sup>115</sup> - cfr. art.º 54º, n.º 1 da CRP.

---

<sup>108</sup> Cfr. Ramalho, Maria do Rosário Palma, “*Aspetos Laborais da Insolvência. Notas Breves Sobre as Implicações Laborais do Regime do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 690. No mesmo sentido, Xavier, Bernardo da Gama Lobo, ob. cit., pp. 320.

<sup>109</sup> O trabalhador tem todo o interesse em manter o vínculo contratual gerado com a entidade empregadora, pois só assim vê garantida a tão importante estabilidade do seu emprego (cfr. art.º 53º da CRP) - Costeira, Joana, ob. cit., pp. 76 e 77. No mesmo sentido, Serra, Catarina, ob. cit., pp. 188.

<sup>110</sup> Os trabalhadores podem ser credores das empresas insolventes, o que acontece em muitos casos, sendo chamados a intervir no processo para garantir a sua posição e defender os interesses na qualidade de credores - “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 690. No mesmo sentido, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 76.

Como credores pretendem a satisfação dos créditos que resultam dos seus contratos de trabalho.

<sup>111</sup> Costeira, Joana, ob. cit., pp. 75. No mesmo sentido, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 187.

<sup>112</sup> Vide arts. 37º, n.º 2, 66º, n.º 3, 72º, n.º 6, 75º, n.º 3, 156º, n.º 1, 193º, n.º 3 e 208º, do CIRE.

<sup>113</sup> Esta comissão foi instituída na Constituição de 1976 - Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III – Situações Laborais Coletivas*, 2.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 97.

<sup>114</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 691. No mesmo sentido, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 78.

<sup>115</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III* cit., pp. 104.



Observando as normas<sup>116</sup> relativas à comissão de trabalhadores, podemos caracterizá-la da seguinte maneira: a comissão exerce um direito fundamental dos trabalhadores<sup>117</sup>; é um órgão de representação exclusivamente dos trabalhadores, pois só pode ser formado por trabalhadores<sup>118-119</sup> (art.º 54º da CRP); visa a defesa dos interesses dos trabalhadores e a intervenção democrática dos trabalhadores na vida da empresa<sup>120</sup>; configura uma representação unitária, uma vez que representa todos os trabalhadores de uma empresa numa só comissão<sup>121</sup>; só pode existir uma comissão de trabalhadores por empresa<sup>122</sup> (art.º 415º, n.º 1, do CT); a empresa é a referência normal de representação<sup>123</sup>. Para finalizar, é de referir que a representação cabe à comissão de trabalhadores enquanto tal e não a cada um dos seus membros, pois é um órgão pluripessoal e colegial<sup>124</sup>.

No entanto, importa sublinhar que, apesar de consagradas na CRP e na lei comum, estas comissões de trabalhadores têm um papel muito reduzido de intervenção.

Desde logo, porque, no nosso país, existem muito poucas empresas com comissões de trabalhadores instituídas e, mesmo as existentes, já não têm as funções pretendidas inicialmente<sup>125</sup>. É que, não obstante as comissões de trabalhadores tenham sido instituídas com o intuito de serem uma alternativa às associações sindicais, a

---

<sup>116</sup> V.g., CRP, CT, entre outras.

<sup>117</sup> Reis, João, “*Envolvimento e Participação dos Trabalhadores na Empresa*”, in *Vinte Anos de Questões Laborais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 151.

<sup>118</sup> Leite, Jorge, *Direito do Trabalho*, Volume I, Serviços de Ação Social da U.C., Serviço de Textos, Coimbra, 2003, pp. 146. No mesmo sentido, Reis, João, ob. cit., pp. 151.

<sup>119</sup> Importa referir que todos os trabalhadores da empresa, independentemente da função que realizam ou da sua idade, têm o direito de participar na constituição da comissão dos trabalhadores (cfr. art.º 415º, n.º 3, do CT), o que está de acordo com o princípio geral da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego (vide art.º 24º, n.º 1, do CT) - *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III* cit., pp. 115.

<sup>120</sup> Reis, João, ob. cit., pp. 151. No mesmo sentido, Canotilho, J.J. Gomes e Moreira Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 716, nota I.

<sup>121</sup> *Direito do Trabalho*, Vol. I cit., pp. 146. No mesmo sentido Reis, João, ob. cit., pp. 151 e Canotilho, J.J. Gomes e Moreira Vital, ob. cit., pp. 718, nota V - para os autores, é inadmissível haver comissões de trabalhadores paralelas ou concorrentes, pois está em causa o princípio da unicidade. No entanto, consideram admissível a existência de subcomissões (cfr. art.º 461º do CT) nas empresas com estabelecimentos geográficos dispersos, se os trabalhadores assim o entenderem.

<sup>122</sup> Reis, João, ob. cit., pp. 151.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> É um órgão composto por várias pessoas que têm um processo específico de formação da vontade, o que exige a observância de um procedimento próprio caracterizado pelo facto de a todos dever ser dada oportunidade de participar, intervir e de votar em reunião para o efeito regularmente convocada - *Direito do Trabalho*, Volume I cit., pp. 148.

<sup>125</sup> Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 145. No mesmo sentido *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III* cit., pp. 101 – a autora considera que as comissões dos trabalhadores têm um papel secundário pela lei.

verdade é que, na prática, salvo honrosas exceções (veja-se o caso *AutoEuropa*), não têm conseguido impor-se às associações sindicais, ao nível da empresa<sup>126</sup>.

Não podemos esquecer que as associações sindicais<sup>127</sup> são associações específicas de trabalhadores assalariados ou equiparados destinadas a defender os seus interesses e direitos perante a entidade empregadora<sup>128</sup>, também com assento e reconhecimento constitucional - cfr. art.º 55º do CRP.

Tendo em consideração os dois conceitos de estruturas representativas dos trabalhadores, e sabendo que ambas têm como objetivo a defesa dos interesses dos trabalhadores, as associações sindicais são predominantemente vocacionadas para prosseguir tal objetivo ao nível da profissão, da categoria ou da área de atividade. Já as comissões de trabalhadores estão mais vocacionadas para prosseguir aquele objetivo ao nível da empresa<sup>129</sup>.

Por outro lado, enquanto o nexo de representação que liga as associações sindicais e os trabalhadores é um nexo de representação voluntária, dependente de filiação sindical (art.º 444º do CT), o nexo de representação entre a comissão de trabalhadores e os trabalhadores da empresa é um nexo de representação legal, uma vez que apenas há uma comissão de trabalhadores por empresa e tal comissão representa todos os trabalhadores dessa empresa<sup>130</sup> - art.º 415º do CT.

Recorde-se ainda que o exclusivo da representação dos trabalhadores no exercício da contratação coletiva é atribuído às associações sindicais<sup>131</sup> (art.º 56º, n.º 3, da CRP), com a consequente exclusão das comissões de trabalhadores, e a eventual recuperação da empresa pode passar precisamente pela necessidade de ajustamento das condições de trabalho, onde a contratação coletiva<sup>132</sup> pode ter um papel extremamente importante

---

<sup>126</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III* cit., pp. 101 e 102.

<sup>127</sup> Os sindicatos tiveram a sua origem no final do século XIX, por causa da existência de péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores fabris daquela época. No entanto, só na Constituição de 1976 passou a existir o regime jurídico das associações sindicais como hoje conhecemos - ob. cit., pp. 27 e ss. e 42.

<sup>128</sup> Canotilho, J.J. Gomes e Moreira Vital, ob. cit., pp. 730, nota I. No mesmo sentido, Leite, Jorge, ob. cit., Volume I, pp. 107-110 e Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 43 e 44.

<sup>129</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III* cit., pp. 108.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> Cfr. *Constituição da República Portuguesa Anotada* cit., pp. 744, nota IX - Gomes Canotilho e Vital Moreira referem que o direito de contratação coletiva é um direito cujos titulares são diretamente os trabalhadores, competindo apenas às associações sindicais exercê-lo (*vide* art.º 540º do CT).

<sup>132</sup> Segundo Gomes Canotilho e Vital Moreira, o direito de contratação coletiva é o direito de os trabalhadores regularem coletivamente as relações de trabalho com os empregadores ou suas associações

enquanto fenómeno de autorregulação das condições de trabalho com legitimidade constitucional (art.º 56º, n.º 3, da CRP), tanto mais quando o próprio legislador ordinário vem reafirmando a necessidade de revitalizar a contratação coletiva.

Assim, uma vez que as comissões de trabalhadores não têm tido grande relevo a nível empresarial e não se mostram dotadas de legitimidade a nível da contratação coletiva, consideramos que a opção legislativa no âmbito do CIRE pelas comissões de trabalhadores se mostra desconforme aos objetivos propostos, impondo-se que sejam dadas competências às associações sindicais, para que estas colaborem na defesa dos interesses dos trabalhadores no âmbito de um processo de insolvência, mas também por a sua atuação poder ser mais eficaz com vista à recuperação da própria empresa insolvente.

---

representativas, substituindo o fraco poder contratual do trabalhador individual pelo poder coletivo organizado no sindicato - *ibidem*.

### **CAPÍTULO III - OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA: O DESTINO DOS CONTRATOS DE TRABALHO VIGENTES NA EMPRESA INSOLVENTE**

#### **1. A sentença da declaração de insolvência e a assembleia de credores (breves notas)**

Para abordarmos a matéria dos efeitos da declaração judicial da insolvência nos contratos de trabalho, faremos breves referências à sentença de declaração de insolvência e à assembleia de credores que fomos abordando incidentalmente ao longo deste trabalho.

Assim, de acordo com o art.º 3º, n.º 1, do CIRE, uma pessoa jurídica<sup>133</sup> encontra-se em situação de insolvência quando esteja impossibilitada de cumprir as suas obrigações vencidas<sup>134</sup>.

E quem poderá formular e apresentar o pedido de declaração de insolvência?

O dever de apresentação cumpre-se através da instauração de um processo de insolvência por iniciativa do devedor<sup>135</sup> (art.º 18º, n.º 1 do CIRE<sup>136</sup>); procedimento esse que conduzirá à declaração judicial de insolvência do apresentado.

Quando o devedor for uma pessoa singular que não se mostre capaz, tem legitimidade processual para apresentar o pedido o órgão social incumbido da sua administração ou, se não for o caso, qualquer um dos seus administradores, como refere o art.º 19º do CIRE.

É ainda de notar que a declaração judicial de insolvência também pode ser requerida *«por quem for legalmente responsável pelas suas dívidas<sup>137</sup>, por qualquer credor, ainda que condicional<sup>138</sup> e qualquer que seja a natureza do seu crédito, ou ainda pelo Ministério Público, em representação das entidades cujos interesses lhe*

---

<sup>133</sup> O art.º 2º, n.º 1, do CIRE refere quem pode ser objeto de processo de insolvência.

<sup>134</sup> Para Soveral Martins, devem ser consideradas apenas as obrigações vencidas, pois o que está em causa é não se ter meios para cumprir essas obrigações – Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 47 e 48.

<sup>135</sup> *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 188 e 189, notas 5 e 6.

<sup>136</sup> «1 - O devedor deve requerer a declaração da sua insolvência dentro dos 30 dias seguintes à data do conhecimento da situação de insolvência, tal como descrita no n.º 1 do artigo 3.º, ou à data em que devesse conhecê-la».

<sup>137</sup> Importa notar que o processo só se desencadeia através dos responsáveis por dívidas que preencham o condicionalismo definido no art.º 6º, n.º 2, do CIRE – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 197, nota 4.

<sup>138</sup> Vide art.º 50º CIRE.

*estão legalmente confiados»*<sup>139</sup>, e que, assumem o papel de credores do insolvente<sup>140</sup>; mas, para tal é necessário a verificação de algum dos factos elencados no art.º 20º, n.º 1, do CIRE.

Relativamente à sentença de declaração de insolvência, importa referir que é nesta sentença que se declara a insolvência do devedor<sup>141</sup> - cfr. art.º 36º, n.º 1, do CIRE.

Como estabelece a al. n), do n.º 1, do art.º 36º do CIRE, nesta sentença, o juiz designa o dia e a hora, entre os 45 e os 60 dias subsequentes, para a realização da reunião da assembleia de credores<sup>142</sup> (cfr. art.º 156º do CIRE), ou declara, fundamentadamente, prescindir da realização da mencionada assembleia.

Ocorreu uma importante alteração legislativa relativa à assembleia de credores. Na vigência do DL n.º 200/2004, de 18 de agosto, a referida assembleia era obrigatória em todos os processos mas, com a entrada em vigor da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, passou a existir a hipótese de o juiz prescindir da realização dessa assembleia<sup>143</sup>.

Posto isto, se o juiz prescindir da assembleia<sup>144</sup>, deve, logo na sentença, adequar a marcha processual a essa finalidade (cfr. art.º 36º, n.º 5, do CIRE), passando os prazos que se iniciam na data da assembleia a ter por referência o 45º dia posterior à data da sentença de declaração de insolvência<sup>145</sup> - cfr. art.º 36º, n.º 4, do CIRE<sup>146</sup>.

Tendo em consideração o exposto, podemos concluir que este dever torna a tarefa do juiz muito mais exigente<sup>147</sup>, pois terá que decidir se pode ou não prescindir da assembleia. E além disso, não podemos esquecer que, mesmo que o juiz prescinda da realização da assembleia, qualquer interessado, no prazo para apresentação das reclamações de créditos, pode requerer ao tribunal a sua convocação, tendo o juiz que

---

<sup>139</sup> Parte da redação do art.º 20º, n.º 1, do CIRE.

<sup>140</sup> O Ministério Público não tem iniciativa própria – ob. cit., pp. 207, nota 25.

<sup>141</sup> Catarina Serra defende que a sentença comporta uma declaração que reside no facto de o juiz reconhecer judicialmente a situação de facto que é a condição fundamental da declaração de insolvência - *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 128 e 129.

<sup>142</sup> Vide art.º 75º CIRE.

<sup>143</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 255, nota 1 e Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 129.

<sup>144</sup> Para prescindir da realização da assembleia, o juiz terá que apresentar fundamentos para essa decisão, pois o relatório do administrador da insolvência (cfr. art.º 155º do CIRE) é de extrema importância – *Um Curso de Direito da Insolvência* cit., pp. 129. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 255.

<sup>145</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 162. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 260, nota 18 e Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 130.

<sup>146</sup> Vide art.º 279º, al. b), do CC.

<sup>147</sup> Cfr. Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 130.

designar dia e hora, entre os 45 e os 60 dias subsequentes à sentença que declarar a insolvência, para a sua realização<sup>148</sup> - *vide* art.º 36º, n.º 3, do CIRE.

Importa ainda referir quem são os destinatários da sentença, bem como definir a forma de citação utilizada.

O art.º 37º do CIRE esclarece esta questão ao referir que são notificados o devedor, se ainda não tiver sido citado pessoalmente para os termos do processo; o requerente da declaração de insolvência, o Ministério Público, o Instituto de Segurança Social e a comissão de trabalhadores, esta última no caso de o devedor ser titular de uma empresa (n.º 2), bem como os administradores<sup>149</sup> do devedor a quem tenha sido fixada residência (n.º 1).

Relativamente à forma da citação dos credores, é de se referir que varia consoante a categoria de credor em causa<sup>150</sup>.

De acordo com o art.º 37º, n.º 1, do CIRE, os cinco maiores credores conhecidos, «*com exclusão do que tiver sido requerente*», serão citados pessoalmente<sup>151</sup> ou por carta registada, consoante tenham ou não<sup>152</sup> residência em Portugal, sede ou domicílio em Portugal – cfr. art.º 37º, n.º 3, do CIRE. Também os administradores do devedor a quem tenha sido fixada residência devem ser notificados pessoalmente da sentença (*vide* n.º 1 do artigo).

Se existirem créditos do Estado, de institutos públicos sem a natureza de empresas públicas ou de instituições da segurança social, a citação dessas entidades é feita por carta registada, como refere o n.º 5 do referido artigo.

É ainda de notar que, em alternativa às notificações mencionadas acima, o n.º 6, do art.º 37º, do CIRE refere que todos estes credores poderão ser notificados e citados por «*via eletrónica, nos termos previstos em portaria do Ministro da Justiça*»<sup>153</sup>.

---

<sup>148</sup> *Ibidem*. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 255.

<sup>149</sup> Cfr. art.º 6º do CIRE.

<sup>150</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp.162.

<sup>151</sup> Cfr. art.º 225º e ss., do CPC.

<sup>152</sup> De acordo com o art.º 37º, n.º 4, do CIRE, os credores conhecidos que tenham residência habitual num Estado-membro diferente daquele em foi aberto o processo são citados por carta registada em conformidade com o artigo 54.º do Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015.

<sup>153</sup> *Vide* Portaria n.º 170/2017, de 25 de maio, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais – art.º 1º, da Portaria n.º 170/2017.

Finalmente, o art.º 37º, n.º 7, do CIRE referencia que os restantes credores ou interessados serão citados por edital «*com prazo de dilação de cinco dias, afixado na sede ou na residência do devedor, nos seus estabelecimentos e no próprio tribunal e por anúncio publicado no portal Citius*»<sup>154</sup>.

Como podemos ver, a citação pode ser feita de modo pessoal ou edital, sendo aplicável, por força do art.º 17º do CIRE, os arts. 225º e ss. do CPC, relativos às modalidades e formalidades das citações.

Quanto à assembleia de credores, como já abordámos, o juiz poderá designar na sentença de declaração de insolvência, o dia e a hora, para a sua realização, ou optar por prescindir da mesma (cfr. arts. 36º, n.º 1, al. n) e 156º, ambos do CIRE).

Esta assembleia corresponde a um momento importante do processo de insolvência<sup>155</sup>, pois, destina-se a proceder à ponderação sobre o modo de promover a satisfação dos interesses dos credores e correspondente desenvolvimento do processo<sup>156</sup>, o que significa que é na assembleia de credores que se decide o destino da empresa: encerramento definitivo ou manutenção da empresa insolvente.

Deve notar-se que, nesta assembleia, tanto o devedor, como a comissão de credores e a comissão de trabalhadores ou representantes dos trabalhadores, têm a oportunidade de se pronunciar sobre o relatório – cfr. art.º 156º, n.º 1, do CIRE.

Após a apreciação dessas entidades, a assembleia aprecia o relatório e delibera, como referimos anteriormente, sobre a melhor forma de acautelar a satisfação dos interesses dos credores e qual o subsequente desenvolvimento do processo<sup>157</sup>, isto é, irá deliberar sobre o encerramento ou manutenção do(s) estabelecimento(s) compreendido(s) na massa insolvente.

Note-se que as deliberações tomadas em assembleia podem ser modificadas ou revogadas, em reunião posterior<sup>158</sup> – vide art.º 156º, n.º 6, do CIRE.

---

<sup>154</sup> Excerto do artigo 37º, n.º 7, do CIRE.

<sup>155</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 255.

<sup>156</sup> *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* anotado cit., pp. 586, nota 4. No mesmo sentido, Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 98.

<sup>157</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 256.

<sup>158</sup> Se a assembleia optar por encerrar o(s) estabelecimento(s) do devedor, pode, mais tarde, promover a sua reabertura, do mesmo modo que, se inicialmente escolher mantê-lo(s) em atividade, poderá, depois, decidir encerrá-lo(s) – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* anotado cit., pp. 587, nota 5.

Como veremos de seguida, a declaração judicial de insolvência afeta os contratos de trabalho dos trabalhadores da empresa insolvente. Analisaremos esses efeitos relativos à potencial manutenção, encerramento ou transmissão da empresa.

## **2. Os efeitos em caso de insolvência do empregador**

### **2.1. Regime jurídico aplicável**

O art.º 172º do CPEREF estabelecia e remetia o destino dos contratos de trabalho vigentes na empresa falida para o regime da cessação do contrato de trabalho<sup>159</sup>. Atualmente, no CIRE, verifica-se a inexistência de uma disposição que corresponda a esse artigo<sup>160</sup>, razão pela qual é razoável admitir-se a dúvida de saber qual é o regime aplicável aos efeitos da declaração judicial de insolvência do empregador relativamente aos contratos vigentes.

Pedro Romano Martinez considera que devem ser aplicados os arts. 111º e 108º, ambos do CIRE. Segundo o autor, os contratos de trabalho que vigorem no momento em que a insolvência é decretada mantêm-se (cfr. art.º 111º do CIRE), não existindo uma imediata cessação dos contratos de trabalho vigentes na empresa. Mas, defende que, apesar de o contrato de trabalho subsistir, poderá ser denunciado por qualquer uma das partes<sup>161</sup> – cfr. art.º 111º, n.º 1, do CIRE. Assim, o administrador de insolvência pode, após a declaração de insolvência, denunciar o contrato com um pré-aviso de sessenta dias<sup>162</sup> - cfr. art.º 108º, n.º 1, *ex vi* do art.º 111º, n.º 1, do CIRE.

O autor defende ainda que estes artigos (arts. 111º e 108º, ambos do CIRE) têm de ser conjugados com a «*correspondente norma do Código do Trabalho (art.º 391º [atual 347º do CT])*»<sup>163</sup>.

---

<sup>159</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 693. No mesmo sentido, *Direito da Insolvência* cit., pp. 205.

<sup>160</sup> Cfr. *Direito da Insolvência* cit., pp. 205. No mesmo sentido, “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 694, Serra, Catarina, ob. cit., pp 186 e 187 e Monteiro, Leonor Pizarro, *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 25.

<sup>161</sup> Martinez, Pedro Romano, *Da Cessação do Contrato*, 3.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 386 e 387.

<sup>162</sup> Segundo o art.º 111º, n.º 2, do CIRE, a denúncia antecipada do contrato, realizada pelo administrador da insolvência (só nesse caso), determina o pagamento de uma compensação que deve ser calculada nos termos do art.º 108º, n.º 3, do CIRE com as necessárias adaptações.

<sup>163</sup> Ob. cit., pp. 387 e 388.



Luís Carvalho Fernandes<sup>164</sup> e João Labareda consideram não ser aplicável o art.º 111º do CIRE, por esse regime ter como objeto os contratos de prestação de serviço com caráter duradouro<sup>165</sup>. Ao invés, consideram que se deve aplicar o art.º 277º do CIRE<sup>166</sup>, que é uma norma de conflitos no domínio das relações laborais<sup>167</sup>, «*em articulação com as normas que se ocupam da cessação do contrato de trabalho no Código do Trabalho*»<sup>168</sup>, ou seja, o art.º 347º do CT.

Já Maria do Rosário Palma Ramalho propugna que não são aplicáveis nem os arts. 111º e 108º, nem o art.º 277º, todos do CIRE<sup>169</sup>.

Segundo a autora, o art.º 111º do CIRE refere-se aos contratos de prestação de serviço e não aos contratos de trabalho<sup>170</sup>. A autora baseia-se em alguns argumentos para justificar a sua posição: num argumento dogmático, pois tanto o contrato de trabalho como o contrato de prestação de serviço se encontram delimitados na lei – cfr. art.º 1152º e 1154º, ambos do CT -, motivo pelo qual considera que o «*contrato de trabalho não se reconduz a um contrato de prestação de serviço (ainda que envolva uma atividade humana produtiva)*»; num argumento literal, uma vez que, segundo ela, o

---

<sup>164</sup> Luís Carvalho Fernandes rejeita a aplicação do art.º 111º do CIRE, pois não concorda com a ideia de se tratar o contrato de trabalho como um contrato de prestação duradoura de serviço, uma vez que a doutrina e jurisprudência diferenciam os dois conceitos - cfr. arts. 1152º e 1154º, ambos do CC. Mais, porque o art.º 111º, n.º 1, do CIRE se refere a contratos de prestação duradoura de serviços «*no interesse do insolvente*». Acontece que, no contrato de trabalho existe um grande interesse por parte do trabalhador, que exerce a sua atividade na empresa, demonstrando assim não ser aplicável o referido artigo. O autor sustenta ainda que, n.º 1 do referido artigo se refere aos contratos que não caduquem por efeito do art.º 110º do CIRE, o que o leva a considerar que o legislador visa apenas os contratos aí previstos.

Exclui também a aplicação do art.º 277º do CIRE, por considerar que este tem uma dupla remissão, isto porque, o referido artigo remete para as normas de conflito em matéria de Direito do Trabalho, hoje contidas no CT – cfr. arts. 6º e ss., do CT. Portanto, quando essas normas são relativas à aplicação da lei no espaço (como é o caso de Direito Internacional Privado), «*a remissão nelas contida envolve a possibilidade de se aplicarem normas dos mais diversos sistemas jurídicos estrangeiros*». Assim, o autor considera ser aplicável o art.º 391º do CT (atual 347º do CT) – Fernandes, Luís A. Carvalho, “*Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho Segundo o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in Coletânea de Estudos Sobre a Insolvência, Quid Juris, Sociedade Editora, Lisboa, 2009, pp. 227 a 229.

<sup>165</sup> Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado cit., pp. 486, nota 2 e pp. 487, nota 4.

<sup>166</sup> Joana Vasconcelos tem a mesma opinião. Segundo a autora, tanto o CIRE como o CT «*contêm normas que especificamente se ocupam dos efeitos da declaração de insolvência do empregador nas relações laborais – os arts. 277º e 391º [agora, 347º do CT], respetivamente*» - Vasconcelos, Joana, “*Insolvência do Empregador e Contrato de Trabalho*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Henrique Mesquita, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 1092.

<sup>167</sup> Pelo que os autores consideram que se aplica no âmbito do Direito Internacional Privado Laboral - ob. cit., pp. 936, nota 2.

<sup>168</sup> Ob. cit., pp. 487, nota 4.

<sup>169</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 695 e ss. e *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 930.

<sup>170</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 695.

CIRE distingue os contratos de prestação de serviço dos contratos de trabalho<sup>171</sup>; num argumento de índole constitucional, pois considera que a atribuição de uma possibilidade livre de denúncia dos contratos de trabalho ao administrador de insolvência contorna o princípio da proibição dos despedimentos sem justa causa (art.º 53º da CRP), que circunscreve a faculdade de cessação do contrato de trabalho às situações tipificadas na lei laboral, o que origina um problema de inconstitucionalidade; e, finalmente, num argumento teleológico, pois defende que esta solução não visa a possibilidade de recuperação da empresa insolvente, que também pode resultar da declaração judicial de insolvência, isto porque, uma vez que o CIRE institui ao administrador da insolvência o dever de continuar a exploração da empresa (art.º 55º, n.º 1, al. b), do CIRE), esse *«dever seria contraditado pela atribuição de um direito incondicionado de denúncia dos contratos de trabalho nos sessenta dias subsequentes à declaração judicial de insolvência»*<sup>172</sup>.

Relativamente ao art.º 277º CIRE, refere que se trata de uma norma de conflitos, e não de uma norma de remissão geral, o que significa que, *«em caso de conflito sobre a lei aplicável num processo de insolvência conexo com mais do que um ordenamento jurídico, os aspetos laborais desse processo regem-se pela lei laboral aplicável à situação»*<sup>173</sup>.

Tendo em consideração estes artigos, a autora defende que se está perante uma lacuna do CIRE, que *«evidencia o desinteresse do regime jurídico da insolvência pelos efeitos laborais da mesma»*, o que lhe causa alguma perplexidade, tendo em conta a importância dos trabalhadores como ativo da empresa e na perspetiva da recuperação desta, que é contemplada pelo Código<sup>174</sup>.

Assim, Maria do Rosário Palma Ramalho advoga que, para esta matéria, deve ser

---

<sup>171</sup> Cfr. arts. 113º e 277º, ambos do CIRE.

<sup>172</sup> Ob. cit., pp. 695 e 696 e *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 930 e 931.

<sup>173</sup> *“Aspetos Laborais da Insolvência...”* cit., pp. 695 e *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 930.

<sup>174</sup> *“Aspetos Laborais da Insolvência...”* cit., pp. 696. Em sentido contrário, cfr. ac. STJ, proferido no processo n.º 1385/13.4TJCBR-H.C1.S1, de 30-05-2017, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro José Raíño, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 – refere que não é adequado falar-se na existência de uma lacuna, pelo menos em sentido jurídico, uma vez que *«o ordenamento jurídico não deixa de regular especificamente sobre o tema, apenas sucede que o legislador entendeu (...) tratar do assunto no contexto da legislação do trabalho, mais propriamente no Código do Trabalho»*.

utilizado o CT<sup>175</sup> - o art.º 391º (o atual art.º 347º do CT).

No mesmo sentido do propugnado por esta autora, Luís Menezes Leitão também considera que o CIRE não regula os efeitos da insolvência do empregador no âmbito das relações laborais: segundo o autor, o art.º 111º do CIRE não é aplicável ao contrato de trabalho, uma vez que se refere apenas a contratos de prestação duradoura de serviço e, também defende que não é aplicável o art.º 277º do CIRE, porque se trata de uma norma de conflitos e não uma disposição remissiva de natureza substantiva<sup>176</sup>.

Assim, também considera que é no CT que se encontra regulada esta matéria, mais precisamente, no art.º 347º CT<sup>177</sup>.

Podemos mesmo afirmar, face ao exposto, que a doutrina maioritária na matéria considera que o artigo aplicável é o art.º 347º do CT. Modestamente, também nos parece ser a melhor orientação, pois, como pudemos comprovar, o elemento gramatical do art.º 111º do CIRE denota aplicar-se unicamente a contratos de prestação de serviço de natureza duradoura, e, como evidenciámos no Capítulo II, o contrato de trabalho não é sinónimo, nem é uma modalidade de contrato de prestação de serviço, merecendo tratamento legal distinto: arts. 1152º e 1154º, ambos do CC. E, também consideramos que não será aplicável o art.º 277º do CIRE, pois, como os autores enunciam com inteiro acerto, trata-se de uma norma de conflitos, portanto imprestável para determinar resultados substantivos nesta matéria.

Não obstante considerarmos que é no art.º 347º do CT que podemos encontrar a solução normativa substantiva para a matéria em apreço, julgamos que a criação de *iure constituendo* de uma norma referente a este assunto no CIRE teria a virtualidade de dissipar quaisquer dúvidas subsistentes, por ser esse o Código que regula a insolvência, contribuindo assim para a clarificação da temática, com evidentes reflexos positivos, em termos de segurança na aplicação do Direito e, portanto, na sempre frágil situação dos trabalhadores.

---

<sup>175</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 696 e *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 931.

<sup>176</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 206 e Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 873.

<sup>177</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 207 e “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 873.

## **2.2. Efeitos em caso de manutenção da empresa**

Como abordámos no Capítulo II, a manutenção da empresa insolvente encontra-se regulada no CIRE<sup>178</sup>.

Importa aqui esclarecer o que acontecerá aos contratos de trabalho vigentes na empresa através desta manutenção.

Para respondermos a esta questão, teremos que analisar o n.º 1 do art.º 347º, do CT, que consagra o princípio da intangibilidade dos contratos de trabalho em vigor na empresa<sup>179</sup>.

A norma refere que a declaração judicial de insolvência do empregador não faz cessar nem suspender<sup>180</sup> o contrato de trabalho em vigor na empresa insolvente, isto porque, atendendo ao artigo, o administrador da insolvência deve «*continuar a satisfazer integralmente as obrigações para com os trabalhadores enquanto o estabelecimento não for definitivamente encerrado*», o que significa que os contratos de trabalho cessam apenas quando se verificar o encerramento definitivo da empresa<sup>181</sup>.

Assim, de acordo com o art.º 81º, n.º 1, do CIRE, enquanto a empresa insolvente não for encerrada definitivamente, o administrador da insolvência passa a dispor dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente<sup>182</sup>, uma vez que a declaração de insolvência priva de imediato o insolvente de exercer esses

---

<sup>178</sup> Esta manutenção da empresa insolvente poderá decorrer da elaboração de um relatório, pelo administrador da insolvência, demonstrativo da sua viabilidade (cfr. art.º 155º, n.º 1, al. c), do CIRE), entregando depois à assembleia de credores, que deliberará sobre o encerramento ou manutenção do estabelecimento (cfr. art.º 156º, n.º 2, do CIRE); ou decorrerá da aprovação de um plano de insolvência que a contemple no conjunto das suas medidas - cfr. arts. 195º, n.º 2, al. c) e 155º, n.º 1, al. c), ambos do CIRE.

<sup>179</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 696. No mesmo sentido, vide ac. TRG, proferido no processo n.º 1132/10.2TBBCL-D.G1, de 03-05-2011, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Rosa Tching, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 08-04-2018.

<sup>180</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 229, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 211, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 696, Martins, Pedro Fortunato, *Cessação do Contrato de Trabalho*, 3.ª Edição, Princípiã Editora, Lda., Cascais, 2012, pp. 106 e Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 32.

<sup>181</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 207 e “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 874. No mesmo sentido, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1095. Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 72/12.5TBVRL-AH.G1, de 09-07-2015, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Heitor Gonçalves, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 e ac. TRG, proferido no processo n.º 6034/13.8TBBRG-I.G1, de 14-01-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Purificação Carvalho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>182</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 207. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 411, nota 5. Vide ac. TRL, proferido no processo n.º 2501/15.7T8CSC.L1-4, de 22-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Alves Duarte, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

poderes. Portanto, segundo o n.º 4 do referido artigo, o administrador da insolvência terá que assumir a «*representação do devedor para todos os efeitos de carácter patrimonial que interessem à insolvência*», o que significa que substituirá o empregador perante os trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito às vicissitudes dos seus vínculos laborais<sup>183</sup>. No entanto, esses poderes que o administrador da insolvência adquire encontram-se condicionados pela lei<sup>184</sup> (cfr. art.º 55º, n.º 1, al b), do CIRE), porque é-lhe proibido agravar a situação económica da empresa<sup>185</sup>, uma vez que se pretende a sua manutenção e a sua recuperação.

Atentando na questão da proibição do agravamento da situação económica da empresa, Luís Menezes Leitão sustenta que o administrador da insolvência não pode aumentar os encargos laborais existentes, isto é, não pode atribuir gratificações, nem aumentar os salários dos trabalhadores, nem celebrar novas convenções coletivas<sup>186</sup>.

Júlio Vieira Gomes opõe-se a esta posição, por considerar ser “perigoso” e inadequado impor proibições deste tipo. Para este autor, a cessação de contratos por acordo poderá ser mais vantajosa do que outras formas de cessação com problemas adicionais em matéria de litigância e que o aumento de salários poderá ser «*mais vantajoso ou mais económico, caso se pretenda preservar a empresa, do que celebrar novos contratos a termo como o administrador de insolvência inequivocamente pode*

---

<sup>183</sup> Henriques, Sérgio Coimbra, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador: Cessação dos Contratos de Trabalho E Qualificação dos Créditos Laborais*”, in IV Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 218. No mesmo sentido Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho* cit., pp. 929 – a autora considera que existe uma «*sub-rogação legal do administrador da insolvência na posição jurídica do empregador*». Já José João Abrantes opõe-se, referindo que o que existe é um vínculo de representação da empresa insolvente pelo administrador, que não é um terceiro relativamente a ela, para efeitos do art.º 589º do CC – Abrantes, José João, “*Efeitos da Insolvência do Empregador no Contrato de Trabalho*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 578, nota 1. No mesmo sentido, Gomes, Júlio Manuel Vieira, “*Nótula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador Nas Relações de Trabalho*”, in I Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 290 e Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 33.

<sup>184</sup> Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 33.

<sup>185</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 207. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 34 – a autora sustenta que a exploração da empresa deve ser realizada de forma diligente e muito cuidadosa - e Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 218. No entanto, tanto o autor, como Júlio Vieira Gomes defendem que os limites da atuação do administrador de insolvência devem ser delineados tendo em conta a situação de insolvência real e o interesse dos credores relativamente às soluções que o administrador encontra para a gestão da massa insolvente – ob. cit., pp. 218 e 219 e Gomes, Júlio Manuel Vieira, ob. cit., pp. 290.

<sup>186</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 207 e 208 e “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 874.

fazer», podendo, até mesmo, ser uma «*forma de “fixar” certos trabalhadores que podem ser cruciais para essa recuperação*»<sup>187</sup>.

Na nossa opinião, e uma vez que o administrador da insolvência deve «*proteger o património do insolvente*», de forma a possibilitar a recuperação do empregador insolvente<sup>188</sup>, deve agir de modo cuidadoso para não prejudicar a situação económica da empresa. Admitimos que, se para atingir tal *desideratum*, apreciado de forma diligente, for necessário aumentar, ou até despedir trabalhadores, que o possa fazer, ou seja, desde que não prejudique, ainda mais, a empresa em questão, se estiver em causa a manutenção da referida empresa.

De seguida, veremos também que, em determinados casos, para que ocorra a recuperação da empresa, o administrador da insolvência poderá fazer cessar o contrato de trabalho de determinados trabalhadores que não sejam indispensáveis ao funcionamento da empresa ou até contratar novos trabalhadores – de notar que, apesar que abordarmos estes dois temas neste capítulo, também podem ocorrer aquando do encerramento definitivo da empresa, como referiremos em seguida.

### ***2.2.1. Cessação de contratos de trabalho de trabalhadores não indispensáveis ao funcionamento da empresa***

Como decorre do art.º 347º, n.º 2, do CT<sup>189</sup>, existe a possibilidade de o administrador da insolvência, antes do encerramento definitivo do estabelecimento, fazer cessar os contratos de trabalho de trabalhadores cuja colaboração não seja indispensável ao funcionamento da empresa, designadamente porque pode existir um número excessivo de trabalhadores ou pode decidir manter em funcionamento apenas parte da empresa<sup>190</sup>.

Luís Carvalho Fernandes considera que esta hipótese de cessação do contrato de trabalho, «*é uma situação particular, por depender do requisito enunciado no preceito [colaboração do trabalhador não ser indispensável ao funcionamento da empresa], para*

---

<sup>187</sup> “*Nótula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador Nas Relações de Trabalho*” cit., pp. 290 e 291.

<sup>188</sup> Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 219.

<sup>189</sup> Esta norma correspondia ao art.º 56º, n.º 2, da LCT e, posteriormente ao art.º 391º, n.ºs 3 e 4, do CT.

<sup>190</sup> Vasconcelos, Joana, ob. cit. pp. 1102. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 36 e “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 698.

*além de não caber exclusivamente ao administrador da insolvência avaliar se ele se verifica ou não»<sup>191</sup>.*

Assim, consideramos ser necessário esclarecer o que se entende por «trabalhadores dispensáveis»<sup>192</sup>, para podermos apurar se esta situação deve ser qualificada como caducidade do contrato de trabalho.

Segundo Luís Carvalho Fernandes, os trabalhadores dispensáveis são aqueles em que *«a receção da prestação de trabalho é possível, por parte do empregador, mas menos conveniente do ponto de vista da rentabilidade da empresa»<sup>193</sup>.*

Como o administrador deve ser diligente na sua conduta para evitar o agravamento da situação económica do insolvente (cfr. art.º 55º, n.º 1, al. b), do CIRE), este autor sustenta que, para ele, é admissível que sejam conferidos poderes ao administrador para promover o despedimento dos trabalhadores dispensáveis. Portanto, defende que não se verifica uma situação de caducidade do contrato de trabalho, baseada na impossibilidade de a empresa receber a prestação, ainda que esta possa igualmente ocorrer em resultado da insolvência<sup>194</sup>.

Menezes Leitão<sup>195</sup> também considera que a cessação do contrato de trabalho pelo administrador da insolvência não constitui uma hipótese de caducidade, por não se verificarem os pressupostos do art.º 343º, al. b), do CT. Para este autor, representa uma hipótese particular de resolução do contrato que obedece ao procedimento exigido para o despedimento coletivo – cfr. arts 360º e ss., do CT.

Leonor Pizarro Monteiro entende que se trata de uma nova forma de despedimento - isto porque o contrato cessa por iniciativa do administrador de insolvência que atua em substituição do devedor insolvente -, com fundamento específico na insolvência, pelo que se aplica o procedimento de despedimento coletivo<sup>196</sup>.

---

<sup>191</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 231.

<sup>192</sup> Ob. cit., pp. 231 e 232.

<sup>193</sup> Ob. cit., pp. 232.

<sup>194</sup> *Ibidem*.

<sup>195</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 209.

<sup>196</sup> “O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora” cit., pp. 41 e 42.

Já Pedro Romano Martinez defende que a desnecessidade dos trabalhadores por parte do administrador da insolvência constitui uma hipótese de caducidade<sup>197</sup>, semelhante à do encerramento definitivo da empresa, pois ambas obedecem ao procedimento do despedimento coletivo.

Atentando nesta questão é de se referir que o art.º 343º do CT<sup>198</sup> expõe as causas de caducidade do contrato de trabalho, e a al. b) refere que o contrato de trabalho caduca «por impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber», o que não acontece neste caso, uma vez que a receção da prestação laboral pelo empregador é possível, mas dispensável<sup>199</sup>. Portanto, consideramos que estamos perante uma nova situação de despedimento fundamentada na situação de insolvência, e não de uma situação de caducidade do contrato de trabalho, não obstante se deva aplicar o estabelecido no n.º 3, do art.º 347º do CT, que refere que a cessação dos contratos de trabalho dos «trabalhadores dispensáveis» deve seguir o regime constituído para o despedimento coletivo que se encontra previsto nos arts. 360º e ss., do CT, mas devidamente adaptado<sup>200</sup>. Este regime não é, contudo, aplicável às microempresas<sup>201</sup> - cfr. art.º 347º, n.º 4, do CT.

A adaptação a que nos referimos *supra* dirá respeito a duas fases do processo: a fase das comunicações aos trabalhadores e à comissão de trabalhadores (cfr. art.º 360º do CT) e a fase das negociações com os representantes dos trabalhadores (art.º 361º do CT).

No caso concreto da insolvência, entende-se que não é exigida a fase de comunicações, porque não se exige uma fundamentação específica contrariamente ao que acontece para o despedimento coletivo (cfr. art.º 360º, n.º 2, al. a), do CT), bastando os pressupostos da insolvência e da desnecessidade dos trabalhadores<sup>202</sup>.

---

<sup>197</sup> *Da Cessação do Contrato* cit., pp. 390.

<sup>198</sup> Antigo art.º 387º do CT.

<sup>199</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 233.

<sup>200</sup> Cfr. Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 390, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 209, Fernandes, Luís A. Carvalho Fernandes, ob. cit., pp. 233, Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 932 e “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 699 e Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1102 e 1103.

<sup>201</sup> São empresas que empregam menos de 10 trabalhadores - vide art.º 100º, n.º 1, do CT.

<sup>202</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 209 e 210. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 43 e 44 – para a autora, a mera invocação da situação de insolvência será suficiente -, Maria do Rosário Palma Ramalho considera que a dispensabilidade dos trabalhadores constitui um fundamento específico da cessação dos contratos de trabalho por iniciativa do administrador da insolvência em



Quanto à fase de negociações com os representantes dos trabalhadores, a mesma é simplificada, porque inexistem as medidas alternativas à cessação do contrato<sup>203</sup> que a lei prevê para as situações de não insolvência.

Importa ainda questionar se, perante a cessação do contrato de trabalho por dispensabilidade ao funcionamento da empresa, o trabalhador tem direito a uma compensação.

A resposta a esta questão encontra-se atualmente no art.º 347º, n.º 5, do CT<sup>204</sup>, que refere que o trabalhador que veja o seu contrato cessar por não ser indispensável ao funcionamento da empresa, tem direito à compensação prevista no art.º 366º<sup>205</sup> do CT.

No entanto, importa realçar que, no âmbito de um processo de insolvência do empregador, o administrador de insolvência não é obrigado a pôr à disposição do trabalhador despedido, até ao termo do prazo de aviso prévio, a compensação a que se refere o art.º 366º do CT, bem como os créditos vencidos ou exigíveis em virtude da cessação do contrato de trabalho<sup>206</sup>, como dispõe o art.º 363º, n.º 5, do CT<sup>207</sup>, isto porque a empresa insolvente encontra-se numa situação económica e financeira difícil, mas também, por vigorar, em processo de insolvência, o princípio do *par conditio creditorum*<sup>208</sup>.

Finalmente, e de forma análoga, importa esclarecer, pela evidente importância prática que tem, se os trabalhadores têm direito a alguma indemnização compensatória, agora em caso de cessação do contrato de trabalho por encerramento do estabelecimento.

---

contexto de insolvência; tal fundamento substitui os fundamentos comuns de resolução do contrato de trabalho por iniciativa do empregador – “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 699.

<sup>203</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 699 e *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 932, nota 205.

<sup>204</sup> É de referir que esta questão ficou resolvida com revisão do CT efetuada em 2012. Isto porque anteriormente, esta obrigação de compensação resultava de uma aplicação integrada dos arts. 346º e 347º, ambos do CT – Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 390 e 391. Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 6034/13.8TBBRG-I.G1, de 14-01-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Purificação Carvalho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>205</sup> “1 - Em caso de despedimento coletivo, o trabalhador tem direito a compensação correspondente a 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade”.

<sup>206</sup> Trata-se de um crédito da massa insolvente, sendo que a sua satisfação beneficia de um regime especial e privilegiado (vide arts. 51º, n.º 1, al. c) e 172º, ambos do CIRE) – cfr. Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 233 e 234.

<sup>207</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 209. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 233, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 46 e 47 e Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 227.

<sup>208</sup> Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 46 e 47.

Visto que a cessação do contrato de trabalho faz com que o trabalhador deixe de exercer a sua atividade e de receber a respetiva retribuição, a doutrina considera que pode ser-lhe concedida, pelo administrador da insolvência, a compensação estabelecida no art.º 366º do CT, ainda que com a ressalva de não poder conceder uma compensação para além da legal ou convencionalmente devida, uma vez que o administrador da insolvência não pode agravar a situação financeira da empresa<sup>209</sup>.

Acompanhamos a linha de pensamento exposta quanto a esta limitação ao montante da compensação, mas iríamos mais longe no que diz respeito à atribuição daquela compensação, que, no nosso modesto entendimento, deverá ser sempre devida, assumindo carácter imperativo, face à perda de emprego na qual se baseia e ao desvio à segurança no trabalho que implica – cfr. art.º 53º da CRP.

### ***2.2.2. Contratação de novos trabalhadores***

No decurso do processo de insolvência, o administrador da insolvência tem competência para celebrar novos contratos de trabalho<sup>210</sup> - *vide* art.º 55º, n.º 4, do CIRE.

Esta contratação já era admitida no art.º 173º do CPEREF, para a satisfação de necessidades da liquidação da massa insolvente; atualmente, para além desta finalidade, é ainda contemplada a hipótese da contratação de novos trabalhadores para a continuação da exploração da empresa<sup>211</sup> - cfr. art.º 55º, n.º 4, do CIRE.

Não nos esqueçamos que o administrador da insolvência tem o dever de não agravar a situação económica da empresa (art.º 55º, n.º 1, al. b), do CIRE), daí só se poder recorrer à contratação de novos trabalhadores quando os da empresa insolvente, pela sua qualificação ou número, não estejam habilitados a desempenhar as tarefas em causa ou para tanto não sejam suficientes<sup>212</sup>.

Joana Vasconcelos sublinha ainda que, em momento algum, poderiam ser contratados novos trabalhadores, ainda que transitoriamente, ao abrigo do art.º 55º, n.º

---

<sup>209</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 234. No mesmo sentido, “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 700.

<sup>210</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 210. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 241, Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 933, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1103 e Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 47.

<sup>211</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 241. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 210, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 933, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 47, nota 56 e Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1103 e 1104.

<sup>212</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 242.

4, do CIRE, para desempenhar as funções dos trabalhadores considerados não indispensáveis à manutenção da laboração<sup>213</sup>, o que se compreende e se acompanha. Se se trata de funções dos trabalhadores considerados não indispensáveis, já não são necessários para o encerramento ou manutenção da empresa. Portanto, não seria aceitável contratar outros trabalhadores para esses postos, constituindo mesmo intolerável violação do princípio constitucional da segurança no trabalho – *vide* art.º 53º da CRP.

Podemos assim concluir que o campo de aplicação desta faculdade de contratação foi alargado substancialmente, motivo pelo qual, no âmbito deste trabalho, poderia ser igualmente abordado na parte relativa à manutenção da empresa (pois a contratação de novos trabalhadores pode ser um fator importante para a continuação da sua laboração) ou na parte relativa ao encerramento definitivo (pois podem ser contratados novos trabalhadores com o âmbito de encerrar mais depressa a empresa insolvente, como veremos *infra*).

Quanto a esta temática importa questionar se existirão condicionamentos legais nessa contratação.

Como decorre do art.º 55º, n.º 4, do CIRE, o administrador da insolvência só pode contratar a termo certo ou incerto, afastando implicitamente a contratação *standard* ou sem prazo.

E Maria do Rosário Palma Ramalho propugna que, em termos práticos, é mais desejável que «*sejam contratados a termo incerto, por se tornar mais fácil operar a sua caducidade*»<sup>214</sup>, acentuando a nota da precariedade destes contratos.

Tendo em consideração o regime com que os contratos com termo resolutivo se encontram definidos na lei laboral (*vide* arts. 139º e ss., do CT), importa saber se será aplicável, neste caso, exclusivamente a lei laboral. Dizendo por outras palavras, tratando-se de contratação a prazo, existirão condicionamentos legais específicos ou estará a mesma sujeita ao regime geral desse tipo de contratação?

Luís Carvalho Fernandes sustenta que se trata de uma «*nova hipótese de admissibilidade de contratos de trabalho a termo final ou resolutivo (...), para além das*

---

<sup>213</sup> “*Insolvência do Empregador e Contrato de Trabalho*” cit., pp. 1104.

<sup>214</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 701.

previstas nos arts. 129º, n.º 2, e 143º [atual art.º 140º, n.º 2 e 3, do CT]»<sup>215</sup>.

No mesmo sentido propugnado, Luís Menezes Leitão<sup>216</sup> considera que esta hipótese de contrato a termo pode enquadrar-se no art.º 140º, n.º 2, al. g)<sup>217</sup> e n.º 3<sup>218</sup>, do CT.

Também Maria do Rosário Palma Ramalho<sup>219</sup> entende que esta possibilidade de contratação de novos trabalhadores acresce às situações previstas no art.º 140, n.º 2, do CT.

Já Joana Vasconcelos refuta estas opiniões. Para a autora, esta hipótese de contratação resulta da concretização do «*critério enunciado no art.º 129º, n.º 1 do CT* [atual art.º 140º, n.º 1, do CT]»<sup>220</sup>.

Na nossa opinião, consideramos que se trata de uma hipótese que se pode enquadrar no art.º 140º, n.º 2, do CT, por se tratar de uma tarefa que é ocasional. Contrato esse que, por regra, cessará com a caducidade do contrato, como veremos *infra*.

Já em matéria de forma e outros requisitos dos contratos a termo, são aplicáveis as regras do CT<sup>221</sup> - cfr. arts. 141º e ss.<sup>222</sup>, do CT.

No entanto, Luís Carvalho Fernandes<sup>223</sup> considera que para estes contratos a termo não são aplicáveis os «*arts. 135º, 137º e 138º* [atual art.º 145º do CT<sup>224</sup>]», nem o art.º 132º (atual art.º 143º do CT<sup>225</sup>).

Relativamente aos contratos celebrados pelo administrador da insolvência a termo certo, Maria do Rosário Palma Ramalho considera que são aplicáveis a esses contratos

---

<sup>215</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 242.

<sup>216</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 210.

<sup>217</sup> “2 - Considera-se, nomeadamente, necessidade temporária da empresa:

g) Execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro”.

<sup>218</sup> “3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, só pode ser celebrado contrato de trabalho a termo incerto em situação referida em qualquer das alíneas a) a c) ou e) a h) do número anterior”.

<sup>219</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 933.

<sup>220</sup> “*Insolvência do Empregador e Contrato de Trabalho*” cit., pp. 1103, nota 39.

<sup>221</sup> “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 701.

<sup>222</sup> No texto original refere arts. 131º e ss., do CT.

<sup>223</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 244.

<sup>224</sup> Este artigo refere-se à preferência na admissão na celebração de contrato a termo.

<sup>225</sup> Este artigo refere-se à sucessão de contrato de trabalho a termo.

as regras gerais limitadoras da duração e da renovação<sup>226</sup> - vide arts. 148º e 149º, ambos do CT.

Já Luís Carvalho Fernandes entende que, no caso de o contrato ser celebrado a termo certo, o fim especial que o justifica e os limites impostos à sua duração por incidentes próprios de um processo de insolvência demonstram não ser aplicável os «art.<sup>os</sup> 139º, 141º e 142º do C.Trab (atuais arts. 148º e 149º)»<sup>227</sup>.

Outra questão fundamental que se coloca, é a de se saber se estes novos contratos posteriormente caducam ou permanecem em vigor.

É o CIRE que regula o regime de caducidade que preside a estes contratos a termo, no seu art.º 55º, n.º 4, do CIRE, ao referir que «os novos contratos caducam no momento do encerramento definitivo do estabelecimento onde os trabalhadores prestam serviço, ou, salvo convenção em contrário, no da sua transmissão», evidenciando um carácter precário exacerbado, face ao regime comum.

Segundo Maria do Rosário Palma Ramalho, estamos perante um regime especial de caducidade, uma vez que os contratos caducam obrigatoriamente com o encerramento definitivo da empresa em que os trabalhadores prestam o seu serviço ou no momento da transmissão da empresa<sup>228</sup>.

Para Luís Carvalho Fernandes, este regime de caducidade «constitui uma restrição do alcance de um dos fins em que o preceito legitima a contratação a termo: «liquidação da massa insolvente»», isto porque esta expressão envolve atos de liquidação que podem não estar ligados a estabelecimentos; ou, pode até o devedor não ter empresa ou estabelecimento, devido ao grande âmbito subjetivo da insolvência. No entanto, a liquidação da massa insolvente pode revestir-se de complexidade que justifique a contratação de trabalhadores, pois, por não haver empresa ou

---

<sup>226</sup> “Aspetos Laborais da Insolvência...” cit., pp. 701. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 244.

<sup>227</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 244 – Mas, o autor refere que, se existir uma cláusula no contrato que exclua a caducidade no caso de transmissão do estabelecimento, então já poderão ser aplicáveis, pois o contrato ganha uma estabilidade que justifica maior tutela do trabalhador. Já Leonor Pizarro Monteiro opõe-se a esta posição. Segundo a autora, o administrador de insolvência dispõe de prazos adequados as tarefas em causa e, quanto à questão da renovação, entende que se poderá utilizar sempre esta faculdade, efetuando a gestão do pessoal que se revelar mais adequada às necessidades, podendo, em último recurso, socorrer-se de renovações com prazos mais ajustados - *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 58.

<sup>228</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 933.

estabelecimento, essa contratação pode mesmo tornar-se mais necessária em tais casos<sup>229</sup>.

Também Luís Menezes Leitão menciona que esta norma tem um sentido mais restrito do que poderia parecer, isto porque, perante a liquidação da massa insolvente<sup>230</sup>, a caducidade do contrato ocorre apenas quando se verifica o termo certo ou então quando estiver concluída a liquidação da massa. Portanto, o autor propõe uma interpretação extensiva do art.º 55º, n.º 4, do CIRE, acrescentando a liquidação da massa insolvente como causa de caducidade do contrato de trabalho a termo celebrado pelo administrador da insolvência, quando o trabalhador tenha sido contratado para esse efeito específico<sup>231</sup>.

Assim, o autor defende que só no caso de o trabalhador ser afeto à continuação da exploração de um estabelecimento é que se justifica a caducidade do contrato, com o encerramento desse estabelecimento<sup>232</sup>.

Finalmente, é de se referir que o contrato a termo de um trabalhador afeto à exploração de um estabelecimento também pode caducar com a alienação desse estabelecimento, mas, nesse caso, as partes podem estipular o contrário, sendo que, a ocorrer essa estipulação, a posição jurídica do empregador nos contratos de trabalho celebrados pelo administrador da insolvência transmite-se para o adquirente do estabelecimento (art.º 285º, n.º 1, do CT), podendo até o contrato transformar-se em contrato sem termo, nos termos do art.º 147º, n.º 2, do CT<sup>233</sup>, assunto que iremos abordar *infra*.

### **2.3. Efeitos em caso de encerramento da empresa**

O encerramento definitivo do estabelecimento faz cessar os contratos de trabalho (cfr. art.º 347º, n.º 1, do CT), isto porque verifica-se uma impossibilidade superveniente,

---

<sup>229</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 242 e 243.

<sup>230</sup> Deve notar-se que o trabalhador não é afeto à exploração de qualquer empresa, pelo que a caducidade do contrato não pode ser determinada pelo encerramento do estabelecimento - *Direito da Insolvência* cit., pp. 211.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

<sup>232</sup> No entanto, não ocorre a caducidade se se verificar o encerramento de outro estabelecimento existente na massa insolvente – *ibidem*.

<sup>233</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 211 e 212.

absoluta e definitiva, de o empregador receber a prestação de trabalho<sup>234</sup> (cfr. art.º 343º, al. b), do CT), o que gera uma situação de caducidade<sup>235</sup> do contrato de trabalho<sup>236</sup> - vide n.º 3 do art.º 347º, do CT.

Para Pedro Fortunato Martins, o encerramento definitivo do estabelecimento representa a «*verdadeira causa da cessação dos vínculos laborais*», isto porque este encerramento definitivo «*determina a caducidade dos contratos de trabalho e não o facto que está por detrás desse encerramento (a morte ou a extinção do empregador ou a declaração de insolvência)*»<sup>237</sup>. No mesmo sentido, Pedro Romano Martinez considera que existe uma causa especial de cessação do contrato de trabalho<sup>238</sup>, uma vez que este encerramento é derivado da declaração de insolvência, posição com a qual concordamos.

Ora, tal como na hipótese de despedimento de trabalhadores não dispensáveis, aqui também é aplicável o procedimento relativo ao despedimento coletivo previsto nos arts. 360º e ss., do CT, com as necessárias adaptações (vide art.º 347º, n.º 3º, do CT), sendo dispensado no caso das microempresas - cfr. n.º 4 do referido artigo.

Importa, assim, enunciar as adaptações que devem ser feitas, uma vez que alguns atos do procedimento não se adaptam à natureza da cessação do contrato de trabalho<sup>239</sup>.

Deste modo, não são exigíveis os formalismos referentes à fundamentação do despedimento<sup>240</sup>, isto é, não se justifica que a comunicação a que se refere o art.º 360º, n.º 2, al. a), do CT faça referência aos motivos invocados para o despedimento, bastando indicar a situação de insolvência<sup>241</sup>; nem que sejam indicados os critérios que servem de

---

<sup>234</sup> Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 6034/13.8TBBRG-I.G1, de 14-01-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Purificação Carvalho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 e ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVNF-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>235</sup> A caducidade representa a cessação do contrato, bem como a extinção da relação contratual. Esta extinção resultante da caducidade dá-se automaticamente, por força da própria lei, independentemente da vontade das partes – Martins, Pedro Fortunato, ob. cit., pp. 41 e ss..

<sup>236</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 212. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano, ob. cit., pp. 383 e 388, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 235, Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 931, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1098, Abrantes, José João, ob. cit., pp. 579.

<sup>237</sup> Martins, Pedro Furtado, ob. cit., pp. 107.

<sup>238</sup> *Da Cessação do Contrato* cit., pp. 388.

<sup>239</sup> Cfr. ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVNF-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>240</sup> Fernandes, Luís Carvalho, ob. cit., pp. 236.

<sup>241</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 213. No mesmo sentido, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1100, Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 225 e Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 64 – a autora

base para a seleção dos trabalhadores a despedir, ao contrário do que dispõe o art.º 360º, n.º 2, al. c), do CT, dado que o encerramento afeta todos os trabalhadores da empresa<sup>242</sup>.

Também não parece haver lugar às fases de informações e de negociações, previstas no art.º 361º do CT, dado que elas pressupõem uma continuação da empresa, que, neste caso, é necessariamente excluída, não se justificando, por isso, a sua adoção, que só resultaria em maiores encargos para a massa insolvente<sup>243</sup>.

Concluindo, secundamos a posição doutrinal que se basta com a invocação da situação de insolvência e da decisão ou deliberação que determina o encerramento definitivo da empresa do insolvente, assegurando a regularidade da cessação sem outros requisitos.

Também nos parece (recordamos), que o administrador da insolvência não pode, ao abrigo do art.º 360, n.º 2, al. f), do CT, atribuir aos trabalhadores, indemnização superior à que resulte dos critérios legais, uma vez que lhe está vedado agravar a situação financeira da empresa<sup>244</sup>.

Devemos referir ainda que, em caso de encerramento definitivo da empresa insolvente, os trabalhadores têm direito a uma compensação – cfr. art.º 346º, n.º 5, do CT. No entanto, devemos notar que não é condição para a validade e/ou regularidade da cessação que o empregador ponha à disposição do trabalhador a compensação a que se refere o art.º 366º do CT, bem como os créditos vencidos ou exigíveis<sup>245</sup> em virtude da

---

considera que também se deve indicar a deliberação que determinou o encerramento da empresa insolvente. Cfr. ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVN-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04- 2018 – considera que não se justifica a referência aos motivos invocados pelo despedimento, nem os critérios de seleção dos trabalhadores a despedir uma vez que, o encerramento do estabelecimento afeta todos os trabalhadores.

<sup>242</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 213. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 236, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 64 e Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 225 e 226.

<sup>243</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 213. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 65, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1100 e 1101, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 237 e Gomes, Júlio Manuel Vieira, “*Nótula Sobre Os Efeitos da Insolvência do Empregador...*” cit., pp. 289. Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVN-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>244</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 213. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 64, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1100 e Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 237. Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVN-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04- 2018.

<sup>245</sup> Estes créditos dos trabalhadores são considerados “dívidas da massa insolvente”, pois resultam da atuação do administrador da insolvência no exercício das suas funções. São pagos com preferência sobre as “dívidas da insolvência” (cfr. arts 51º, al. d), 46º, n.º 1 e 172º, n.º 1, todos do CIRE) - Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1099.



cessação do contrato de trabalho<sup>246</sup>, ao contrário do que normalmente dispõe o art.º 363º, n.º 5, do CT (*vide* também o art.º 383º, al. c), do CT).

## **2.4. Efeitos em caso de transmissão da empresa**

Como abordámos no Capítulo II, a alienação do estabelecimento é uma alternativa ao encerramento da empresa insolvente.

Apesar de a transmissão constituir uma das vicissitudes possíveis da empresa, o CIRE é omissivo quanto aos efeitos dessa transmissão no destino dos contratos de trabalho, pelo que se aplica o CT<sup>247</sup>, que regula esses aspetos nos arts. 285º e ss., do CT<sup>248</sup>, sendo, assim, aplicável ao caso de transmissão por determinação do administrador da insolvência ou em resultado da aprovação de um plano de insolvência<sup>249</sup>.

Mas o que acontece, então, com os contratos de trabalho dos trabalhadores da empresa? Poderão transmitir-se juntamente com a empresa ou estabelecimento?

O n.º 1 do art.º 285º CT<sup>250</sup> abrange a transmissão, total ou parcial, de uma determinada empresa ou estabelecimento; transmissão essa que corresponde à transmissão da titularidade ou da exploração da unidade económica<sup>251</sup>.

---

<sup>246</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 213. No mesmo sentido, Vasconcelos, Joana, ob. cit., pp. 1099 e Martins, Pedro Fortunato, ob., cit., pp. 108. *Vide* ac. TRG, proferido no processo n.º 814.14.4TJVNF-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>247</sup> Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 72 e 73.

<sup>248</sup> Antigos arts. 318º a 321º do CT.

Esta matéria poderá ser analisada a nível comunitário, o que não iremos fazer por limite de extensão deste trabalho. No entanto, referiremos as diretivas correspondentes - cfr. Diretiva n.º 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001 (JO L 82, de 22-3-2001, in <http://eur-lex.europa.eu>), relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência das empresas ou estabelecimentos ou de partes e empresas ou estabelecimentos, que revogou a Diretiva n.º 77/187/CE, de 14 de fevereiro de 1977 (JO L 61, de 5-3-77), alterada pela Diretiva n.º 98/50/CE do Conselho, de 29 de junho de 1998 (JO L 201, de 17-07-1998).

<sup>249</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 214. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 237 e Martins, Pedro Fortunato, ob. cit., pp. 108.

<sup>250</sup> Antigo artigo 37º, n.º 1, da LCT, posteriormente art.º 318º do CT (cfr. Lei n.º 99/2003, de 27, de agosto) e atualmente art.º 285º do CT. Não esqueçamos que recentemente houve uma alteração ao CT, através da Lei n.º 14/2018, de 19 de março, que veio alterar o regime da transmissão da empresa, que tentaremos analisar em alguns aspetos.

<sup>251</sup> Cfr. Amado, João Leal, *Contrato de Trabalho – Noções Básicas* cit., pp. 165. *Vide* ac. TRP, proferido no processo n.º 2351/15.0T8AVR-C.P1, de 26-06-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Nelson Fernandes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 e ac. TRG, proferido no processo n.º 644/13.0TTGMR.G1, de 28-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Alda Martins, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 - refere que a transmissão da empresa ou estabelecimento não afeta, em regra, a subsistência dos contratos de trabalho, nem o respetivo conteúdo.

Portanto, existe uma transmissão implícita da posição jurídica do empregador para o adquirente do estabelecimento, o que significa que se transmitem os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores da empresa<sup>252</sup>, visando-se salvaguardar o emprego do trabalhador – este mantém o emprego, o que pode mudar é a identidade do empregador<sup>253</sup>.

É de notar que as regras legais do procedimento da transmissão geram algumas dúvidas<sup>254</sup>, como é o caso do regime de informação e consulta dos trabalhadores e de representantes dos trabalhadores, e do regime da responsabilidade solidária do transmitente - *vide* arts. 286º e 285º<sup>255</sup>, ambos do CT, que analisaremos especificamente, de molde a verificarmos se, com as alterações ao CT acerca dessa matéria, as mesmas ficaram resolvidas ou não.

Quanto aos deveres de informação e consulta dos trabalhadores e de representantes dos trabalhadores (art.º 320º - atual art.º 286º do CT<sup>256</sup>), Luís Carvalho Fernandes defende que esses regimes não se aplicam ao caso de transmissão da empresa em processo de insolvência, pois a transmissão não se funda numa iniciativa do seu

---

Portanto, é como se a transmissão não tivesse existido, ficando o adquirente com todos os direitos e obrigações emergentes do contrato de trabalho que vigorava com o transmitente.

<sup>252</sup> Cfr. Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 238. No mesmo sentido, Martins, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 85 e 86, Fernandes, Francis Liberal, “*Transmissão do Estabelecimento e Oposição do Trabalhador À Transferência do Contrato: Uma Leitura do Art. 37.º da LCT Conforme o Direito Comunitário*”, in *Questões Laborais*, Ano VI, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp. 217, Pedro Fortunato, ob. cit., pp. 109 e Amado, João Leal, ob. cit., pp. 44 e 45 – o autor considera que se está perante uma vicissitude contratual, pois não se trata da extinção do contrato de trabalho, mas de uma «*modificação de carácter subjetivo, uma mudança de empregador, sendo o transmitente substituído pelo adquirente na titularidade dos contratos de trabalhos*», ou seja, existe uma sub-rogação *ex lege* do transmissário nas relações contratuais laborais do transmitente, salvo se o transmitente, antes da transmissão, tiver transferido o(s) trabalhador(es) para outro estabelecimento ou unidade económica, ao abrigo do disposto do antigo art.º 194º do CT (n.º 4 do art.º 285). *Vide* ac. TRP, proferido no processo n.º 2351/15.0T8AVR-C.P1, de 26-06-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Nelson Fernandes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018 – refere que existe uma transmissão automática para o adquirente do estabelecimento das posições ativa e passiva dos contratos de trabalho relativos aos trabalhadores que à data dessa transferência no mesmo exerçam atividade, pelo que o adquirente do estabelecimento fica sub-rogado *ope legis* na posição contratual do anterior empregador e, assim, no complexo de direitos e deveres que aquela posição integra.

<sup>253</sup> Cfr. *Contrato de Trabalho – Noções Básicas* cit., pp. 166. *Vide* ac. TRP, proferido no processo n.º 2351/15.0T8AVR-C.P1, de 26-06-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Nelson Fernandes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018.

<sup>254</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 237.

<sup>255</sup> Antigos arts. 318º e 320º, ambos do CT.

<sup>256</sup> «1 – O transmitente e o adquirente devem informar os representantes dos respetivos trabalhadores ou, caso não existam, os próprios trabalhadores, sobre a data e motivos da transmissão, suas consequências jurídicas, económicas e sociais para os trabalhadores e das medidas projetadas em relação a estes, bem como sobre o conteúdo do contrato entre transmitente e adquirente, sem prejuízo do disposto nos artigos 412.º e 413.º, com as necessárias adaptações se a informação for prestada aos trabalhadores».

titular<sup>257</sup>, e também por não existir uma negociação direta entre o transmitente e o adquirente<sup>258</sup>, factos que, segundo o autor, constituem pressupostos de aplicação do art.º 286º do CT.

Já Luís Menezes Leitão adota posição diferente. Para o autor, estes deveres decorrem da lei e vinculam o transmitente e o adquirente, pelo que o administrador da insolvência deve cumprir os deveres que incumbem ao transmitente nos termos gerais<sup>259</sup> - vide art.º 81º, n.º 1 e 4, do CIRE.

Também Joana Costeira defende que os trabalhadores abrangidos pela transmissão da empresa, têm direito à informação e consulta do contrato de transmissão, podendo, assim, «*consciencializar-se dos efeitos jurídicos, económicos e sociais da manutenção da relação de trabalho*»<sup>260</sup>.

Concordamos com a posição tomada por Luís Menezes Leitão e Joana Costeira. Como já vimos, o trabalhador, na relação laboral, encontra-se mais desprotegido. Assim, entendemos que tem o direito de acesso à informação e consulta do contrato de transmissão, para se poder inteirar do seu futuro na empresa e decidir a sua vida em conformidade.

Quanto à responsabilidade solidária imposta ao alienante pelas obrigações laborais vencidas até à data da transmissão do estabelecimento (cfr. art.º 318º, n.º 2, do CT – atual art.º 285º, n.º 6<sup>261</sup>, do CT), Luís Carvalho Fernandes defende que o transmitente do estabelecimento não deve ter responsabilidade solidária. E isto quer se trate de

---

<sup>257</sup> Segundo o autor, não se funda na incitativa do titular, pois não depende da sua vontade, mas sim na vontade dos credores (cfr. arts. 183º, n.º 1 e 209º e ss., do CIRE) - Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 238.

<sup>258</sup> O autor entende que do ponto de vista do titular do estabelecimento, a venda é sempre forçada, motivo pelo qual defende que este regime de informações, dificilmente poderá ser aplicado nos seus termos estritos. Refere ainda que, em sede de liquidação da massa insolvente, a transmissão «*faz-se, no processo de insolvência, segundo a modalidade escolhida pelo administrador de entre as admitidas em processo executivo ou outras que considere mais convenientes*». V.g. a venda direta ou a venda por negociação particular (vide art.º 811º, n.º 1, als. c) e d), do CPC), pois só nessas modalidades o «*adquirente é conhecido em tempo útil e em termos de com ele se poder entabular uma negociação que minimamente corresponda à pressuposta na lei laboral*». No entanto, menciona que o administrador também pode optar pela modalidade da proposta em carta fechada (cfr. arts. 816º e ss., do CPC) - ob. cit., pp. 238 e 239.

<sup>259</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 214 e 215. No mesmo sentido, Fernandes, Monteiro Fernandes, ob. cit., pp. 384.

<sup>260</sup> Costeira, Joana, ob. cit., pp. 70. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 92.

<sup>261</sup> «6 - O transmitente responde solidariamente pelos créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como pelos encargos sociais correspondentes, vencidos até à data da transmissão, cessão ou reversão, durante os dois anos subsequentes a esta».

obrigações vencidas antes da declaração de insolvência, quer de obrigações vencidas na pendência do respetivo processo<sup>262</sup>.

Assim, para o autor, no caso de as obrigações se terem vencido antes da declaração de insolvência, propugna que são créditos sobre a insolvência (*vide* art.º 47º, n.º 1 e 2, do CIRE), sendo o seu regime de pagamento estabelecido nos arts. 174º a 177º, do CIRE; no caso de as obrigações laborais se terem vencido na pendência do respetivo processo, entende que são dívidas da massa insolvente com um regime especial de pagamento<sup>263</sup> - cfr. arts. 51º, n.º 1, al. c) e 172º, ambos do CIRE -, temática que abordaremos *infra*.

Acrescenta ainda que se deve também atender aos efeitos que resultam da liquidação da empresa para o titular da empresa (devedor): no caso de ser uma pessoa coletiva, determina a sua extinção<sup>264</sup>; tratando-se de uma pessoa singular, causa a exoneração do passivo restante que eventualmente seja requerida (cfr. arts. 235º e 245º, ambos do CIRE); ou no caso de o titular da empresa ser uma entidade desprovida de personalidade jurídica, a liquidação do património autónomo<sup>265</sup>.

Em sentido contrário, Luís Menezes Leitão considerava, no quadro da redação primitiva, que existia responsabilidade do transmitente, pelo período de um ano, de forma solidária com o adquirente, às obrigações vencidas antes da transmissão<sup>266</sup>. Para o autor, com a transmissão da empresa, os «*credores preferirão reclamar esses créditos ao adquirente, que será previsivelmente mais solvente, mas não há motivo para se excluir a responsabilidade do transmitente, quando o pagamento pelo adquirente não se verificar*»<sup>267</sup>.

Concordamos com a posição de Menezes Leitão, no sentido de aplicar o regime geral da transmissão da empresa às transmissões de empresa no âmbito da insolvência.

---

<sup>262</sup> Fernandes, Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 240.

<sup>263</sup> *Ibidem*.

<sup>264</sup> Cfr. arts. 182º, n.º 1, al. e), 192º, n.º 1, al. c) e 1007º, al. e), todos do CC, art.º 141º, al. e) do CSC e sua clarificação no CIRE no art.º 234º, n.º 3.

<sup>265</sup> Ob. cit., pp. 240 e 241.

<sup>266</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 215 – acrescenta que, se as obrigações laborais forem contraídas no processo da insolvência por parte do administrador da insolvência, são consideradas dívidas da massa (cfr. art.º 51º, n.º 1, al. c), do CIRE) e liquidadas nos termos do art.º 172º do CIRE. Se contraídas antes do processo de insolvência, são considerados créditos sobre a insolvência (art.º 46º do CIRE), os quais são liquidados nos termos dos arts 173º e ss., do CIRE. No mesmo sentido, Fernandes, Monteiro Fernandes, ob. cit., pp. 384.

<sup>267</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 215.

Para além disso, cumpre salientar que, como já referimos, a Lei n.º 14/2018, de 19 de março, veio alterar esse regime geral da transmissão da empresa, incluindo o art.º 285º do CT, principalmente no que se refere à questão da responsabilidade solidária do transmitente.

O n.º 6 do art.º 285º, do CT, refere agora que o *«transmitente responde solidariamente pelos créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como pelos encargos sociais correspondentes, vencidos até à data da transmissão, cessão ou reversão, durante os dois anos subsequentes a esta»*.

Conclui-se, assim, que a norma geral é hoje muito mais abrangente: enquanto antes o período referido era de um ano subsequente à transmissão, atualmente é de dois anos. Para além de que o transmitente responde, agora, pelos *«créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como pelos encargos sociais correspondentes»*, e não apenas pelas obrigações vencidas até à data da transmissão.

E aderimos à posição de Luís Menezes Leitão, entendendo que também no âmbito da transmissão de estabelecimento de empresa insolvente haverá que aplicar o regime de transmissão previsto no art.º 285º e ss. do CT, que estabelece que a responsabilidade solidária do transmitente é imperativa.

Finalmente, importa questionar se o trabalhador pode exercer um direito de oposição à transmissão da posição do empregador; ou, por outras palavras, se o trabalhador terá direito a opor-se à transferência do seu contrato para o adquirente da unidade económica<sup>268</sup>. Pois, como vimos, com a transmissão da empresa, o trabalhador mantém o seu emprego, o que muda é a identidade do empregador<sup>269</sup>.

Esta questão tem sido discutida tanto a nível comunitário<sup>270</sup> como a nível nacional.

O TJE tem considerado que um trabalhador pode opor-se à transferência do contrato, remetendo para os Estados-membros (legislações nacionais) a regulamentação

---

<sup>268</sup> *Contrato de Trabalho – Noções Básicas* cit., pp. 166. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 94.

<sup>269</sup> *Contrato de Trabalho – Noções Básicas* cit., pp. 166.

<sup>270</sup> Cfr. Diretiva 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001.

dos efeitos deste direito: principalmente no que refere ao destino dos contratos de trabalho<sup>271</sup>.

A nível nacional existiam grandes dúvidas, pois o CT, na sua redação primitiva nada esclarecia relativamente a esta questão<sup>272</sup>.

João Leal Amado considerava, já antes da alteração legislativa que, por existir uma «*modificação substancial do contrato de trabalho*»<sup>273</sup>, o trabalhador goza de um “direito de oposição”, podendo, assim, resolver o contrato com justa causa<sup>274</sup> - cfr. art.º 394º, n.º 3, al. b)<sup>275</sup>, do CT.

No mesmo sentido, António Monteiro Fernandes defende que o trabalhador pode «*“impedir a mudança” de empregador, pondo termo ao contrato de trabalho*», pois trata-se de resolução com justa causa do contrato de trabalho pelo trabalhador - cfr. art.º 394º, n.º 3, al. b), do CT. No entanto, sustenta que esta é uma solução bastante débil no que concerne ao trabalhador, pois não terá direito a qualquer compensação ou indemnização<sup>276</sup>.

Na jurisprudência nacional já foi defendido que a solução a considerar é a da rescisão do contrato de trabalho, ou seja, a sua cessação<sup>277</sup>, não existindo «*um verdadeiro direito de oposição dos trabalhadores*»<sup>278</sup>.

Portanto, tanto a jurisprudência, como a doutrina, defendiam que o trabalhador gozava do direito de extinguir o contrato de trabalho que o vinculava. Já quanto à questão de saber se existia um “direito de oposição”, a resposta era de que seria muito duvidoso que assim fosse.

Atualmente, a redação introduzida pela Lei n.º 14/2018, de 19 de março, esclarece, no art.º 286º-A, n.º 1, do CT, que em caso de transmissão, o trabalhador pode

---

<sup>271</sup> Cfr. acórdãos TJE, proferido nos processos C-132/91, C-138/91 e C-139/91 (katsikas), de 16-12- 1992, in <http://curia.europa.eu>, acedido e consultado em 21-05-2018. No mesmo sentido, ac. TJE, proferido no processo C-51/00 (Temco), de 24-01-2002, in <http://curia.europa.eu>, acedido e consultado em 21-05-2018.

<sup>272</sup> Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 387.

<sup>273</sup> A substituição do empregador pelo adquirente do estabelecimento aquando a transmissão da empresa.

<sup>274</sup> *Contrato de Trabalho – Noções Básicas* cit., pp. 167.

<sup>275</sup> «3 - Constituem ainda justa causa de resolução do contrato pelo trabalhador:

b) *Alteração substancial e duradoura das condições de trabalho no exercício lícito de poderes do empregador*».

<sup>276</sup> *Direito do Trabalho* cit., pp. 387.

<sup>277</sup> Vide ac. STJ, proferido no processo n.º 05S164, de 29-06- 2005, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Laura Leonardo, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 21-05-2018.

<sup>278</sup> Cfr. Fernandes, António Monteiro, ob. cit., pp. 387.

exercer o direito de oposição à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho, quando aquela lhe possa causar prejuízo sério por falta de solvabilidade ou situação financeira difícil do adquirente ou se a política de organização do trabalho deste não lhe merecer confiança.

Posto isto, o trabalhador tem à sua disposição um verdadeiro direito de oposição<sup>279</sup>.

Esta oposição do trabalhador obsta à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho, mantendo-se o vínculo ao transmitente (art.º 286.º-A, n.º 2, do CT).

### **3. Os efeitos em caso de insolvência do trabalhador**

Como já referimos, o CIRE não transpôs a norma do art.º 172º do CPEREF, que se referia aos efeitos da insolvência do empregador nos contratos de trabalho vigentes. Ao invés, criou um preceito inovador em matéria de insolvência do trabalhador, já que na lei anterior não existia qualquer referência a esses efeitos<sup>280</sup>.

Assim, os efeitos da declaração de insolvência do trabalhador sobre o contrato de trabalho encontram-se regulados no art.º 113º do CIRE, que estabelece que a declaração judicial de insolvência do trabalhador não suspende o contrato de trabalho (n.º 1). Significa isto que, independentemente do conteúdo da declaração de insolvência, o trabalhador continuará a prestar a sua atividade, conseguindo assim «rendimentos que lhe permitam fazer face às despesas que tem de suportar no dia-a-dia»<sup>281</sup>.

Ou seja, a declaração de insolvência do trabalhador não o priva de trabalhar. Deve manter-se no seu posto de trabalho e continuar a desenvolver a sua atividade.

Mas, caso o trabalhador (insolvente) viole os seus deveres contratuais, o ressarcimento dos prejuízos decorrentes da violação apenas podem ser reclamados ao

---

<sup>279</sup> O trabalhador que exerça este direito de oposição «deve informar o respetivo empregador, por escrito, no prazo de cinco dias úteis após o termo do prazo para a designação da comissão representativa, se esta não tiver sido constituída, ou após o acordo ou o termo da consulta a que se refere o n.º 4 do artigo 286.º, mencionando a sua identificação, a atividade contratada e o fundamento da oposição, de acordo com o n.º 1» - cfr. art.º 286.º-A, n.º 3, do CT.

<sup>280</sup> Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado cit., pp. 489, nota 1.

<sup>281</sup> Um Curso de Direito da Insolvência cit., pp. 209. No mesmo sentido, Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado cit., pp. 489, nota 3 – Luís Carvalho Fernandes e João Labareda consideram que, desta forma, os trabalhadores têm uma estabilidade de vida assegurada, «pois mantém o contrato que na generalidade dos casos constitui a fonte dos rendimentos que asseguram o seu sustento e da família».

próprio trabalhador, como refere o n.º 2 do referido artigo, e não no processo de insolvência<sup>282-283</sup>.

Em nota final, diríamos que da insolvência do empregador decorrem variados efeitos, como a contratação de novos trabalhadores (caso sejam necessários), e/ou a cessação de contratos de trabalho que não sejam indispensáveis à recuperação da empresa, ao contrário do que acontece com a insolvência do trabalhador.

Portanto, pode-se mesmo dizer que a insolvência que merece uma atenção maior é a do empregador, pelos efeitos que gera.

---

<sup>282</sup> Significa que o administrador da insolvência não assume a posição de insolvente no contrato de trabalho (*vide* art.º 81º, n.º 4, do CIRE), pelo que os eventuais danos não lhe podem ser imputados ou à massa insolvente - Martins, Luís M., ob. cit., pp. 350. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 490, nota 4 – os autores referem que este é um exemplo de uma matéria de carácter patrimonial em que o administrador não assume a representação do insolvente, por não interessar à insolvência.

<sup>283</sup> Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho* cit., pp. 438 e 439. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 209 e Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 489, nota 4.



## **CAPÍTULO IV – A CLASSIFICAÇÃO E A GRADUAÇÃO DOS CRÉDITOS DA INSOLVÊNCIA**

### **1. Os créditos da insolvência**

Para podermos analisar a matéria referente aos créditos da insolvência, primeiramente consideramos essencial definir o que é a *massa insolvente*.

Importa assim referir que o CIRE não apresenta uma definição técnica desse conceito<sup>284</sup>.

No entanto, o art.º 46º, n.º 1, do CIRE, estabelece os seus elementos integrantes<sup>285</sup>: a massa insolvente compreende todo o património do devedor aquando da data da declaração de insolvência, bem como todos os bens e direitos que o insolvente adquira na pendência do respetivo processo<sup>286</sup>.

O mesmo artigo refere que a finalidade da massa insolvente é a «*satisfação dos credores da insolvência, depois de pagas as suas próprias dívidas*»<sup>287</sup> (vide art.º 46º, n.º 1, do CIRE), o que significa que, em primeiro lugar, satisfaz as dívidas do devedor, ou seja, os créditos que resultam da própria situação de insolvência (dívidas da massa insolvente) – cfr. art.º 51º do CIRE -, e, só depois, é que procede ao pagamento dos créditos cujo fundamento seja anterior à própria situação de insolvência ou tenham sido adquiridos no decurso do processo, isto é, ao pagamento dos credores da insolvência (créditos sobre a insolvência)<sup>288</sup> – cfr. arts. 46º e ss., do CIRE.

Assim, neste capítulo iremos abordar o regime das dívidas da massa insolvente e dos créditos sobre a insolvência, bem como o respetivo pagamento. E, ainda, a situação

---

<sup>284</sup> Ferreira, José Gonçalves, “*As Dívidas da Massa Insolvente e os Negócios Ainda não Cumpridos: Breves Notas a Propósito do Regime Legal*”, in I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 141.

<sup>285</sup> Ob. cit., pp. 141 e 142. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 291, nota 2 e Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 97.

<sup>286</sup> Assim, a massa insolvente pode abranger «*direitos de propriedade relativos a móveis e imóveis (...), direitos de retenção e direitos de uso*». No entanto, não compreende os direitos de natureza não patrimonial (v.g., direitos de personalidade), nem os direitos de natureza patrimonial caracterizados pela impenhorabilidade absoluta e os bens isentos de penhora - Martins, Luís M., ob. cit., pp. 229. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 97 a 99.

<sup>287</sup> Não nos esqueçamos que o próprio processo da insolvência tem como finalidade a satisfação dos credores do insolvente – cfr. art.º 1º, n.º 1, do CIRE -, pelo que faz todo o sentido que a satisfação dos credores seja também o objetivo da massa insolvente.

<sup>288</sup> Cfr. Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 272, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 97 e 101, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 291 e 292, nota 2, Martins, Luís M., ob. cit., pp. 229, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., 238 e Ferreira, José Gonçalves, ob. cit., pp. 144.

dos créditos laborais, uma vez que os trabalhadores podem ou não manter o seu vínculo com o empregador insolvente, tornando-se, assim, parte interessada nesta matéria.

### **1.1. Dívidas da massa insolvente**

As dívidas da massa insolvente são aquelas cujo fundamento reside na própria situação de insolvência<sup>289</sup> e que se encontram enumeradas no art.º 51º, n.º 1<sup>290</sup>, do CIRE<sup>291</sup>.

Portanto, perante uma situação de insolvência, as dívidas da massa insolvente *«serão custos que decorrem diretamente de atos estreitamente conexos com a atividade pós-insolvência e assumem uma dimensão de operacionalidade tendente ao encerramento do processo falimentar»*<sup>292</sup>, isto é, as dívidas da massa são consequência do processo de insolvência<sup>293</sup>.

Relativamente ao pagamento destas dívidas, importa referir que têm um regime próprio, devendo ser satisfeitas antes dos créditos sobre a insolvência, como estabelece o art.º 172º, n.º 1, primeira parte, do CIRE, sendo que o seu pagamento ocorre na data do respetivo vencimento das dívidas, independentemente do estado do processo<sup>294</sup> – cfr. art.º 172º, n.º 3, do CIRE.

---

<sup>289</sup> Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 101. No mesmo sentido, Costeira, Maria José, “*Classificação, Verificação e Graduação de Créditos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in I Congresso de Insolvência, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 244.

<sup>290</sup> As custas do processo de insolvência, as dívidas emergentes dos atos de administração, liquidação e partilha da massa insolvente, as dívidas resultantes da actuação do administrador da insolvência no exercício das suas funções, as dívidas que tenham por fonte o enriquecimento sem causa da massa insolvente, entre outras.

<sup>291</sup> Mas, a norma admite ainda a possibilidade de constituição de *«outras dívidas da massa insolvente que não as apenas referidas no artigo enunciado»* - v.g., os alimentos ao insolvente e aos trabalhadores, previstos no art.º 84º do CIRE; a dívida relativa a custas judiciais do autor e exequente prevista no art.º 140º, n.º 3 do CIRE e o crédito resultante da perda da posse de um bem a restituir pela massa (cfr. art.º 142º, n.º 2, do CIRE) - “*As Dívidas da Massa Insolvente...*” cit, pp. 148-150. No mesmo sentido, *Direito da Insolvência* cit. pp. 103 e Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 274.

<sup>292</sup> “*As Dívidas da Massa Insolvente...*” cit., pp. 149. No mesmo sentido, Costeira, Maria José, ob. cit., pp. 244, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador...*” cit., pp. 231 – considera que as dívidas da massa *«constituem contraprestação de prestações que o administrador da insolvência entendeu necessárias para a prossecução das finalidades da insolvência (seja na tentativa da recuperação da empresa, seja nos próprios atos tendentes à liquidação desta)»*.

<sup>293</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 68.

<sup>294</sup> Cfr. Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 103, 269 e 270. No mesmo sentido, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador...*” cit., pp. 231, *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 272 e 273, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 271, 275, 367 e 368, Costeira, Maria José, ob. cit., pp. 243 e 244 – para a autora, esses créditos são sempre pagos com precipuidade, o que significa que os créditos sobre a insolvência, *«independentemente da sua categoria, são preteridos no confronto com os créditos sobre a massa (art.º 172º, n.º 1 e 3)»* -, e Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 308, nota 1.

Para a sua liquidação, o administrador da insolvência deve deduzir «*da massa insolvente os bens ou direitos necessários à satisfação das dívidas desta, incluindo as que previsivelmente se constituirão até ao encerramento do processo*», como refere o art.º 172º, n.º 1, parte final, do CIRE.

Essas dívidas são imputadas prioritariamente aos rendimentos da massa (se estes existirem), que ela própria gere, mas, se esses rendimentos não forem suficientes, a imputação é efetuada na devida proporção ao produto da venda de cada bem móvel ou imóvel<sup>295</sup>. Se esses bens forem objeto de garantias reais, a imputação deve limitar-se a 10% do seu valor, mas poderá exceder esse valor quando tal seja indispensável à satisfação integral das dívidas da massa insolvente ou do que não prejudique a satisfação integral dos créditos garantidos<sup>296</sup>, como decorre do art.º 172º, n.º 2, do CIRE.

Deste modo, pode-se concluir que o pagamento das dívidas da massa insolvente tem um regime mais favorável que os créditos sobre a insolvência, pois não estão sujeitas ao processo de verificação e graduação de créditos, o que significa que estas dívidas não têm que ser reclamadas nos termos dos arts. 128º e ss. do CIRE, podendo os respetivos credores exigir diretamente o seu pagamento ao administrador da insolvência<sup>297-298</sup>.

## **1.2. Créditos sobre a insolvência**

Por sua vez, os *créditos sobre a insolvência* são todos aqueles que tenham natureza patrimonial sobre o insolvente, ou seja, são créditos garantidos por bens integrantes da massa insolvente, cujo fundamento seja anterior à declaração de

---

<sup>295</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 269. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 273, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 368, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 644, nota 4 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 68.

<sup>296</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 269 e 270. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 273, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 368 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 68.

<sup>297</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 103. Vide ac. TRP, proferido no processo n.º 269/07.0TYVNG-O.P1, de 18-06-2009, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Catarina, in <https://jurisprudencia.csm.org.pt>, acedido e consultado em 26-05-2018 e ac. TRP, proferido no processo n.º 106/11.0TBAMM-L.P1, de 17-02-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Correia Pinto, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-05-2018.

<sup>298</sup> Contudo, se a massa insolvente for insuficiente para a satisfação das suas dívidas que tenham sido constituídas por ato do seu administrador, o mesmo é responsável pessoalmente por essas dívidas perante os respetivos credores, podendo, no entanto, elidir a sua responsabilidade, demonstrando que a insuficiência da massa era imprevisível, tendo em conta as circunstâncias conhecidas do administrador e aquelas que ele não devia ignorar (cfr. art.º 59º, n.º 2, do CIRE) - *Direito da Insolvência* cit., pp. 103.

insolvência (cfr. art.º 47º, n.º 1, do CIRE) e também aqueles cujos titulares mostrem tê-los adquirido no decurso do processo – *vide* art.º 47º, n.º 3, do CIRE.

Estes créditos têm quatro categorias: os créditos garantidos, os créditos privilegiados, os créditos subordinados e os créditos comuns, que se encontram apresentados no art.º 47º, n.º 4, do CIRE, que abordaremos *infra*. E o referido pagamento é realizado hierarquicamente<sup>299</sup>: primeiro são liquidados os créditos garantidos (*vide* art.º 174º do CIRE), seguidos dos privilegiados (cfr. art.º 175º do CIRE), depois os créditos comuns (*vide* art.º 176º do CIRE), e por último, os créditos subordinados (cfr. art.º 177º do CIRE).

Iremos seguidamente analisar cada uma destas categorias de créditos, bem como cada regime de pagamento.

De acordo com a al. a), n.º 4, do art.º 47º do CIRE, os *créditos garantidos* são aqueles que beneficiam de garantias reais sobre os bens integrantes da massa insolvente.

Estas garantias reais incluem os privilégios creditórios especiais<sup>300</sup> (*vide* arts. 738º e ss., do CC), mas também a consignação de rendimentos<sup>301</sup> (cfr. arts. 656º e ss., do CC), o penhor<sup>302</sup> (cfr. arts. 666º e ss., do CC), a hipoteca<sup>303</sup> (cfr. arts. 686º e ss., do CC)

---

<sup>299</sup> Cfr. Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 104 e 269, *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 273, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador...*” cit., pp. 228.

<sup>300</sup> Temática que abordaremos no próximo capítulo.

<sup>301</sup> Existe divergência quanto à sua natureza jurídica. A maioria da doutrina defende que a consignação de rendimentos é uma garantia real das obrigações, por força da qual o credor se paga pelos rendimentos de certos bens imóveis ou móveis sujeitos a registo. Mas, outros não aceitam a sua natureza real, por ao credor ser retirada a possibilidade de executar o bem, sendo que a garantia não sobrevive à venda executiva; ou a sua qualificação como garantia, por representar antes um meio de realização atual do crédito, reconduzível à *datio pro solvendo* – Cfr. Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, *Garantias das Obrigações*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 184 e Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, *Garantias de Cumprimento*, 4.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 167.

<sup>302</sup> O penhor constitui uma garantia real, pois atribui uma preferência sobre bens determinados, cuja especificidade consiste em ter por objeto os bens não suscetíveis de hipoteca (cfr. art.º 666º, n.º 1, do CC).

<sup>303</sup> A hipoteca constitui um direito real de garantia, pois vigora o princípio da prioridade na constituição. É ainda uma garantia acessória do crédito, ficando dependente da sua constituição e acompanhando as suas vicissitudes. A hipoteca pode ser legal, judicial ou voluntária. A nível de garantia, a que nos interessa é a legal, pois resulta imediatamente da lei, sem dependência da vontade das partes, e pode constituir-se desde que exista a obrigação a que serve de garantia – *Garantias das Obrigações* cit., pp. 203 e ss. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 186 e ss.

e o direito de retenção<sup>304</sup> (cfr. arts. 754º e ss., do CC)<sup>305</sup>.

Acerca das garantias reais das obrigações, Menezes Leitão considera que a penhora pode ser inserida nesta categoria<sup>306</sup>. Para o autor, apesar de resultar de um ato judicial, por se tratar da apreensão judicial dos bens do executado, constitui uma garantia real das obrigações, pois *«além de impedir o executado de continuar a dispor dos bens penhorados, atribui ao exequente preferência na satisfação dos seus créditos sobre esses bens, preferência essa que apenas cessa no caso de insolvência do executado»*<sup>307</sup>.

Soveral Martins opõe-se a esse entendimento. O autor sustenta que a *«penhora não é verdadeiramente uma garantia real, mas apenas uma fase processual de apreensão de bens»*<sup>308</sup>.

Cotejando estas posições, importa referir que na graduação de créditos no processo de insolvência, a preferência proveniente da hipoteca judicial e da penhora não é a atendível (cfr. art.º 140º, n.º 3, do CIRE), não atribuindo ao respetivo crédito a natureza de crédito garantido para efeitos do processo de insolvência<sup>309</sup>. Por tal razão, no nosso entendimento, esta questão acaba por ter reduzido interesse prático, pelo que não lhe iremos dedicar atenção.

É ainda de notar que as garantias pessoais<sup>310</sup> não relevam para a qualificação do crédito como garantido<sup>311</sup>.

---

<sup>304</sup> O direito de retenção confere ao devedor, que se encontra obrigado a entregar certa coisa e disponha de um crédito sobre o seu credor de não efetuar a sua prestação, mantendo a coisa que deveria entregar em seu poder. Para se recorrer a este direito, o crédito do devedor da entrega da coisa tem de resultar de despesas feitas por causa dela ou de danos por ela causados - Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 215 e ss.

<sup>305</sup> Cfr. Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 276, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 104 e 105 e Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 239 e 240.

<sup>306</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 105.

<sup>307</sup> *Garantias das Obrigações* cit., pp. 239.

<sup>308</sup> *Um Curso de Direito da Insolvência* cit., pp. 277.

<sup>309</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 105. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 277.

<sup>310</sup> Exemplos de garantias pessoais: o mandato de crédito, a fiança, o aval, entre outros.

<sup>311</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 104.

Para finalizar, importa referir que algumas garantias se extinguem com a declaração de insolvência<sup>312</sup> (cfr. art.º 97º, n.º 1, als. b), c) e e), do CIRE<sup>313</sup>), motivo pelo qual os respetivos titulares deixam de integrar a classe dos credores garantidos.

Quanto ao regime de pagamento dos créditos garantidos, é de se referir que este é feito à custa dos bens onerados com a garantia real<sup>314</sup> - cfr. art.º 47º, n.º 4, al. a), do CIRE.

O pagamento acontece logo após a liquidação dos bens objeto de garantia real, depois de deduzidas as importâncias necessárias à satisfação das dívidas da massa insolvente<sup>315</sup> (após o pagamento das dívidas da massa e do abatimento das correspondentes despesas, sobre o produto da liquidação dos bens onerados com garantia geral), tendo em consideração a prioridade que lhes caiba – cfr. art.º 174º, n.º 1, do CIRE.

Este regime também é aplicável no caso de as garantias reais se destinarem à satisfação de dívidas de terceiro, cujo cumprimento se encontra assegurado por garantias constituídas sobre bens da massa, mas que o insolvente não é pessoalmente responsável por elas<sup>316</sup>, exceto se o bem tiver sido alienado com a garantia<sup>317</sup> ou o titular renunciar à mesma<sup>318</sup> – cfr. art.º 174º, n.º 3, al. a), do CIRE.

É ainda de notar que, se a garantia real for utilizada para solver dívidas de terceiro, esta sofre igualmente a dedução do *interusurium*, resultante do vencimento

---

<sup>312</sup> Ob. cit., pp. 105. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 240 a 242 e Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 277.

<sup>313</sup> «1 - Extinguem-se, com a declaração de insolvência:

b) Os privilégios creditórios especiais que forem acessórios de créditos sobre a insolvência de que forem titulares o Estado, as autarquias locais e as instituições de segurança social vencidos mais de 12 meses antes da data do início do processo de insolvência;

c) As hipotecas legais cujo registo haja sido requerido dentro dos dois meses anteriores à data do início do processo de insolvência, e que forem acessórios de créditos sobre a insolvência do Estado, das autarquias locais e das instituições de segurança social; (...)

e) As garantias reais sobre bens integrantes da massa insolvente acessórios dos créditos havidos como subordinados».

<sup>314</sup> Epifânio, Maria do Rosário, ob. cit., pp. 273. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 370.

<sup>315</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 104, 106 e 270. No mesmo sentido, *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 273 e 274, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 648 e 649, notas 3 e 4 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 69.

<sup>316</sup> Cfr. *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas* Anotado cit., pp. 651, nota 9.

<sup>317</sup> Se o bem for alienado com a garantia nos termos do art.º 164º, n.º 5, esta mantém-se ativa na esfera do adquirente, pelo que não se justifica que o credor seja pago pelo produto da venda. Já no caso de renúncia, ocorre a extinção da garantia, pelo que deixa de ter cabimento o pagamento – *Direito da Insolvência* cit., pp. 269, nota 376.

<sup>318</sup> Ob. cit., pp. 270. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 371.

antecipado das obrigações do insolvente, sendo que o respetivo pagamento vai importar a sub-rogação nos direitos do credor (art.º 174º, n.º 3, al. c), do CIRE e o art.º 592º do CC), com a consequente entrada desse crédito na massa insolvente<sup>319</sup>.

Por outro lado, se os bens se encontrarem onerados com garantias reais a favor de vários credores, o pagamento será feito consoante a hierarquização dessas garantias, existindo algumas exceções.

A lei estabelece que os privilégios imobiliários especiais prevalecem sobre os direitos reais de terceiro: preferem à consignação de rendimentos, à hipoteca ou ao direito de retenção, ainda que essas garantias tenham sido constituídas anteriormente e registadas<sup>320</sup> - art.º 751º do CC.

As hipotecas que visam garantir o pagamento de créditos hipotecários subjacentes a obrigações hipotecárias prevalecem sobre qualquer privilégio creditório imobiliário<sup>321</sup> (art.º 3º, n.º 2, do DL 59/2006, de 20 de março), desde que realizado o registo, pois o registo é constitutivo da hipoteca<sup>322</sup>.

E o direito de retenção que recaia sobre coisa imóvel prevalece sobre a hipoteca, ainda que esta tenha sido constituída anteriormente<sup>323</sup> - art.º 759º, n.º 2, do CC.

É ainda de se referir que, no caso de os bens que não ficarem integralmente pagos e perante os quais o devedor responda com a generalidade do seu património, o montante dos saldos desses bens será incluído entre os créditos comuns (cfr. art.º 174º,

---

<sup>319</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 270. No mesmo sentido, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado* cit., pp. 651, nota 9. Já Soveral Martins considera que o pagamento tem lugar com as limitações do art.º 174º, n.º 3, al. b), do CIRE, isto é, não pode «exceder o montante da dívida, atualizado para a data do pagamento por aplicação do n.º 2 do artigo 91º», uma vez que é uma dívida que ainda não seria exigível – *Um Curso de Direito da Insolvência* cit., pp. 371.

<sup>320</sup> Cfr. Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 211, *Direito da Insolvência* cit., pp. 270 e *Garantia das Obrigações* cit., pp. 231.

<sup>321</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 270 e 271. No mesmo sentido Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 190 e 191.

<sup>322</sup> Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 190 e 191 – a prevalência é determinada em termos temporais, portanto, quem registar primeiro tem prioridade (cfr. art.º 6º, n.º 1 do CRPred e art.º 4º, n.º 1, do CRBM), a não ser que a inscrição hipotecária seja efetuada no mesmo dia, caso em que concorrem entre si na proporção dos respetivos créditos (cfr. art.º 6º, n.º 2, do CRPred e art.º 4º, n.º 2, do CRBM). No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, *Garantia das Obrigações* cit., pp. 203.

<sup>323</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 271. No mesmo sentido, Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 217 e Leitão, Luís Menezes, *Garantia das Obrigações* cit., pp. 237.

n.º 1, parte final, do CIRE), sendo atendidos nos rateios que se realizarem entre os credores comuns<sup>324</sup> - art.º 174º, n.º 2, do CIRE.

Relativamente aos *créditos privilegiados*<sup>325</sup>, segundo o art.º 47º, n.º 4, al. a) do CI-RE, são aqueles que beneficiam de «*privilégios creditórios gerais*<sup>326</sup> *sobre bens integrantes da massa insolvente, até ao montante correspondente ao valor dos bens objecto das garantias ou dos privilégios gerais, tendo em conta as eventuais onerações prevalecentes*».

De notar que, estes privilégios creditórios gerais não constituem garantias reais, pois não incidem sobre coisas determinadas<sup>327</sup> - adiante desenvolveremos a natureza privilegiada destes créditos.

Quanto ao pagamento destes créditos<sup>328</sup>, como refere o art.º 175º do CIRE, ele concretiza-se à custa dos bens sobre os quais recai o privilégio e não afetos a «*garantias reais prevalecentes, com respeito da prioridade que lhes caiba, e na proporção dos seus montantes, quanto aos que sejam igualmente privilegiados*».

---

<sup>324</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 271. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 274, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 370 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 69.

<sup>325</sup> V.g., privilégio mobiliário geral dos trabalhadores (art.º 333º, n.º 1, a) CT); os privilégios mobiliários gerais do Estado e das autarquias locais para garantia dos créditos de impostos (art.º 736º CC); os privilégios mobiliários e imobiliários gerais das instituições de segurança social, (arts.º 244º e 245º CRCSS); os privilégios por despesas de funeral, de doença ou de obrigações de alimentos (art.º 737º CC); o privilégio mobiliário geral, a graduar em último lugar, relativamente aos direitos de crédito não subordinados de que seja titular o credor requerente da declaração de insolvência, até ao limite de 500 unidades de conta (art.º 98º, n.º 1) - *Direito da Insolvência* cit., pp. 271.

<sup>326</sup> Como exemplos de privilégios mobiliários gerais há: o Estado e as Autarquias Locais por certos créditos (art.º 736º do CC), os créditos por despesas de funeral do devedor, por despesas com doença do devedor, por despesas indispensáveis ao sustento do devedor, os créditos do trabalhador resultantes do contrato de trabalho, da sua violação ou da sua cessação (art.º 737º do CC). Na legislação especial encontram-se os privilégios do Estado relativamente ao imposto do rendimento das pessoas singulares (art.º 111º do CIRS) ou relativamente ao rendimento sobre o imposto das pessoas coletivas (art.º 116º do CIRC), o do Estado resultante de aval (art.º 22º da Lei 112/97, de 13 de setembro), o conferido à segurança social (art.º 204 do CRCSS) - *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 242. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 106 e 107 – este autor refere ainda que a reforma do CIRE realizada pela Lei 16/2012, de 20 de abril, acrescentou um outro privilégio, que é atribuído aos credores que no decurso do processo de revitalização financiem a atividade do devedor, disponibilizando-lhe capital para o efeito, privilégio esse que é graduado antes daquele que é concedido aos trabalhadores (art.º 17-H, n.º 2 do CIRE) – ob. cit., pp. 107.

<sup>327</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 104. No mesmo sentido, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 278.

<sup>328</sup> Cfr. Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 372 e 373, *Direito da Insolvência* cit., pp. 104 e 271, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 274 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 69.



Já o n.º 2, do art.º 175º, do CIRE apresenta uma remissão para o art.º 174º, n.º 1, 2.ª parte, e n.º 2, devendo ser aplicável com as devidas adaptações<sup>329</sup>. Portanto, se os credores privilegiados não conseguirem obter o pagamento integral dos seus créditos, o saldo respetivo é incluído entre os créditos comuns se o devedor responder perante eles com todo o seu património<sup>330</sup>.

É ainda de notar que, se tiverem sido depositadas quantias que assegurem uma distribuição não inferior a 5% do valor desses créditos privilegiados, o administrador da insolvência, obtido o parecer da comissão de credores, se existir, pode propor um rateio parcial, competindo ao juiz decidir sobre os pagamentos que considere justificados<sup>331</sup> - cfr. art.º 178º do CIRE.

Os *créditos subordinados* são aqueles que se encontram enumerados no art.º 48º do CIRE<sup>332</sup> (exceto quando beneficiem de privilégios creditórios, gerais ou especiais, ou de hipotecas legais, que não se extingam por efeito da declaração de insolvência<sup>333</sup>), e que, correspondem a uma nova categoria de créditos sobre a insolvência<sup>334</sup>, cujo pagamento se realiza depois dos restantes créditos sobre a insolvência (mais precisamente depois de satisfeitos os créditos comuns) - cfr. art.º 177º do CIRE.

Portanto, pode-se concluir que estes créditos não têm preferência sobre quaisquer outros, sendo os últimos créditos a ser satisfeitos.

---

<sup>329</sup> Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 274.

<sup>330</sup> Cfr. Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 373.

<sup>331</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 271 e 272. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 274.

<sup>332</sup> «Consideram-se subordinados, sendo graduados depois dos restantes créditos sobre a insolvência:

a) Os créditos detidos por pessoas especialmente relacionadas com o devedor, desde que a relação especial existisse já aquando da respectiva aquisição, e por aqueles a quem eles tenham sido transmitidos nos dois anos anteriores ao início do processo de insolvência;

b) Os juros de créditos não subordinados constituídos após a declaração da insolvência, com excepção dos abrangidos por garantia real e por privilégios creditórios gerais, até ao valor dos bens respectivos;

c) Os créditos cuja subordinação tenha sido convencionada pelas partes;

d) Os créditos que tenham por objecto prestações do devedor a título gratuito;

e) Os créditos sobre a insolvência que, como consequência da resolução em benefício da massa insolvente, resultem para o terceiro de má fé;

f) Os juros de créditos subordinados constituídos após a declaração da insolvência;

g) Os créditos por suprimentos».

<sup>333</sup> Vide art.º 47º, n.º 4, al. b), do CIRE.

<sup>334</sup> Vide ponto 25 do Preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março.

O pagamento é efetuado pela ordem correspondente indicada no art.º 48º<sup>335</sup>, salvo no caso de subordinação convencional, em que as partes podem atribuir uma prioridade diferente<sup>336</sup> - cfr. art.º 177º do CIRE.

Estes créditos também estão sujeitos a rateios parciais, que se encontram previstos no art.º 178º do CIRE.

Os *créditos comuns* são aqueles que constituem uma categoria residual em que se integram todos os créditos que não pertencem a nenhuma das outras classes de créditos sobre a insolvência<sup>337</sup> - vide al. c), n.º 4 do art.º 47º, do CIRE.

Nestes créditos também se incluem aqueles créditos cujas garantias ou privilégios se extinguíram com a declaração de insolvência (cfr. art.º 97º do CIRE), bem como os créditos cuja garantia não possa ser atendida no processo de insolvência<sup>338</sup> - cfr. art.º 140º, n.º 3, do CIRE.

Para finalizar, importa referir que os créditos que beneficiam de uma garantia de natureza distinta da natureza real (v.g. garantia pessoal) são considerados créditos comuns, para efeitos do processo de insolvência<sup>339</sup>, embora o seu pagamento esteja sujeito à aplicação do art.º 179º do CIRE<sup>340</sup>.

Relativamente ao seu pagamento, importa referir que estes serão pagos através do produto da liquidação dos bens da massa insolvente, no caso de não existirem créditos garantidos ou privilegiados<sup>341</sup>, ou seja, este pagamento só tem lugar após a satisfação das dívidas da massa e dos créditos garantidos e privilegiados. Mas, de acordo com o

---

<sup>335</sup> No caso de a massa insolvente ser insuficiente para cobrir os créditos subordinados indicados no art.º 48º do CIRE, o seu pagamento deve ser proporcional aos respetivos montantes (cfr. art.º 177º, n.º 1, parte final, do CIRE).

<sup>336</sup> Cfr. *Direito da Insolvência* cit., pp. 272, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 374 e Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 275 e Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 655 e 656, notas 4 e 5.

<sup>337</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 104 e 107. No mesmo sentido, Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 243, Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 283 e 284 e Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 76.

<sup>338</sup> *Manual de Direito da Insolvência* cit., pp. 243. No mesmo sentido, Leitão, Luís Menezes, ob. cit., pp. 107.

<sup>339</sup> *Direito da Insolvência* cit., pp. 107.

<sup>340</sup> «1 - Quando, além do insolvente, outro devedor solidário com ele se encontre na mesma situação, o credor não recebe qualquer quantia sem que apresente certidão comprovativa dos montantes recebidos nos processos de insolvência dos restantes devedores; o administrador da insolvência dá conhecimento do pagamento nos demais processos.

2 - O devedor solidário insolvente que liquide a dívida apenas parcialmente não pode ser pago nos processos de insolvência dos condevedores sem que o credor se encontre integralmente satisfeito».

<sup>341</sup> Martins, Alexandre de Soveral, ob. cit., pp. 374. No mesmo sentido, Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João, ob. cit., pp. 654, notas 4 e 5 e *Direito da Insolvência* cit., pp. 272.

art.º 176º do CIRE, se a massa insolvente for insuficiente para liquidação integral, o pagamento é efetuado na proporção dos seus créditos, isto é, ficam sujeitos a um pagamento rateado<sup>342</sup>.

Podem também ocorrer rateios parciais quando, existindo em depósito um montante que seja suficiente para assegurar o pagamento de 5% do valor total dos créditos comuns, o administrador da insolvência apresente uma proposta, com o parecer da comissão de credores, quando exista, e o juiz considere justificados os pagamentos<sup>343</sup> - vide art.º 178º do CIRE.

## **2. Os créditos laborais**

Como vimos no Capítulo IV, o art.º 347º, n.º 1, do CT, estabelece o princípio da intangibilidade do contrato de trabalho com a declaração de insolvência, até ao encerramento definitivo da empresa<sup>344</sup>. Portanto, após a declaração de insolvência, os trabalhadores mantêm o vínculo com a empresa tendo que continuar a exercer a sua função.

Quando o contrato de trabalho cessa, aplica-se, mas com as devidas adaptações, o regime do despedimento coletivo (vide arts. 360º e ss., do CT), exceto nas microempresas, ficando o empregador obrigado a compensar os trabalhadores despedidos (cfr. art.º 366º, *ex vi* do art.º 347º, n.º 5, do CT).

Acontece que a aplicação do critério geral do art.º 47º do CIRE, aos créditos de natureza laboral pode tornar-se especialmente árdua, uma vez que a declaração de insolvência do empregador desencadeia consequências muito diversificadas, tornando-se difícil identificar qual é a origem e a causa dos créditos<sup>345</sup>.

Os créditos laborais no processo de insolvência podem ser divididos em dois tipos: os créditos emergentes do contrato de trabalho, designados como créditos remuneratórios, e os créditos resultantes da compensação devida ao trabalhador pela

---

<sup>342</sup> Ficam sujeitos ao princípio da *par conditio creditorum*, isto é, os credores têm o direito de ser pagos proporcionalmente pelo preço dos bens do devedor (cfr. art.º 604º, n.º 1, do CC). Temática que abordaremos *infra*.

<sup>343</sup> Cfr. Ramalho, Maria do Rosário Palma, ob. cit., pp. 274 e 275, *Direito da Insolvência* cit., pp. 272.

<sup>344</sup> No entanto, se a colaboração do trabalhador não for indispensável ao funcionamento da empresa, o administrador de insolvência pode fazer cessar o contrato de trabalho antes do encerramento definitivo da empresa – cfr. art.º 347º, n.º 2, do CT.

<sup>345</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 274.

cessação do contrato de trabalho por encerramento do estabelecimento ou por despedimento – os chamados créditos compensatórios ou indemnizatórios<sup>346</sup>.

A classificação destes créditos realiza-se consoante o momento em que se constituem e atentando às vicissitudes da empresa decorrentes do processo de insolvência, pelo que teremos que analisar se estes se podem enquadrar nas dívidas da massa ou nas dívidas da insolvência<sup>347</sup>.

## **2.1. Os créditos remuneratórios**

Os créditos remuneratórios são aqueles que resultam da simples existência e normal cumprimento do contrato de trabalho, o que significa que são créditos que emergem da execução do vínculo laboral<sup>348-349</sup>.

Importa referir que iremos abordar a classificação destes créditos, porque a sua satisfação se faz de modo diferente consoante sejam constituídos antes ou depois da declaração de insolvência<sup>350</sup>. No entanto, esta classificação destes créditos dos trabalhadores no CIRE não levanta grandes problemas<sup>351</sup>.

No que respeita aos créditos remuneratórios constituídos antes da situação de insolvência, Catarina Serra<sup>352</sup>, Joana Costeira<sup>353</sup> e Júlio Vieira Gomes<sup>354</sup> entendem que

---

<sup>346</sup> Cfr. ob. cit., pp. 276, Costeira, Joana, “A Classificação dos Créditos Laborais”, in I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 161 e 162 e “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 86.

<sup>347</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 162. No mesmo sentido, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 274.

<sup>348</sup> V.g., salários, subsídios de férias e de Natal e subsídio de alimentação.

<sup>349</sup> “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 86 e “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 161.

<sup>350</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp.162 e “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 87.

<sup>351</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 276.

<sup>352</sup> *Ibidem* – a autora defende que os créditos correspondentes a prestações de trabalho já realizadas antes da declaração de insolvência são créditos sobre a insolvência (*vide* art.º 47, n.º 1, do CIRE), sendo, portanto, créditos garantidos ou privilegiados, consoante esteja em causa um privilégio imobiliário especial ou um privilégio mobiliário geral – cfr. arts. 47º, n.º 4, al. a), do CIRE e 333º, n.º 1, al. b) ou a), do CT.

<sup>353</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp.162 e “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 87 – a autora qualifica-os como créditos sobre a insolvência, por se tratar de créditos privilegiados ou garantidos (cfr. art.º 47º, n.º 4, al. a) do CIRE e art.º 333º, n.º 1, als. a) e b), do CT), pelo que o seu pagamento só pode ser realizado após a satisfação dos créditos sobre a massa – *vide* arts. 174º e 175º do CIRE. No mesmo sentido, *Direito da Insolvência* cit., pp. 215 e *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 109 e 110.

<sup>354</sup> “Nótnula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador nas Relações de Trabalho” cit., pp. 291 – o autor considera que as dívidas respeitantes ao período anterior à declaração de insolvência são créditos sobre a insolvência (cfr. art.º 51º, n.º 1, al. f), do CIRE).

são créditos sobre a insolvência (cfr. art.º 47º, n.º 1 e 4 do CIRE), por serem dívidas respeitantes ao período anterior à declaração de insolvência.

Quanto aos créditos remuneratórios constituídos após a declaração de insolvência, a doutrina tem considerado que são créditos sobre a massa<sup>355</sup>, pelo que são satisfeitos no momento do seu vencimento, independentemente do estado do processo - cfr. art.º 172º, n.º 3 do CIRE.

Importa ainda referir que são também considerados créditos sobre a massa, nos termos do art.º 51º, al. c) e d), do CIRE, os créditos remuneratórios dos trabalhadores contratados a termo certo ou incerto pelo administrador, nos termos do art.º 55º, n.º 4, sendo que essas contratações são uma consequência de um ato de administração e liquidação da massa, visto que essas contratações se realizam para fazer face às necessidades decorrentes da liquidação da massa insolvente ou da manutenção da empresa; e, ainda, os créditos remuneratórios dos trabalhadores cujo contrato de trabalho se manteve após a declaração de insolvência por não ter sido recusado pelo administrador de insolvência<sup>356</sup> -cfr. art.º 51º, n.º 1, al. f), do CIRE.

## **2.2. Os créditos indemnizatórios ou compensatórios**

Perante uma situação de insolvência da entidade empregadora, a cessação dos contratos de trabalho pelo administrador da insolvência deve ocorrer com respeito pelas disposições previstas nos arts. 359º e ss. do CT, ainda que com as necessárias adaptações, nomeadamente pelos arts. 360º e 363º do CT que preveem a existência de uma comunicação da intenção de proceder ao despedimento coletivo e, mais tarde, uma comunicação com a decisão de despedimento<sup>357</sup>.

---

<sup>355</sup> Catarina Serra defende que os créditos correspondentes a prestações de trabalho realizadas depois da abertura do processo de insolvência são créditos sobre a massa insolvente (cfr. art.º 172º do CIRE) - *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 277. No mesmo sentido, Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 111 e 112. Também Joana Costeira sustenta que estes créditos são dívidas da massa insolvente, uma vez que o trabalhador permanece em funções na empresa insolvente após essa declaração (*vide* art.º 51º, n.º 1, al. f), do CIRE), pelo que não faria sentido que o pagamento dos seus salários vencidos fosse tratado como crédito sobre a insolvência - “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 162 e 163 e “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., pp. 87.

Júlio Vieira Gomes considera que, as dívidas que respeitam a trabalho realizado posteriormente à declaração de insolvência, são dívidas da massa insolvente (art.º 51º, n.º 1, al. f), do CIRE) - “*Nótula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador nas Relações de Trabalho*” cit., pp. 291.

<sup>356</sup> Cfr. “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 162 e 163, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 277 e Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 111 e 112.

<sup>357</sup> “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 163 e 164 e “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., 88. *Vide* ac. TRP, proferido no processo n.º 1/08.0TJVNf-

Os créditos indemnizatórios correspondem aos créditos resultantes da obrigação de indemnização dos danos decorrentes do despedimento ilícito, isto é, do despedimento efetuado com violação das normas previstas no CT, nomeadamente aquelas que regulam o procedimento de despedimento coletivo<sup>358</sup> (cfr. arts. 359º e ss. e 383º, ambos do CT).

Portanto, se as normas do CT, com as adaptações necessárias à situação de insolvência referidas anteriormente, não forem cumpridas e, embora os contratos sejam pré-existent à sua declaração judicial, a indemnização resulta da violação de normas legais<sup>359</sup>.

Assim, para Joana Costeira<sup>360</sup> e Catarina Serra<sup>361</sup>, os créditos indemnizatórios devem ser classificados como créditos sobre a massa insolvente – cfr. arts. 51º, n.º 1, al. d) e 172º, n.º 1, do CIRE -, porque resultam de um ilícito praticado pelo administrador da insolvência.

Os créditos compensatórios são aqueles que resultam da compensação devida ao trabalhador por cessação do contrato de trabalho por despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho/ encerramento do estabelecimento<sup>362</sup>, pressupondo um ato lícito, portanto.

Tal como na análise dos créditos remuneratórios, também aqui distinguiremos entre os créditos compensatórios constituídos antes e depois da declaração de insolvência.

Quanto aos créditos compensatórios constituídos antes da declaração de insolvência, Catarina Serra<sup>363</sup> e Leonor Pizarro Monteiro<sup>364</sup> consideram que são créditos sobre a insolvência, pois o seu fundamento é anterior à data desta declaração (cfr. art.º

---

L.S1.P1, de 06-07-2010, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Sílvia Pires, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 29-06-2018.

<sup>358</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 276. No mesmo sentido, “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 161 e “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., pp. 86 – Joana Costeira defende ainda que se devem enquadrar os créditos que resultam de uma indemnização devida pela resolução do contrato de trabalho com justa causa por iniciativa do trabalhador anteriormente à declaração judicial de insolvência.

<sup>359</sup> “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 164, “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., pp. 86 e *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 88.

<sup>360</sup> “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 164 e “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., pp. 86.

<sup>361</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 277, nota 426.

<sup>362</sup> “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 162, “*Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...*” cit., pp. 86 e *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 276.

<sup>363</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 277.

<sup>364</sup> *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 110.

47º, n.º 1 e 4, al. a) do CIRE), pelo que se deve assumir o mesmo tratamento de que gozam os créditos remuneratórios constituídos antes da declaração de insolvência<sup>365</sup>.

No que toca aos créditos compensatórios constituídos após a declaração de insolvência, teremos que distinguir entre dois regimes de compensação: por um lado, os créditos que resultam da compensação relativa à cessação dos contratos de trabalho celebrada anteriormente à declaração de insolvência, isto é, os contratos que cessam devido ao encerramento do estabelecimento (ou através da deliberação da assembleia de credores – cfr. art.º 156º, n.º 2, do CIRE -, ou de uma decisão do administrador de insolvência, de encerramento antecipado do estabelecimento – cfr. art.º 157º do CIRE) ou por despedimento, no caso de o administrador proceder ao despedimento de trabalhadores dispensáveis ao funcionamento da empresa – cfr. art.º 347º, n.º 2, do CT -; e por outro, os créditos que resultam de compensação relativa à cessação dos contratos de trabalho celebrados posteriormente à declaração de insolvência, isto é, dos créditos que resultam da compensação devida pela cessação do contrato celebrado a termo certo ou incerto pelo administrador da insolvência com trabalhador necessário à liquidação da massa insolvente ou à continuação da exploração da empresa<sup>366-367</sup> nos termos do art.º 55º, n.º 4 do CIRE.

Quanto ao último regime de cessação, tanto Catarina Serra<sup>368</sup>, como Joana Costeira<sup>369</sup> e Leonor Pizarro Monteiro<sup>370</sup> defendem que a compensação é um crédito emergente de um ato de administração da massa insolvente realizado pelo administrador da insolvência, devendo assim, ser classificada como crédito sobre a massa insolvente, nos termos do art.º 51º, n.º 1, al. c), do CIRE.

Já no que respeita ao primeiro regime de cessação, existe divergência na posição da doutrina e da jurisprudência, pelo que teremos que analisar ambas as posições.

---

<sup>365</sup> Cfr. *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 110 e *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 277.

<sup>366</sup> Estes contratos caducam no momento do encerramento definitivo do estabelecimento ou no da sua transmissão, como referimos no capítulo IV.

<sup>367</sup> Cfr. *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 278, “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 165, “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 89 e *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 113 e 114.

<sup>368</sup> *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 278.

<sup>369</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 165 e “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 89.

<sup>370</sup> *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora* cit., pp. 114 – a autora considera que tanto a celebração como a cessação do contrato se verificam depois da declaração de insolvência.

A doutrina portuguesa tem considerado que os créditos que resultam da compensação relativa à cessação de contrato de trabalho celebrada anteriormente à declaração de insolvência, mais precisamente os créditos resultantes da decisão de cessação do contrato de trabalho por parte do administrador da insolvência (cfr. art.º 347º, n.º 2, do CT), são créditos da massa insolvente<sup>371</sup>.

Já a maioria da jurisprudência defende que estes créditos de compensação devem ser qualificados como créditos sobre a insolvência<sup>372</sup>.

Ultimamente, parte da doutrina vem gradualmente sufragando esta tese da jurisprudência<sup>373</sup>. Um exemplo é Júlio Vieira Gomes. Para este autor, a tese da doutrina que classifica a compensação pelo despedimento coletivo como crédito da massa insolvente (cfr. art.º 51º do CIRE) é injusta, pois conduziria a uma grave desigualdade de tratamento entre os trabalhadores da empresa abrangidos por um despedimento coletivo praticado antes da declaração de insolvência, que teriam um crédito sobre a insolvência, e os trabalhadores afetados por um despedimento coletivo ou pela caducidade do contrato por encerramento do estabelecimento depois da declaração de insolvência, que teriam um crédito sobre a massa, mesmo quando entre as duas hipóteses mediassem poucos dias ou semanas<sup>374</sup>.

Assim, o autor defende que a solução se encontra no art.º 51º, al. d), do CIRE, devendo, para tal, ser feita uma interpretação teleológica e restritiva da lei, equacionando-se a hipótese de a compensação, embora desencadeada por um ato ou facto posterior à declaração de insolvência, se reportar, afinal, a um período anterior a ela<sup>375</sup>.

---

<sup>371</sup> Cfr. Fernandes. Luís A. Carvalho, ob. cit., pp. 240 – o autor defende que a compensação devida ao trabalhador por força da cessação do de trabalho tem “um regime especial privilegiado” nos termos do art.º 172º do CIRE, pelo que se enquadram na al. 51º, n.º 1, al. c), do CIRE – e Leitão, Luís Menezes, *Direito de Insolvência* cit., pp. 215 – o autor sustenta que «as obrigações laborais contraídas no processo da insolvência por parte do administrador da insolvência, são consideradas dívidas da massa (art.º 51º, n.º 1, c) CIRE)».

<sup>372</sup> Cfr. ac. TRC, proferido no processo n.º 562/09.7T2AVR-P.C1, de 14-07-2010, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Barateiro Martins, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-06-2018 e ac. STJ, proferido no processo n.º 1164/08.0TBEVR-D.E1.S1, de 20-10-2011, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Alves Velho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-06-2018.

<sup>373</sup> Cfr. *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 281 e “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 168.

<sup>374</sup> “Nótula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador nas Relações de Trabalho” cit., pp. 293 e ss.

<sup>375</sup> Ob. cit., pp. 294 e 295.



Já Joana Costeira<sup>376</sup> defende que tanto os créditos derivados da cessação do contrato de trabalho por ato do administrador da insolvência, como os créditos derivados da cessação do contrato de trabalho por encerramento do estabelecimento decidido pela assembleia de credores, devem ser classificados como créditos sobre a insolvência, acompanhando assim a posição da jurisprudência. Segundo a autora, apesar de a cessação do contrato de trabalho ocorrer após a declaração de insolvência da empresa, a compensação é imputável à situação de insolvência<sup>377</sup>, mas não considera que este argumento (cessação do contrato de trabalho ocorrer após a declaração judicial de insolvência) seja suficiente para conduzir a compensação à classe dos créditos da massa, isto porque, existem outros créditos<sup>378</sup> cuja reclamação tem lugar após a declaração judicial de insolvência e que são considerados créditos sobre a insolvência. Para além de que esta compensação, como tem por base o mesmo facto constitutivo da obrigação (o encerramento do estabelecimento do insolvente e cessação do contrato de trabalho), não pode ter um tratamento diferente no caso de o encerramento do estabelecimento e a cessação do contrato de trabalho ocorrer por decisão do insolvente imediatamente antes da declaração de insolvência ou por decisão dos credores em assembleia ou de um ato do administrador da insolvência.

A autora refere ainda que os créditos laborais beneficiam de uma tutela reforçada no domínio do processo da insolvência: para além da existência de um FGS, existe também a graduação dos créditos laborais como créditos garantidos e privilegiados (cfr. art.º 47º, n.º 4, al. a), do CIRE). Assim, se a compensação fosse classificada como crédito sobre a massa insolvente, esta tutela perderia parte significativa do seu objeto, restringindo-se, a final, os privilégios atribuídos no art.º 333º, n.º 1, do CT aos créditos remuneratórios e deixando de fora os créditos<sup>379</sup> compensatórios.

Também nós defendemos que a compensação pelo despedimento coletivo (tenha a cessação ocorrido por ato do administrador da insolvência ou por decisão da assembleia

---

<sup>376</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 165 e 167. e “Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...” cit., pp. 85 e ss..

<sup>377</sup> Isto porque, a compensação é um direito que é adquirido com referência à duração do vínculo laboral, cujo contrato de trabalho perdurou enquanto a empresa insolvente esteve em atividade - “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 167.

<sup>378</sup> Créditos que se vencem no decurso do processo de insolvência e cujo fundamento não reside no processo de insolvência.

<sup>379</sup> Cfr. “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 167. No mesmo sentido, *Lições de Direito da Insolvência* cit., pp. 282 e 283.

de credores) deve ser classificada como crédito sobre a insolvência, isto porque a compensação a que o trabalhador tem direito pela prestação da sua atividade reporta-se a um período anterior à declaração judicial de insolvência, apesar de ser desencadeada por um ato ou facto que lhe seja posterior (a cessação do contrato).

Consideramos também que deve haver igualdade de tratamento entre os trabalhadores da empresa insolvente (cfr. art.º 13º da CRP), não fazendo sentido, para nós, que o despedimento de uns gerasse um crédito sobre a massa e o de outros um crédito sobre a insolvência.

## **CAPÍTULO V – A TUTELA DOS CRÉDITOS DOS TRABALHADORES NA INSOLVÊNCIA**

### **1. Os privilégios creditórios**

Os privilégios creditórios encontram-se previstos nos arts. 733º e ss., do CC.

O art.º 733º do CC estabelece que estes créditos conferem a certos credores, atendendo à natureza do crédito, uma faculdade de serem pagos com preferência<sup>380</sup> relativamente a outros créditos, independentemente da existência de registo.

Uma vez que são pagos com preferência a outros créditos, põem em causa a regra do *par conditio creditorum*<sup>381</sup>, isto é, o princípio de que todos os credores se encontram páreos na obtenção da satisfação dos créditos – cfr. art.º 604º do CC.

O ordenamento jurídico português prevê duas espécies de privilégios creditórios que se encontram estabelecidas no art.º 735º do CC: são mobiliários, quando tiverem por objeto coisas móveis, ou imobiliários, quando tiverem por objeto coisas imóveis<sup>382</sup>.

Por sua vez, os privilégios mobiliários são gerais, quando abrangem o valor de todos os bens móveis existentes no património do devedor à data da penhora ou de ato equivalente<sup>383</sup>; ou são especiais, se o privilégio compreender apenas o valor de determinados bens móveis – cfr. art.º 735º, n.º 2, do CC.

Já os privilégios imobiliários que se encontram no CC são sempre especiais – cfr. art.º 735º, n.º 3, do CC<sup>384</sup>.

Importa ainda referir que apenas os privilégios especiais são considerados direitos reais<sup>385</sup>, ou seja, garantias reais, porque incidem sobre coisas determinadas e gozam de

---

<sup>380</sup> É uma preferência de cumprimento, «em regra de obrigações pecuniárias, resultante da lei, pelo que os privilégios creditórios não são susceptíveis de serem constituídos por negócio jurídico» - Martínez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 203. No mesmo sentido, Martínez, Pedro Romano, “*Privilégios Creditórios*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Henrique Mesquita, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 116.

<sup>381</sup> “*Privilégios Creditórios*” cit., pp. 111.

<sup>382</sup> Martínez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 204. No mesmo sentido, “*Privilégios Creditórios*” cit., pp. 117.

<sup>383</sup> É o caso do arresto convertido em penhora (cfr. arts. 622º n.º 2 e 822º, n.º 2, do CC).

<sup>384</sup> Esta norma foi alterada pelo DL n.º 38/2003, de 8 de março. Anteriormente, o art.º 735º, n.º 3, do CC estabelecia que os privilégios imobiliários eram sempre especiais.

<sup>385</sup> Os privilégios gerais não incidem sobre coisas determinadas, nem gozam de sequência - Leitão, Luís Menezes, *Garantia das Obrigações* cit., pp. 228 e Martínez, Pedro Romano, “*Privilégios Creditórios*” cit., pp. 118. No mesmo sentido, Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, “*Prevalência de Créditos Laborais Face À Hipoteca?*”, in Actualidad Jurídica Uría Menéndez, 2008, pp. 43, disponível em <file:///C:/Users/User/Desktop/JosPedrAnacoreta&outro%20->

sequela, sendo oponíveis a terceiros e concedendo preferência no pagamento ao credor que deles beneficiam, tal como acontece com o penhor e a hipoteca<sup>386</sup>.

O n.º 1 do art.º 333º do CT<sup>387</sup> estabelece que «os créditos do trabalhador emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação gozam (...)» de um privilégio mobiliário geral e de um privilégio imobiliário especial sobre bem imóvel do empregador no qual o trabalhador presta a sua atividade.

Assim, os privilégios creditórios são indiscutivelmente um meio de tutela dos trabalhadores<sup>388</sup> (vide arts. 333º e ss., do CT<sup>389-390</sup>) - é de lembrar que estes privilégios se integram na segunda parte da al. a), do art.º 47º, n.º 4 do CIRE, ou seja, nos créditos privilegiados<sup>391</sup> para efeitos da insolvência.

Não esqueçamos que, na relação laboral, o trabalhador constitui, por regra, a parte fragilizada, desde logo, porque, através da sua atividade recebe uma retribuição – o salário - de que necessita para a sua subsistência e da sua família, bem como para a sua realização e valorização profissional (comumente designado por *função alimentar do salário*)<sup>392</sup>.

---

[%20Prevalência%20dos%20créditos%20laborais%20face%20à%20hipoteca.pdf](#), acedido e consultado em 15-08-2018.

<sup>386</sup> “*Privilégios Creditórios*” cit., pp. 117, Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 204, Palma, Marlene, ob. cit., pp. 54 e Leitão, Luís Menezes, *Garantia das Obrigações* cit., pp. 228. Cfr. Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, ob. cit., pp. 43 – referem que apenas os «*privilégios creditórios especiais assumem a natureza de verdadeira garantia real de cumprimento das obrigações, uma vez que, apenas estes, estão envolvidos de sequela, ou seja, têm a característica de perseguir o bem mesmo que este seja transaccionado*». Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14-02-2012, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Henrique Antunes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018.

<sup>387</sup> Anteriormente era o art.º 377º do CT 2003.

<sup>388</sup> Cfr. Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 702.

<sup>389</sup> É de se referir que antes do CT 2003, o regime da tutela dos créditos laborais do trabalhador encontrava-se distribuído entre o art.º 25º da LCT, o art.º 12º da LSA e o art.º 4º da lei n.º 96/2001, de 20 de agosto – cfr. ob. cit., pp. 703, nota 792 e “*Aspetos Laborais da Insolvência*” cit., pp. 703.

<sup>390</sup> Relembremos que a proteção dos créditos dos trabalhadores em caso de insolvência do empregador é defendida a nível comunitário – cfr. a diretiva 80/987/CEE, do Conselho, alterada pela Diretiva 2002/74, do Parlamento e do Conselho, de 23/09/2002. Diretiva que foi transposta pela Lei n.º 35/2004, de 29 de julho (cfr. art.º 2º, al. c)) – vide “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 702.

<sup>391</sup> Henriques, Sérgio Coimbra, ob. cit., pp. 237 e 238. No mesmo sentido, Abrantes, João José, ob. cit., pp. 581.

<sup>392</sup> Cfr. “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 702, Leitão, Luís Menezes, “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 881 e 882 e Costeira, Joana, “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 170.

Além de constituírem uma derrogação ao princípio do *par conditio creditorum*<sup>393</sup> (cfr. art.º 604º, n.º 1, do CC), sendo graduados antes de outros créditos<sup>394</sup>, importa ainda referir que estes privilégios, ao contrário de outros, não se extinguem com a declaração de insolvência, porque não se encontram incluídos na enumeração do art.º 97º do CIRE<sup>395</sup>.

Abordaremos, de seguida, cada um dos privilégios de que goza o trabalhador.

### **1.1. O privilégio mobiliário geral dos trabalhadores**

Os créditos laborais do trabalhador gozam de privilégio mobiliário geral (*vide* art.º 333º, n.º 1, al. a), do CT<sup>396</sup>), que, como referimos *supra*, abrange o valor de todos os bens móveis existentes no património do devedor – cfr. art.º 735º, n.º 2 do CC.

Na legislação precedente ao CT 2003, esta matéria provocava dúvidas relativamente à respetiva graduação no confronto com outros créditos detentores de privilégios sobre os bens móveis<sup>397</sup>.

Atualmente, essas dúvidas dissiparam-se, pois os créditos dos trabalhadores que gozem de um privilégio mobiliário geral prevalecem sobre todos os créditos com um privilégio mobiliário geral e mobiliário especial previstos no art.º 747º do CC, à exceção dos créditos por despesas de justiça<sup>398</sup>. Isto significa que esses créditos são satisfeitos logo após o pagamento dos créditos por despesas de justiça (cfr. art.º 746º do CC), mas antes do pagamento dos créditos previstos nas als. a) a e), do n.º 1, do art.º 747º do CC<sup>399</sup>, bem como dos créditos previstos no art.º 737º do CC<sup>400</sup> pela ordem aí indicada<sup>401</sup> - *vide* art.º 333º, n.º 2, al. b), do CT.

---

<sup>393</sup> *Vide* ac. TRL, proferido no processo n.º 353/09.5TBSXL-B.L2-2, de 14-07-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Teresa Albuquerque, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018.

<sup>394</sup> Cfr. Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho* cit., pp. 432. No mesmo sentido, Costeira, Joana, “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 170.

<sup>395</sup> Leitão, Luís Menezes, “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 882, *Direito do Trabalho* cit., pp. 431 e 432, Ramalho, Maria do Rosário Palma, “*Aspetos Laborais da Insolvência (...)*” cit., pp. 703 e Abrantes, João José, ob. cit., pp. 581 e Costeira, Joana, “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 170.

<sup>396</sup> Anteriormente era o art.º 377º, n.º 1, al. a), do CT.

<sup>397</sup> Pires, Miguel Lucas, “*A Amplitude e a (In)constitucionalidade dos Privilégios Creditórios dos Trabalhadores*”, in *Questões Laborais*, Ano XV, n.º 31, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, pp. 87.

<sup>398</sup> “*A Classificação dos Créditos Laborais*” cit., pp. 171 e 172. No mesmo sentido, “*Efeitos da Insolvência do Empregador no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 582.

<sup>399</sup> «1. Os créditos com privilégio mobiliário graduam-se pela ordem seguinte:

a) Os créditos por impostos, pagando-se em primeiro lugar o Estado e só depois as autarquias locais;  
b) Os créditos por fornecimentos destinados à produção agrícola;

Podemos, assim, concluir que as alterações realizadas ao CT, nas reformas de 2003 e ss., acabaram por conferir uma tutela mais eficaz relativamente aos créditos dos trabalhadores que beneficiam de privilégio mobiliário.

Importa ainda referir que os privilégios gerais não se podem opor a terceiros adquirentes das coisas por eles abrangidas, isto porque, não gozam de sequela (não são direitos reais)<sup>402</sup>. Portanto, não prevalecem sobre o penhor, a hipoteca, a penhora, o direito de retenção e a consignação de rendimentos, mesmo que estes direitos se tenham constituído num momento posterior<sup>403-404</sup> - cfr. art.º 749 do CC.

Isto significa que estes privilégios cedem perante direitos reais de gozo que terceiros tenham adquirido e perante direitos reais de garantia constituídos anteriormente, ficando, deste modo, a tutela dos créditos laborais enfraquecida pela prevalência desses direitos, comprometendo a satisfação daqueles<sup>405</sup>.

## **1.2. O privilégio imobiliário especial dos trabalhadores**

De acordo com o art.º 333º, n.º 1, al. b), do CT, os créditos laborais do trabalhador gozam de um privilégio imobiliário especial sobre o bem imóvel do empregador no qual o trabalhador presta a sua atividade, que é graduado depois de ressarcidos os créditos por despesas de justiça (cfr. art.º 746º do CC), mas antes dos créditos estabelecidos no

---

*c) Os créditos por dívidas de foros;*

*d) Os créditos da vítima de um facto que dê lugar a responsabilidade civil;*

*e) Os créditos do autor de obra intelectual;*

*f) Os créditos com privilégio mobiliário geral, pela ordem segundo a qual são enumerados no artigo 737.º».*

<sup>400</sup> «1. Gozam de privilégio geral sobre os móveis:

*a) O crédito por despesas do funeral do devedor, conforme a sua condição e costume da terra;*

*b) O crédito por despesas com doenças do devedor ou de pessoas a quem este deva prestar alimentos, relativo aos últimos seis meses;*

*c) O crédito por despesas indispensáveis para o sustento do devedor e das pessoas a quem este tenha a obrigação de prestar alimentos, relativo aos últimos seis meses;*

*d) Os créditos emergentes do contrato de trabalho, ou da violação ou cessação deste contrato, pertencentes ao trabalhador e relativos aos últimos seis meses».*

<sup>401</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 170 e 172.

<sup>402</sup> Leitão, Luís Menezes, *Garantia das Obrigações* cit., pp. 228 e Martinez, Pedro Romano, “*Privilégios Creditórios*” cit., pp. 118. No mesmo sentido, Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, ob. cit., pp. 42. Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14-02-2012, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Henrique Antunes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018.

<sup>403</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 172

<sup>404</sup> Os únicos privilégios que prevalecem sobre esses direitos são os privilégios imobiliários especiais, pois gozam de sequela, e são os únicos privilégios considerados como garantias reais, como veremos *infra*.

<sup>405</sup> Cfr. Monteiro, Leonor Pizarro, ob. cit., pp. 132 e 133.

art.º 748º, n.º 1 do CC<sup>406</sup> e do crédito relativo a contribuição para a segurança social<sup>407</sup> – cfr. art.º 333º, n.º 2, al. b), do CT -, ou seja, este privilégio prevalece sobre todos os outros privilégios imobiliários<sup>408</sup>.

Para além de gozarem de uma posição prioritária no âmbito do concurso de credores (cfr. art.º 333º, n.º 2, do CT), preferem também à consignação de rendimentos, à hipoteca, e ao direito de retenção, mesmo que essas garantias se tenham constituído em momento anterior<sup>409</sup> (cfr. art.º 751º do CC), pois, como vimos *supra*, tem natureza de direito real.

A tutela através da consagração do privilégio imobiliário especial ocorreu no CT 2003<sup>410</sup>, pois, anteriormente, a lei previa apenas um privilégio imobiliário geral<sup>411</sup>. Esta nova tutela assente num privilégio imobiliário especial incidente sobre bem imóvel do empregador no qual o trabalhador presta a sua atividade tem suscitado divergências entre a doutrina e a jurisprudência relativamente ao seu regime<sup>412</sup>.

A jurisprudência tem defendido uma interpretação lata e mais abrangente da noção legal de privilégio imobiliário especial (cfr. art.º 333º, n.º 1, al. b) do CT), desconsiderando a aplicação do termo “imóvel” no sentido singular<sup>413</sup>: sustenta que o privilégio deve abranger todos os imóveis do empregador utilizados na sua atividade empresarial, independentemente da localização do respetivo posto de trabalho<sup>414</sup>.

---

<sup>406</sup> «I. Os créditos com privilégio imobiliário graduam-se pela ordem seguinte:

a) Os créditos do Estado, pela contribuição predial, pela sisa e pelo imposto sobre as sucessões e doações;

b) Os créditos das autarquias locais, pela contribuição predial».

<sup>407</sup> Cfr. Costeira, Joana, “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 171 e 174.

<sup>408</sup> Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, ob. cit., pp. 49.

<sup>409</sup> Cfr. Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho* cit., pp. 432 e *Garantias das Obrigações* cit., pp. 231, Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, ob. cit., pp. 211, Costeira, Joana, ob. cit., pp. 171 e Pires, Miguel Lucas, “A Amplitude e a (In)constitucionalidade dos Privilégios Creditórios dos Trabalhadores” cit., pp. 81. Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14-02-2012, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Henrique Antunes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018.

<sup>410</sup> Cfr. art.º 377º, n.º 1, al. b), do CT 2003.

<sup>411</sup> Para um enquadramento da história do privilégio imobiliário, cfr. Leonor Pizarro Monteiro, ob. cit., pp. 136 e 137 e Pires, Miguel Lucas, “A Amplitude e a (In)constitucionalidade dos Privilégios Creditórios dos Trabalhadores” cit., pp. 62 e ss. e “Os Privilégios Creditórios dos Créditos Laborais” in *Questões Laborais*, N.º 20, Ano IX, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, pp. 164 e ss..

<sup>412</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 174.

<sup>413</sup> “Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador (...)” cit., pp. 241.

<sup>414</sup> Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 7899/16.7T8CBR-C.C1, de 21-02-2018, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Arlindo Oliveira, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018. No mesmo sentido, ac. STJ, proferido no processo n.º 4118/15.7T8CBR-B.C1.S1, de 30-05-2017, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Paula Boularot, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018.

Alguma jurisprudência considera ainda que os trabalhadores têm que alegar e provar<sup>415</sup> a conexão entre o imóvel (estabelecimento(s) do insolvente) e a atividade desenvolvida por eles<sup>416</sup>.

Divergentemente, alguma doutrina tem considerado que o privilégio se reduz ao imóvel do empregador em que o trabalhador presta a sua atividade (tal como aponta a letra da lei) – cfr. art.º 333º, n.º 1, al. b), do CT -, enquanto, anteriormente, o privilégio se estendia ao conjunto de imóveis do empregador em que o trabalhador prestava a sua atividade (art.º 377º, n.º 1, al. b), do CT 2003), pelo que vários autores entendem que a alteração ao CT 2003 provocou o enfraquecimento da posição do trabalhador enquanto credor no processo de insolvência<sup>417</sup>.

Atendendo a que consideram que o privilégio se reduz ao imóvel em que o trabalhador exerça a sua atividade, para esses autores, o privilégio é sempre afastado quando o trabalhador prestar a sua atividade em instalações arrendadas ou cedidas ao empregador, ou ainda quando exerçam a sua atividade em regime de teletrabalho<sup>418</sup>. Para outros autores, esta questão suscita dúvidas sobre a conformidade da disposição legal com o próprio princípio, de ordem constitucional, da igualdade de tratamento<sup>419</sup> (cfr. art.º 13º da CRP<sup>420</sup>), uma vez que potencialmente trata de forma desigual os trabalhadores vinculados à entidade patronal. Desigualdade porque, enquanto os trabalhadores que desenvolvem a sua atividade no imóvel que é propriedade do

---

<sup>415</sup> Apesar de a conexão dever ser alegada e provada pelo trabalhador, o juiz poderá decidir a atribuição do privilégio imobiliário especial com base em factos de que teve conhecimento em virtude do exercício das suas funções – “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração da Insolvência do Empregador (...)*” cit., pp. 241. No mesmo sentido, cfr. ac. TRL, proferido no processo n.º 286/16.9T8BRR-B.L1-2, de 07-07-2016, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Jorge Leal, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018.

<sup>416</sup> Vide ac. TRL, proferido no processo n.º 173-09.7TCFUN-A.L1-6, de 14-07-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Teresa Pardal, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018. No mesmo sentido, ac. TRE, proferido no processo n.º 1165/12.4TBVNO-E.E1, de 28-06-2018, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Tomé de Carvalho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018.

<sup>417</sup> Cfr. Abrantes, João José, ob. cit., pp. 582, 584 e 585, Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II*, cit., pp. 703, nota 793 e “*Aspetos Laborais da Insolvência...*” cit., pp. 703. Já Sérgio Coimbra Henriques sustenta que a existência deste privilégio «tem de ser aferida de forma casuística, verificando-se apenas caso tal imóvel exista e seja da propriedade do empregador insolvente». Para o autor, o privilégio imobiliário especial abrange apenas os bens que se encontrem afetos ao desenvolvimento da respetiva atividade empresarial - “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração da Insolvência do Empregador (...)*” cit., pp. 240 e 241.

<sup>418</sup> Abrantes, João José, ob. cit., pp. 585 e Gomes, Júlio Vieira, *Direito do Trabalho*, Volume I cit., pp. 899. No mesmo sentido, Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, ob. cit., pp. 49.

<sup>419</sup> Abrantes, João José, ob. cit., pp. 585 e Gomes, Júlio Vieira, *Direito do Trabalho*, Volume I cit., pp. 899.

<sup>420</sup> «1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei».



empregador insolvente, beneficiam do privilégio, os trabalhadores dessa mesma empresa que prestem a sua atividade noutra local, que não o estabelecimento, não beneficiam desse mesmo privilégio. Poderão ou não beneficiar?

Tomemos, como exemplo, a situação de trabalhador que exerça a sua atividade em regime de teletrabalho<sup>421</sup>.

Segundo o art.º 165º do CT, o teletrabalho é a prestação de trabalho que se realiza habitualmente fora da empresa, através de subordinação jurídica, através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Ora, num contrato de teletrabalho, os teletrabalhadores têm os mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações dos restantes trabalhadores da empresa que não exerçam a sua atividade em regime de teletrabalho<sup>422</sup> (art.º 169º do CT), estabelecendo a lei laboral um princípio de igualdade de tratamento dos trabalhadores.

Na nossa singela opinião, se com tal interpretação for excluído aos teletrabalhadores beneficiarem do privilégio imobiliário especial, incorre-se numa violação do princípio constitucional da igualdade dos trabalhadores (cfr. arts. 13º da CRP e 169º do CT). Assim, consideramos que o privilégio estabelecido no art.º 333º, n.º 1, al. b), do CT, deve ser entendido de forma mais abrangente, de forma a incluir todos os imóveis do empregador utilizados na sua atividade empresarial<sup>423</sup>. Ou então, para não haver dúvidas sobre um suposto ressurgimento do privilégio imobiliário geral, a lei laboral deve ser alterada, de forma a proteger, de melhor forma, os teletrabalhadores, bem como outros trabalhadores que exercem a sua atividade fora da empresa do empregador.

E o que acontece nos casos das empresas de construção civil? O privilégio creditório aplica-se apenas ao imóvel que constitui a sede da empresa ou também aos imóveis que esta construiu e fazem parte do seu património imobiliário<sup>424</sup>?

---

<sup>421</sup> Esta modalidade atípica do contrato de trabalho encontra-se estabelecida nos arts. 165º e ss. do CT.

<sup>422</sup> Cfr. Leite, Jorge, ob. cit., pp. 85. Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho* cit., pp. 507.

<sup>423</sup> O ac. TRL, proferido no processo n.º 227-16.3T8VFC-G.L1-6, de 23-11-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador António Santos, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018, tem opinião semelhante.

<sup>424</sup> “A Classificação dos Créditos Laborais” cit., pp. 177.

Atentando no regime previsto no art.º 333º, n.º 1, al. b) do CT<sup>425</sup>, a jurisprudência não tem sido unânime.

A posição dominante é a da exclusão do privilégio aos imóveis destinados à atividade da construtora, ou seja, os imóveis destinados à comercialização são excluídos do privilégio<sup>426</sup>, o que significa que o privilégio creditório incide apenas sobre os imóveis integrados na organização empresarial da empresa<sup>427</sup>, não abrangendo todas as construções em que o trabalhador desenvolveu a sua atividade profissional<sup>428</sup>. Outra posição é a de que os imóveis construídos são abrangidos pelo privilégio imobiliário, uma vez que o trabalhador presta a sua atividade nas várias obras em construção<sup>429</sup>.

Esta controvérsia jurisprudencial foi pacificada por AUJ, em 2016<sup>430-431</sup>, em que se definiu que «os imóveis construídos por empresa de construção civil, destinados a comercialização, estão excluídos da garantia do privilégio imobiliário especial previsto

---

<sup>425</sup> Anteriormente era o art.º 377º, n.º 1, al. b), do CT.

<sup>426</sup> Vide ac. STJ, proferido no processo n.º 1444/08.5TBAMT-A.P1.S1-A, de 23-03-2016, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Pinto de Almeida, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>427</sup> V.g., escritórios, armazéns e locais de venda – cfr. ac. STJ, proferido no processo n.º 1444/08.5TBAMT-A.P1.S1-A, de 23-03-2016, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Pinto de Almeida, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018 e ac. TRG, proferido no processo n.º 1500/13.8TBGMR-D.G1, de 03-04-2014, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Helena Melo, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>428</sup> Vide ac. TRG, proferido no processo n.º 2731/11.0TBBRG-E.G1, de 17-09-2015, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Fernando Fernandes Freitas, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018. No mesmo sentido, cfr. ac. STJ, proferido no processo n.º 08B974, de 19-06-2008, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Custódio Montes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018 e ac. TRG, proferido no processo n.º 1500/13.8TBGMR-D.G1, de 03-04-2014, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Helena Melo, in <https://jurisprudencia.csm.org.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>429</sup> Cfr. acs. TRG de 11-09-2012 e TRL de 09-07-2013 presentes no AUJ n.º 8/2016.

<sup>430</sup> Foi publicado como AUJ n.º 8/2016 no Diário da República, 1.ª série — N.º 74 — 15 de abril de 2016 — vide <file:///C:/Users/User/Desktop/AUJ%20S.T.J.%208-2016,%2015.04%20-%20Uniformiza%20jurisp%20-%20privilégio%20imobiliário%20especial%20dos%20trabalhadores,%20no%20CT2003%20-%20imóveis%20de%20constr.%20civil%20onde%20trab.pdf> (ou em <http://dre.pt>), acedido e consultado em 28-08-2018.

<sup>431</sup> Os votos vencidos deste Acórdão defendem que a uniformização deveria seguir o sentido de se abranger o privilégio imobiliário especial aos imóveis construídos. Analisaremos apenas alguns votos por motivos de extensão do trabalho.

Pires da Rosa defende que o privilégio deveria beneficiar todos os trabalhadores que prestassem serviço ao empregador, em qualquer imóvel deste em que prestasse a sua atividade, uma vez que o art.º 333º, n.º 1, al. b) do CT, menciona que existe esse privilégio no bem imóvel do empregador em que o trabalhador presta a sua atividade. Na nossa opinião, os prédios para comercialização não podem ser incluídos, pois não integram a organização empresarial estável da empresa.

João Trindade propugna que a uniformização deveria procurar proteger o trabalhador mais vulnerável, beneficiando este de privilégio imobiliário especial (citando: «os créditos laborais dos trabalhadores do sector da construção civil, que prestem actividade nos imóveis construídos pela entidade empregadora declarada insolvente e propriedade desta, ou cuja prestação tenha conexão funcional com os referidos imóveis, beneficiam sobre estes do privilégio imobiliário especial previsto no art. 377.º, n.º 1, alínea b) do Código de Trabalho de 2003»).

no art. 377º, nº 1, al. b), do Código do Trabalho de 2003». Não obstante a exclusão deste privilégio, considera que os trabalhadores dessas empresas «*continuam a beneficiar, quanto a imóveis, de tutela idêntica à dos demais trabalhadores das empresas de outros sectores da atividade económica — privilégio sobre os imóveis afectos à actividade empresarial — e, bem assim, do referido privilégio mobiliário geral e dos meios alternativos de protecção da retribuição legalmente instituídos*».

Deste modo, apenas os créditos referentes à sede da empresa, bem como os escritórios e armazéns em que os trabalhadores exercem a sua atividade, gozam deste privilégio.

Também nós sufragamos esta opinião. Note-se que o privilégio imobiliário especial abrange os imóveis que integram a organização empresarial estável da empresa, o que não acontece nos imóveis que se destinam a transação, revenda ou comercialização. Como referem David Carvalho Martins e Rita dos Reis Louro, também nós somos sensíveis ao argumento de que «*trata-se de uma propriedade transitória na medida em que os imóveis (...) são o produto da atividade empresarial*»<sup>432</sup>.

## **2. O fundo de garantia salarial**

Uma outra forma de tutela dos créditos laborais ocorre através do FGS, que se encontra mormente vocacionado para os casos de «*insolvência do empregador ou da declaração da empresa em situação económica difícil*»<sup>433</sup>.

Este fundo foi instituído pelo DL n.º 219/99, de 15 de junho<sup>434</sup>, por exigência do direito comunitário<sup>435-436</sup> e, nesse diploma, pretendia-se assegurar aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes do contrato de trabalho, no caso de incumprimento pela entidade patronal<sup>437</sup>.

---

<sup>432</sup> Martins, David Carvalho e Louro, Rita dos Reis, “A Construção Civil e Os Créditos Laborais”, in O Jornal Económico, 22 de Abril de 2016, presente em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/construcao-civil-os-creditos-laborais-53482>, acedido e consultado em 31-08-2018.

<sup>433</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 704.

<sup>434</sup> Alterado pelo DL n.º 139/2001, de 24 de abril.

<sup>435</sup> Cfr. Diretiva 80/987/CEE, de 20 de outubro de 1980, relativa proteção dos trabalhadores em caso de insolvência do empregador, alterada pela Diretiva 2002/74/CE, de 23 de setembro de 2002 e, posteriormente pela Diretiva 2008/94/CE, de 22 de outubro de 2008.

<sup>436</sup> *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 705.

<sup>437</sup> Preâmbulo do DL n.º 59/2015, de 21 de abril.

O CT 2009, no seu art.º 336º, estabeleceu que o Fundo assegura o pagamento de créditos de trabalhador emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação<sup>438</sup>, que não possam ser pagos pelo empregador por motivo de insolvência ou de situação económica difícil<sup>439</sup>, nos termos previstos em legislação específica para a qual a norma citada remete.

Pois bem, antes de 2015, esta *legislação específica* encontrava-se dispersa: os aspetos substantivos do Fundo encontravam-se previstos nos arts. 317.º a 326.º da RCT, aprovada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de julho<sup>440</sup> (LECT), e os aspetos organizativos, financeiros e procedimentais encontravam-se no Regulamento do FGS, que tinha sido aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 139/2001, de 24 de abril<sup>441</sup>.

Com a entrada em vigor do DL n.º 59/2015, de 21 de abril<sup>442</sup>, surgiu o «Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial», que procedeu à unificação do regime jurídico do FGS<sup>443</sup>, que se mantém em vigor e que analisaremos de seguida.

## **2.1. O regime jurídico**

O NRFGS pode ser utilizado quando for proferida sentença de declaração de insolvência do empregador; ou despacho do juiz que designe o administrador judicial provisório, em caso de processo especial de revitalização<sup>444</sup>; ou despacho de aceitação do requerimento proferido pelo IAPMEI, I.P., no âmbito do procedimento extrajudicial de recuperação de empresas – *vide* als. a), b) e c), n.º 1 do art.º 1, do NRFGS.

Para o referido efeito, tanto o tribunal judicial, como o administrador judicial provisório ou o IAPMEI, I.P. devem notificar o fundo, respetivamente, da sentença de

---

<sup>438</sup> Os créditos em causa são os salários, subsídios de férias, de Natal ou de alimentação e indemnizações por terem terminado o contrato de trabalho ou não cumprido as suas condições – cfr. *Fundo de Garantia Salarial*, Economias in <https://www.economias.pt/fundo-de-garantia-salarial>, acedido e consultado em 02-07-2018.

<sup>439</sup> Através desta definição, podemos ver que o objetivo do fundo é o de «garantir e antecipar o pagamento dos créditos laborais, que (...) não possam ser pagos pelo empregador» - *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II* cit., pp. 705. No mesmo sentido, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador...*” cit., pp. 230, nota 28.

<sup>440</sup> Alterada pela Lei n.º 9/2006, de 20 de março, pelo DL n.º 164/2007, de 3 de maio, e pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

<sup>441</sup> Preâmbulo do DL n.º 59/2015, de 21 de abril.

<sup>442</sup> O regime estabelecido neste decreto-lei pretende transpôr a Diretiva 2008/94/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008. Portanto, o DL n.º 219/99 e os arts. 316º a 326º do RCT de 2003 (Lei n.º 35/2004) foram revogados.

<sup>443</sup> Preâmbulo do DL n.º 59/2015, de 21 de abril. No mesmo sentido, *Um Curso de Direito da Insolvência* cit., pp. 379.

<sup>444</sup> No antigo regime esta alínea não se encontrava prevista.

declaração de insolvência do empregador, da apresentação do requerimento ou da apresentação do requerimento de utilização do SIREVE, do despacho de aceitação deste requerimento, da celebração e cessação do acordo e da extinção do procedimento<sup>445</sup> – cfr. n.º 2, do art.º 1º, do NRFGS.

Como vimos, o Fundo assegura o pagamento ao trabalhador de créditos emergentes do contrato de trabalho ou da sua violação ou cessação (cfr. arts. 1º, n.º 1 e 2º, n.º 1, do NRFGS), demonstrando existir, na nossa opinião, uma tutela mais eficaz relativamente aos créditos do trabalhador.

Mas será que assegura o pagamento de todos os créditos ou apenas de alguns?

De acordo com o DL n.º 59/2015, de 21 de abril, o fundo só assegura o pagamento dos créditos que se vençam nos seis meses anteriores à propositura da ação de insolvência ou à apresentação do requerimento no processo especial de revitalização ou do requerimento de utilização do procedimento extrajudicial de recuperação de empresas<sup>446</sup> (*vide* art.º 2º, n.º 4, do NRFGS); créditos esses que tenham um limite máximo global equivalente a seis meses de retribuição e um limite máximo mensal correspondente ao triplo da retribuição mínima mensal garantida<sup>447</sup> – *vide* art.º 3º, n.º 1, do NRFGS.

Mas, o fundo só assegura o pagamento desses créditos quando o pagamento lhe seja requerido pelo trabalhador<sup>448</sup> até um ano a partir do dia seguinte àquele em que ces-

---

<sup>445</sup> Cfr. “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*” cit., pp. 882.

<sup>446</sup> Se nos seis meses referidos na lei não existirem créditos vencidos ou se o seu montante for inferior ao limite máximo definido, o Fundo assegura o pagamento, até àquele limite de créditos vencidos após o referido período de referência (os seis meses anteriores à propositura da ação de insolvência) – cfr. art.º 2º, n.º 5, do NRFGS.

<sup>447</sup> É de notar que se o trabalhador for titular de créditos correspondentes a prestações diversas, o pagamento é prioritariamente imputado à retribuição base e diuturnidades – cfr. art.º 3º, n.º 2, do NRFGS –, certamente como reflexo do denominado *caráter alimentar do salário* e da correspondente tutela legal desse caráter.

<sup>448</sup> Como se requiere o pagamento ao fundo? O trabalhador terá que apresentar o pedido para o pagamento dos créditos por meio de um requerimento ao Fundo, em que deve constar a identificação do requerente e do respetivo empregador e a discriminação dos créditos objeto do pedido – cfr. art.º 5º, n.º 1, do NRFGS. Ou seja, será necessário uma fotocópia do documento onde conste o número de identificação da Segurança Social (no caso de não ter cartão de cidadão: bilhete de identidade, certidão do registo civil, boletim de nascimento ou passaporte); fotocópia do cartão de identificação fiscal (número de identificação fiscal), caso não tenha cartão de cidadão e documento comprovativo do IBAN (documento emitido pelo banco, fotocópia dum cheque em branco ou da primeira folha da caderneta bancária) para que o pagamento seja feito por transferência bancária. Será também necessário uma declaração ou cópia autenticada de documento comprovativo dos créditos reclamados pelo trabalhador, emitida pelo administrador de insolvência ou pelo administrador judicial provisório; uma declaração comprovativa da natureza e do montante dos créditos em dívida declarados no requerimento pelo trabalhador, quando o

-sou o contrato de trabalho<sup>449</sup> – cfr. art.º 2º, n.º 8, do NRFGS.

Existe, portanto, um prazo de caducidade<sup>450</sup>, uma vez que, passado esse período de tempo (um ano a partir do dia seguinte àquele em que cessou o contrato de trabalho), essa hipótese de tutela caduca.

A propósito desta temática, importa referir que o ac. do TC, de 27 de junho de 2018, julgou inconstitucional a norma do art.º 2º, n.º 8 do NRFGS, na parte referente ao prazo estabelecido, por ser um prazo de caducidade e insuscetível de interrupção ou suspensão<sup>451</sup>.

Na nossa opinião, não deveria existir um prazo de caducidade, pelo menos, tão restrito. O trabalhador deveria receber os créditos em falta, independentemente de os ter requerido nesse prazo ou mais tarde.

Importa ainda referir que, uma vez que o Fundo foi instituído por exigência do direito comunitário, vários países criaram uma figura semelhante no seu ordenamento jurídico, de forma a proteger os trabalhadores perante a insolvência do empregador.

---

mesmo não seja parte constituída, emitida pelo empregador e uma declaração de igual teor emitida pelo serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área do emprego, quando não seja possível a obtenção dos documentos previstos nos pontos anteriores – cfr. Guia Prático do Fundo de Garantia Salarial, 2017, pp. 4 e 5 *in* [file:///C:/Users/User/Desktop/Guia%20Prático%20Fundo%20de%20Garantia%20Salarial%20\(FGS\)%20-%202017.pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/Guia%20Prático%20Fundo%20de%20Garantia%20Salarial%20(FGS)%20-%202017.pdf), acedido e consultado em 20/08/2018.

<sup>449</sup> Houve uma modificação do prazo. O art.º 319º, n.º 3, do RCT, referia que o Fundo só assegurava o pagamento dos créditos que lhe fossem reclamados até três meses antes da respetiva prescrição. Com esta norma, pretendia afastar-se o acionamento do FGS relativamente aos créditos laborais no limiar da sua prescrição, de forma a evitar-se, o pagamento de créditos entretanto prescritos – *vide* ac. TCAS, proferido no processo n.º 3462/15.8BESNT, de 01-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Helena Canelas, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-11-2018.

<sup>450</sup> Cfr. ac. TCAS, proferido no processo n.º 3462/15.8BESNT, de 01-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Helena Canelas, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-11-2018 – para relembrar, é de notar que o prazo da caducidade «*visa preestabelecer o lapso de tempo dentro do qual ou a partir do qual, há-de exercer-se o direito, por imposição da lei ou vontade negocial*», que esse prazo é «*condição de admissibilidade e procedibilidade, por ser elemento constitutivo do direito*» e que esses prazos não se suspendem nem interrompem – cfr. art.º 328º do CC.

<sup>451</sup> Cfr. ac. TC, 1.ª Secção, proferido no processo n.º 555º/2017, de 27-06-2018, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Teles Pereira, *in* <http://jusnet.wolterskluwer.pt/Content/DocumentMag.aspx?params=H4sIAAAAAAAAEAMtMSbH1CjUAAmMzY3NzU7Wy1KLizPw8WyMDQwsDMYnZkEBmWqVLfnJIZUGqbVpiTnEqAAjQeL01AAAAWKE>, acedido e consultado em 18-10-2018 – de acordo com o ac. a determinação desse prazo de caducidade «*sem se prever quaisquer causas de suspensão ou interrupção e prevendo-se, outrossim, a necessidade de requisitos, para o exercício do direito, que não está na mão do seu titular fazer preencher, de tal maneira que não está garantido que o seu titular possa ter oportunidade legal de exercer o direito dentro do prazo, não passa pelo crivo da consagração do Estado de Direito, na medida em que toma [correção: torna] aleatórios e arbitrariamente subversíveis os pressupostos do exercício de um direito social reconhecido a todos os trabalhadores*».

Assim, em Espanha foi criado o *Fondo de Garantía Salarial*, também conhecido por FOGASA<sup>452</sup>, que é um órgão autónomo, com personalidade e capacidade jurídica, que garante aos trabalhadores o recebimento de salários, bem como a indemnização por demissão ou rescisão de contrato de trabalho<sup>453</sup>, pendentes de pagamento devido à insolvência do empregador<sup>454-455</sup>.

Tal como no regime português, os trabalhadores têm que solicitar ao Fundo o pagamento dos créditos salariais dentro do prazo estabelecido (um ano a partir da data do ato de conciliação, julgamento, ordem ou decisão)<sup>456</sup> – cfr. art.º 33º, n.º 7 do ET<sup>457</sup>.

O FOGASA está sujeito a alguns limites, tal como vimos para o nosso Fundo, que passaremos a enunciar: o fundo assegura os salários até ao montante máximo correspondente ao dobro do salário mínimo diário, incluindo a parte proporcional dos bónus, pelo número de dias de salário em atraso, com o máximo de 120 dias<sup>458</sup> – cfr. art.º 33º, n.º 1<sup>459</sup>. Assegura ainda os montantes das indemnizações até ao limite máximo

---

<sup>452</sup> O FOGASA foi instituído através da Ley 16/1976, de 8 de abril, de Relaciones Laborales, mais precisamente no art.º 31º - cfr. Carreira, Mónica Marisa Marques, “*O Tratamento dos Créditos Laborais no Direito Insolvencial*”, Leiria, 2016, pp. 71, dissertação disponível em: [https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1997/1/M%C3%B3nica%20Marisa%20Carreira\\_MSO.pdf](https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1997/1/M%C3%B3nica%20Marisa%20Carreira_MSO.pdf), acedida e consultada em 30-07-2018. No mesmo sentido, vide Martín, Eloy Romero, “*El Fondo de Garantía Salarial, Antecedentes y Las Últimas Reformas*”, 2013, in <http://noticias.juridicas.com/conocimiento/articulos-doctrinales/4829-el-fondo-de-garantia-salarial-antecedentes-y-las-ultimas-reformas/>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>453</sup> Portanto, o FOGASA assegura o pagamento de salários e indemnizações aquando da verificação da insolvência do empregador.

<sup>454</sup> «*Es un organismo autónomo adscrito al Ministerio de Empleo y Seguridad Social, con personalidad jurídica y capacidad de obrar para el cumplimiento de sus fines, abonará a los trabajadores el importe de los salarios pendientes de pago a causa de insolvencia o concurso del empresario*» - art.º 33º, n.º 1, da Ley del Estatuto de los Trabajadores (cfr. Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de outubro).

<sup>455</sup> Cfr. “*El Fondo de Garantía Salarial (FOGASA)*”, Ministerio de Trabajo e Inmigración, in: [http://www.emplea.universia.es/informacion/dcho\\_laboral/fondo\\_garantia/fogasa/](http://www.emplea.universia.es/informacion/dcho_laboral/fondo_garantia/fogasa/), acedido e consultado em 30-7-2018.

<sup>456</sup> *Idem*.

<sup>457</sup> «*7. El derecho a solicitar del Fondo de Garantía Salarial el pago de las prestaciones que resultan de los apartados anteriores prescribirá al año de la fecha del acto de conciliación, sentencia, auto o resolución de la autoridad laboral en que se reconozca la deuda por salarios o se fijen las indemnizaciones*».

<sup>458</sup> Cfr. “*El Fondo de Garantía Salarial, Antecedentes y Las Últimas Reformas*” cit., in <http://noticias.juridicas.com/conocimiento/articulos-doctrinales/4829-el-fondo-de-garantia-salarial-antecedentes-y-las-ultimas-reformas/>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>459</sup> «*1. A los anteriores efectos, se considerará salario la cantidad reconocida como tal en acto de conciliación o en resolución judicial por todos los conceptos a que se refiere el artículo 26.1, así como los salarios de tramitación en los supuestos en que legalmente procedan, sin que pueda el Fondo abonar, por uno u otro concepto, conjunta o separadamente, un importe superior a la cantidad resultante de multiplicar el doble del salario mínimo interprofesional diario, incluyendo la parte proporcional de las pagas extraordinarias, por el número de días de salario pendiente de pago, con un máximo de ciento veinte días*».

de uma anuidade, sem que o salário, base do cálculo, possa exceder o dobro do salário mínimo, incluindo o pagamento proporcional dos bónus<sup>460</sup> – cfr. art.º 33º, n.º 2<sup>461</sup>.

A Itália também criou um *Fondo di Garanzia*, que foi estabelecido pela Lei n.º 297/1982, de 29 de maio, e teve como objetivo a substituição do empregador em caso de insolvência, no pagamento da indemnização por cessação de funções devido aos trabalhadores ou seus titulares – cfr. art.º 2º, n.º 1<sup>462</sup>.

Também aqui, o interessado tem que solicitar ao fundo o pagamento dos créditos, sendo que esse pagamento é feito no prazo de 60 dias a contar da solicitação do interessado – art.º 2º, n.º 7<sup>463</sup>.

Podemos assim concluir que estas figuras, que foram instituídas por exigência do direito comunitário, são bastante semelhantes, pois todas têm o mesmo objetivo, o de assegurar o pagamento de créditos do trabalhador, em caso de insolvência do empregador, ainda que o regime português possa ter um âmbito de aplicação mais abrangente (indo para além dos casos de insolvência).

## **2.2. A sub-rogação de créditos na insolvência**

Como vimos, o FGS poderá satisfazer a totalidade ou uma parte dos créditos dos trabalhadores (cfr. art.º 2º do NRFGS), implicando, como refere o art.º 4º, n.º 1, do NRFGS, que o Fundo fique «*sub-rogado nos direitos e nos privilégios creditórios do trabalhador, na medida dos pagamentos efetuados, acrescidos de juros de mora*

---

<sup>460</sup> Cfr. “El Fondo de Garantía Salarial, Antecedentes y Las Últimas Reformas” cit., in <http://noticias.juridicas.com/conocimiento/articulos-doctrinales/4829-el-fondo-de-garantia-salarial-antecedentes-y-las-ultimas-reformas/>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>461</sup> «2. El Fondo de Garantía Salarial, en los casos del apartado anterior, abonará indemnizaciones reconocidas como consecuencia de sentencia, auto, acto de conciliación judicial o resolución administrativa a favor de los trabajadores a causa de despido o extinción de los contratos conforme a los artículos 50, 51 y 52 de esta ley, y de extinción de contratos conforme al artículo 64 de la Ley 22/2003, de 9 de julio, Concursal, así como las indemnizaciones por extinción de contratos temporales o de duración determinada en los casos que legalmente procedan. En todos los casos con el límite máximo de una anualidad, sin que el salario diario, base del cálculo, pueda exceder del doble del salario mínimo interprofesional, incluyendo la parte proporcional de las pagas extraordinarias».

<sup>462</sup> «E' istituito presso l'Istituto nazionale della previdenza sociale il "Fondo di garanzia per il trattamento di fine rapporto" con lo scopo di sostituirsi al datore di lavoro in caso di insolvenza del medesimo nel pagamento del trattamento di fine rapporto, di cui all'articolo 2120 del codice civile, spettante ai lavoratori o loro aventi diritto» - cfr. <http://www.infonetfree.com/giulio/leggi/lex82/10297-82.html>, acedido e consultado em 30-07-2018.

<sup>463</sup> «7. I pagamenti di cui al secondo, terzo, quarto e quinto comma del presente articolo sono eseguiti dal fondo entro 60 giorni dalla richiesta dell'interessato. Il fondo è surrogato di diritto al lavoratore o ai suoi aventi causa nel privilegio spettante sul patrimonio dei datori di lavoro ai sensi degli articoli 2751-bis e 2776 del codice civile per le somme da esso pagate».



*vincendos*»<sup>464</sup>, o que significa que o Fundo atua em substituição do empregador<sup>465</sup>, no pagamento<sup>466</sup> dos créditos laborais ao trabalhador<sup>467</sup>, adquirindo os direitos correspondentes que cabiam ao trabalhador face ao seu empregador incumpridor.

No respeitante à sub-rogação do Fundo, mais precisamente, à graduação dos seus créditos, quando em concurso com os créditos não satisfeitos pelo Fundo e reclamados pelos trabalhadores<sup>468</sup>, a jurisprudência adotou três posições distintas, isto porque tanto o art.º 4º, n.º 1, do NRFGS, tal como a norma correspondente do regime precedente (art.º 322º do RCT- LECT) e ainda o art.º 593º, n.º 1, do CC, referem que, estando o Fundo sub-rogado, beneficia dos mesmos privilégios creditórios<sup>469</sup> que beneficiavam os créditos existentes na esfera jurídica dos trabalhadores<sup>470</sup>.

Deste modo, uma das posições adotadas pela jurisprudência atribuía preferência aos créditos dos trabalhadores<sup>471</sup>.

Esta posição procura fundar-se no regime da sub-rogação legal estabelecida no art.º 593º, n.º 2, do CC, que refere que em caso de satisfação parcial dos créditos, «*a sub-rogação não prejudica os direitos do credor*».

Atentando nesse regime, o ac. do TRP, de 14-07-2010, sustenta que a lei dá preferência aos créditos do «*credor primitivo*», o que significa que o pagamento se destina ao «*credor primitivo; só o excedente, se o houver, aproveita ao sub-rogado*». Esta posição «*baseia-se na vontade provável do credor. Este não pode ser constrangido a receber um pagamento parcial. Ora, a lei presume que, se ele consente nesse*

---

<sup>464</sup> No regime Espanhol, o FOGASA, para o ressarcimento dos valores pagos, é sub-rogado obrigatoriamente nos direitos e ações dos trabalhadores, que conservam o caráter de créditos privilegiados – cfr. art.º 33º, n.º 4 do Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de outubro. No regime Italiano, o Fundo é sub-rogado nos direitos do trabalhador que conservam o privilégio devido ao património do empregador – cfr. art.º 3, n.º 7, da Lei n.º 297/82.

<sup>465</sup> O art.º 593º, n.º 1, do CC estabelece que o sub-rogado adquire os poderes que competiam ao credor.

<sup>466</sup> O pagamento dos créditos dos trabalhadores pode ser total ou parcial, no caso de ter recebido uma parte do empregador insolvente.

<sup>467</sup> Se o Fundo proceder ao pagamento dos créditos ao trabalhador, terá direito a reaver as quantias pagas (cfr. art.º 593º do CC) – vide ac. TRP, proferido no processo n.º 147/08.5TBLSD-D.P1, de 14-07-2010, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria de Deus Correia, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018.

<sup>468</sup> Situação que acontece sempre que exista a satisfação parcial dos créditos dos trabalhadores pelo Fundo e, em que é necessário, no âmbito do processo de insolvência, graduar os créditos do Fundo e os créditos remanescentes dos trabalhadores – cfr. *Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho...* cit., pp. 138.

<sup>469</sup> Privilégio mobiliário geral e imobiliário especial (cfr. art.º 333º, n.º 1, do CT).

<sup>470</sup> Cfr. Costeira, Joana, ob. cit., pp. 138 e 139.

<sup>471</sup> Cfr. ac. TRP, proferido no processo n.º 147/08.5TBLSD-D.P1, de 14-07-2010, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria de Deus Correia, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018.

*pagamento parcial, quererá todavia ser preferido ao terceiro com relação à parte do crédito de que continua titular». Deste modo, conclui que «os créditos dos trabalhadores ainda em débito terão de ser pagos com precedência em relação ao crédito do FGS»<sup>472</sup>.*

Outra das posições atribui preferência aos créditos do FGS.

O ac. do TRP, de 17-02-2009, atentando no art.º 592º do CC, considera que «*o legislador consagrou um sistema de colocação do Fundo no lugar do trabalhador, transferindo para aquele todos os direitos que a este competiam, na medida em que os tenha satisfeito*»<sup>473</sup>.

Portanto, os créditos privilegiados do Fundo devem ser pagos antes que os créditos privilegiados dos trabalhadores<sup>474</sup>, no âmbito do processo de insolvência.

Finalmente, existe a posição no sentido de os créditos do Fundo e dos trabalhadores concorrerem em paridade.

O ac. do TRC, de 22-03-2011, desconsiderando as outras duas posições, propugna que «*na graduação a fazer em insolvência em que se verifique o concurso de tais créditos, deverão, em princípio, os créditos do FGS e os créditos salariais dos trabalhadores, porque igualmente privilegiados, ser graduados a par, procedendo-se a rateio entre eles (art.º 745.º, n.º 2 do CPC [correção: do CC] e 175º do CIRE)*»<sup>475</sup>, isto é, a graduação dos créditos de ambas as partes deve ser paritária.

E foi esta a posição que o legislador veio a adotar no regime vigente. O art.º 4º, n.º 2, do NRFGS pôs fim a esta controvérsia ao determinar que, no caso de os bens da massa insolvente serem insuficientes para garantir o pagamento da totalidade dos

---

<sup>472</sup> *Idem.*

<sup>473</sup> Vide ac. TRP, proferido no processo n.º 0827363, de 17-02-2009, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Cândido Lemos, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018.

<sup>474</sup> Sendo que os créditos dos trabalhadores ainda em débito procedem-se a rateio.

<sup>475</sup> Vide ac. TRC, proferido no processo n.º 480/08.6TBCTB-E.C1, de 22-03-2011, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Falcão de Magalhães, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018. No mesmo sentido, ac. TRG, proferido no processo n.º 1264/05.9TBFLG-AG.G1, de 27-02-2012, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Rosa Tching, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018, ac. TRC, proferido no processo n.º 680/09.1T2AVR-G.C1, de 05-03-2013, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria José Guerra, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018 e ac. TRP, proferido no processo n.º 857/09.0TBVFR-I.P1, de 16-09-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador João Diogo Rodrigues, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018.

créditos laborais, os créditos em que o Fundo fica sub-rogado são pagos a pari com o valor remanescente dos créditos laborais<sup>476</sup>.

Joana Costeira defende que a posição mais equilibrada é a da graduação paritária e proporcional dos créditos do Fundo e dos trabalhadores, sendo o pagamento feito através de rateio, isto porque permite salvaguardar tanto os direitos do Fundo, como os dos trabalhadores<sup>477</sup>, posição que subscrevemos. Entendemos que, por um lado, o Fundo, ao “substituir-se” ao empregador, precisa de reaver os montantes despendidos no pagamento dos créditos para poder continuar a desempenhar a sua importante função social, e, por outro lado, o trabalhador também necessita de receber o pagamento dos seus créditos, pela importante função social que desempenham – consideramos que ambos são socialmente relevantes, estando ao mesmo nível, devendo a graduação ser párea.

---

<sup>476</sup> No sistema Espanhol, também se utiliza este método: «*si dichos créditos concurren con los que puedan conservar los trabajadores por la parte no satisfecha por el Fondo, unos y otros se abonarán a prorrata de sus respectivos importes*», o que significa que ambos os créditos serão pagos proporcionalmente.

<sup>477</sup> Costeira, Joana, ob. cit., pp. 143.

## CONCLUSÃO

Os nossos objetivos principais com a realização desta dissertação foram o de aprofundar o nosso conhecimento sobre as matérias dos efeitos da declaração de insolvência nos contratos de trabalho vigentes na empresa insolvente e a proteção dos créditos laborais dos trabalhadores, atento o seu relevante interesse académico e prático.

Pese embora as alterações legislativas ocorridas nas últimas décadas, os vocábulos centrais foram-se modificando (quebra, falência e insolvência), mas manteve-se o critério essencial: o devedor ser incapaz de cumprir as suas obrigações.

A finalidade primeira do processo de insolvência é a satisfação dos credores (art.º 1º do CIRE), quer vise a recuperação da empresa, quer vise o encerramento desta. Daí que são os credores, durante a assembleia de credores, que definem o destino da empresa insolvente, podendo optar pela sua liquidação ou pela sua recuperação, subsequentes à declaração judicial de insolvência.

Após análise da divergência doutrinal quanto ao regime aplicável aos efeitos da declaração judicial de insolvência nos contratos de trabalho vigentes, defendemos que a solução se encontra no art.º 347º do CT, que consagra o princípio da intangibilidade desses contratos, pese embora a solução normativa que propomos de *iure constituendo* passe pela criação de uma norma específica no CIRE, com vista a clarificar esta temática, tal como já aconteceu no passado, com evidentes vantagens, em termos da sempre desejável segurança na aplicação do Direito.

Constatámos também que os efeitos da declaração judicial de insolvência nos contratos de trabalho vigentes na empresa variam consoante o destino subsequente da empresa, ou seja, a manutenção, o encerramento ou a transmissão da empresa.

Em caso de manutenção da empresa insolvente, os contratos de trabalho mantêm-se em vigor, contudo é o administrador da insolvência que exerce os poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente, substituindo o empregador perante os trabalhadores, nomeadamente cessando o(s) contrato(s) de trabalho de determinados trabalhadores que não sejam indispensáveis ao funcionamento da empresa (cfr. art.º 347º, n.º 2, do CT) ou até contratando novos trabalhadores (art.º 55º, n.º 4, do CIRE).

Quanto à dispensa de trabalhadores que não sejam indispensáveis ao funcionamento, após análise da divergência doutrinal quanto à qualificação jurídica

dessa forma de cessação do contrato de trabalho, aderimos à posição dos autores que defendem se trata de uma nova e específica situação de despedimento, que é fundada na insolvência, mas seguindo, quanto ao procedimento, o regime constituído para o despedimento coletivo (cfr. arts. 360º e ss., do CT), ainda que devidamente adaptado, uma vez que neste caso não deve ser exigida a fase de comunicações, dado que bastam apenas a indicação dos pressupostos, a saber, a situação de insolvência e a desnecessidade dos trabalhadores, nem a fase de negociações com os representantes dos trabalhadores, por inexistirem as medidas alternativas à cessação do contrato.

Quanto à eventual contratação de novos trabalhadores, para além de concluirmos que essa contratação só pode ser feita a termo (certo ou incerto), por se tratar de uma tarefa que é ocasional, evidenciámos que estes contratos têm um regime especial de caducidade, uma vez que caducam no momento do encerramento definitivo do estabelecimento onde os trabalhadores prestam serviço ou, salvo convenção em contrário, no da sua transmissão, o que evidencia um carácter precário exacerbado face ao regime comum.

Já no que se refere ao segundo destino possível da empresa (encerramento definitivo da empresa), só este faz cessar os contratos de trabalho, o que demonstra que, neste caso, existe uma causa especial de cessação do contrato de trabalho derivado da declaração de insolvência – também neste caso é aplicável o procedimento relativo ao despedimento coletivo previsto nos arts. 360º e ss., do CT, com as necessárias adaptações já referidas.

Finalmente, quanto ao terceiro destino potencial da empresa insolvente (transmissão da empresa), ocorre uma transmissão automática da posição jurídica do empregador para o adquirente do estabelecimento (cfr. art.º 285º do CT), o que significa que se transmitem os contratos de trabalho dos trabalhadores dessa empresa, visando-se salvaguardar o emprego dos trabalhadores envolvidos.

Quanto ao procedimento da transmissão da empresa insolvente e dos seus contratos de trabalho, consideramos que o trabalhador tem o direito de acesso à informação e consulta do contrato de transmissão (cfr. art.º 286º do CT), para se poder inteirar do seu futuro na empresa e decidir a sua vida em conformidade, e que existe responsabilidade solidária por parte do transmitente, respondendo este pelos créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como

pelos encargos sociais correspondentes pelo período de dois anos – cfr. art.º 285º, n.º 6, do CT. Mais concluímos que, em caso de transmissão, o trabalhador pode exercer o direito de oposição à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho, quando aquela lhe possa causar prejuízo sério.

Relativamente aos efeitos da declaração judicial de insolvência do próprio trabalhador, sustentámos que ela não suspende o contrato de trabalho, devendo o trabalhador continuar a prestar a sua atividade.

Verificámos depois que os créditos de natureza laboral no processo de insolvência se dividem em créditos emergentes do contrato de trabalho, designados como créditos remuneratórios, e em créditos resultantes da compensação devida ao trabalhador pela cessação do contrato de trabalho, por encerramento do estabelecimento ou por despedimento, os chamados créditos compensatórios ou indemnizatórios.

O pagamento desses dois tipos de créditos deve ser feito com base no processo de insolvência, podendo ser qualificados como créditos sobre a massa ou créditos sobre a insolvência.

Assim, os créditos remuneratórios constituídos antes da situação de insolvência (correspondentes a prestações de trabalho já realizadas antes da declaração de insolvência) são créditos sobre a insolvência (art.º 47º, n.º 1, do CIRE), sendo créditos privilegiados e garantidos (cfr. art.º 47º, n.º 4, al. a) do CIRE e art.º 333º, n.º 1, als. a) e b), do CT). E os créditos remuneratórios constituídos após a declaração de insolvência são créditos sobre a massa, porque correspondem a prestações de trabalho realizadas depois da abertura do processo de insolvência, sendo as dívidas respetivas satisfeitas no momento do seu vencimento - art.º 172º do CIRE.

No que toca aos créditos indemnizatórios, considerámos que esses créditos devem ser qualificados como créditos sobre a massa insolvente, visto a indemnização resultar de um ato ilícito praticado pelo administrador da insolvência (art.º 51º, n.º 1, al. d), do CIRE) – o despedimento efetuado com violação das normas previstas no CT.

No referente aos créditos compensatórios por cessação do contrato de trabalho, concluímos que os créditos constituídos antes da declaração de insolvência devem ser considerados créditos sobre a insolvência, pois o seu fundamento é anterior à data desta declaração (art.º 47º, n.º 1 e 4, al. a), do CIRE).

Já quanto aos créditos da mesma natureza (compensatórios) mas constituídos após a declaração de insolvência, entendemos que a compensação pela cessação (tenha esta cessação ocorrido por ato do administrador da insolvência ou por decisão da assembleia de credores) deve ser classificada como crédito sobre a insolvência, essencialmente porque a compensação a que o trabalhador tem direito pela prestação da sua atividade se reporta a um período anterior à declaração judicial de insolvência, apesar de ser desencadeada por um ato ou facto que lhe é posterior (a cessação do contrato), além de importar observar um regime idêntico quanto a todos os trabalhadores que veem os seus contratos cessados, independentemente de acontecer mais cedo (antes da declaração de insolvência) ou mais tarde (depois da declaração de insolvência), em homenagem ao princípio da igualdade de tratamento, com relevo constitucional redobrado, em matéria retributiva.

No caso da compensação derivada da cessação dos contratos de trabalho celebrados posteriormente à declaração de insolvência (v.g., contratação de novos trabalhadores a termo) deve ser classificada como crédito sobre a massa insolvente, uma vez que é um crédito emergente de um ato de administração da massa insolvente realizado pelo administrador da insolvência - art.º 51º, n.º 1, al. c), do CIRE.

Posteriormente, caraterizámos as formas de tutela dos créditos do trabalhador (privilégios creditórios e FGS), aproveitando para analisar algumas questões doutrinárias e jurisprudenciais.

Quanto à primeira forma de tutela dos créditos do trabalhador (privilégios creditórios), referiu-se que os créditos do trabalhador emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação, gozam de um privilégio mobiliário geral e de um privilégio imobiliário especial.

No que se refere ao privilégio mobiliário geral laboral, concluímos que prevalece sobre todos os outros créditos com um privilégio mobiliário geral e mobiliário especial previstos no art.º 747º do CC, à exceção dos créditos por despesas de justiça (art.º 746º do CC), denotando um *favor legis*. No entanto, alertámos que esses privilégios mobiliários gerais não podem ser opostos a terceiros adquirentes das coisas por eles abrangidas, isto porque não assumindo tais privilégios mobiliários gerais a natureza de direitos reais, não incidem sobre coisa determinada, pelo que também não gozam da característica da sequela, própria dos direitos reais, ficando, deste modo, a tutela dos

créditos laborais (através dos privilégios mobiliários gerais) claramente enfraquecida face à prevalência dos direitos reais de terceiros.

No que respeita ao privilégio imobiliário especial, seguimos a posição abrangente adotada pela jurisprudência, que entende que o privilégio imobiliário especial deve incidir sobre todos os imóveis que sejam propriedade do empregador e utilizados na sua atividade empresarial, independentemente da localização do respetivo posto de trabalho, por considerarmos que é orientação que tutela melhor os interesses dos trabalhadores em presença. Isto porque, se, ao contrário, seguissemos a interpretação da doutrina que considera que o privilégio se reduz ao imóvel em que o trabalhador exerça a sua atividade, em termos práticos, o privilégio seria sempre afastado quando o trabalhador prestar a sua atividade em instalações arrendadas ou cedidas ao empregador, ou ainda quando exerça a sua atividade em regime de teletrabalho, o que conduziria ao enfraquecimento da importância da norma e a uma tutela desigual dos trabalhadores.

Alertámos para o caso especial, ou mesmo excecional, das empresas de construção civil que se dedicam à construção de imóveis para posteriormente os revenderem, que foi objeto do AUJ n.º 8/2016, que uniformizou jurisprudência no sentido de que os imóveis construídos por empresa de construção civil, destinados a comercialização, estão excluídos da garantia do privilégio imobiliário especial previsto no art.º 377º, n.º 1, al. b), do CT de 2003, esclarecendo ainda que apenas os créditos referentes à sede da empresa, bem como os escritórios e armazéns em que os trabalhadores exercem a sua atividade gozam deste privilégio.

Também sufragámos esta posição da jurisprudência uniformizadora, pois somos sensíveis ao argumento, que nos parece ponderoso, de que estes imóveis que se destinam a transação, revenda ou comercialização, pelo que não integram a organização empresarial estável da empresa.

Quanto à segunda forma de tutela dos créditos do trabalhador (o FGS), procedemos à sua caracterização, comparámos o regime nacional com o de outros Estados-membros (Espanha e Itália) e questionámo-nos sobre a figura da sub-rogação.

Assim, evidenciámos que o Fundo pretende atualmente assegurar o pagamento ao trabalhador de créditos emergentes do contrato de trabalho ou da sua violação ou cessação, traduzindo-se, na nossa opinião, numa tutela mais ampla dos créditos do trabalhador face ao regime anterior.



Pudemos ainda esclarecer que o Fundo só assegura o pagamento dos créditos que se vençam nos seis meses anteriores à propositura da ação, e com o limite máximo global equivalente a seis meses de retribuição, e ainda um limite máximo mensal correspondente ao triplo da retribuição mínima mensal garantida. Acresce que só assegura o pagamento desses créditos quando o pagamento lhe seja requerido pelo trabalhador até um ano a partir do dia seguinte àquele em que cessou o contrato de trabalho – cfr. art.º 2º, n.º 8, do NRFGS -, norma que foi recentemente considerada inconstitucional pelo TC, por considerar que esse prazo de caducidade era insuscetível de interrupção ou suspensão.

No respeitante à graduação dos créditos do Fundo, quando em concurso com os restantes créditos do trabalhador e não satisfeitos pelo Fundo, entendemos que, uma vez que o Fundo atua em substituição do empregador, a graduação deve ser párea, tal como a lei hoje o impõe.

Em suma, tendo em consideração investigação que realizámos e a análise a que procedemos ao longo deste trabalho, consideramos que o tema escolhido é de grande interesse prático e jurídico, tanto mais que, como vimos, as insolvências aumentaram ao longo dos anos, devido à crise económica portuguesa, e a insolvência de uma empresa tem uma enorme repercussão na vida pessoal e profissional dos seus trabalhadores e das suas famílias.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Obras:**

- Abrantes, José João, “*Efeitos da Insolvência do Empregador no Contrato de Trabalho*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013;
- Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial*, Volume I, 10.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2016;
- Amado, João Leal, *Contrato de Trabalho- Noções Básicas*, Almedina, Coimbra, 2016;
- Canotilho, J.J. Gomes e Moreira Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.<sup>a</sup> Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014;
- Conceição, Ana Filipa, “*Disposições Específicas da Insolvência de Pessoas Singulares no Código da Insolvência e Recuperação de Empresas*” in I Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2013;
- Cordeiro, António Menezes, *Direito Comercial*, 4.<sup>a</sup> Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Almedina, Coimbra, 2016;
- Correia, Miguel J. A. Pupo, com a colaboração de Tomás, António José e Paulo, Octávio Castelo, *Direito Comercial – Direito da Empresa*, 13.<sup>a</sup> Edição – Revista e Atualizada, Ediforum, Edições Jurídicas, Lda., Lisboa, 2016;
- Costeira, Joana, “*A Classificação dos Créditos Laborais*”, in I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, Coimbra, 2014;
- Costeira, Joana, *Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho: A Tutela dos Créditos Laborais*, Almedina, Coimbra, 2013;
- Costeira, Maria José, “*Classificação, Verificação e Graduação de Créditos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in I Congresso de Insolvência, Almedina, Coimbra, 2013;
- Epifânio, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2014;
- Epifânio, Maria do Rosário, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, Coimbra, 2015;
- Fernandes, António Monteiro, *Direito do Trabalho*, 18<sup>o</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2017;

- Fernandes, Francis Liberal, “*Transmissão do Estabelecimento e Oposição do Trabalhador À Transferência do Contrato: Uma Leitura do Art. 37.º da LCT Conforme o Direito Comunitário*”, in *Questões Laborais*, Ano VI, Coimbra Editora, Coimbra, 1999;
- Fernandes, Luís A. Carvalho, “*Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho Segundo o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in *Coletânea de Estudos Sobre a Insolvência*, *Quid Juris*, Sociedade Editora, Lisboa, 2009;
- Fernandes, Luís A. Carvalho, Labareda, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, *Quid Juris*, 2015;
- Ferreira, José Gonçalves, “*As Dívidas da Massa Insolvente e os Negócios Ainda não Cumpridos: Breves Notas a Propósito do Regime Legal*”, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, Almedina, Coimbra, 2014;
- Gomes, Júlio Manuel Vieira Gomes, *Direito do Trabalho*, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
- Gomes, Júlio Manuel Vieira, “*Nótula Sobre os Efeitos da Insolvência do Empregador Nas Relações de Trabalho*”, in *I Congresso de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2014;
- Henriques, Sérgio Coimbra, “*Os Trabalhadores Após a Sentença de Declaração de Insolvência do Empregador: Cessação dos Contratos de Trabalho E Qualificação dos Créditos Laborais*”, in *IV Congresso de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2017;
- Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, “*As Repercussões da Insolvência no Contrato de Trabalho*”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques*, Almedina, Coimbra, 2007;
- Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito da Insolvência*, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017;
- Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, *Garantias das Obrigações*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016;
- Leitão, Luís Menezes, *Direito do Trabalho*, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016;
- Leite, Jorge, *Direito do Trabalho*, Volume I, Serviços de Ação Social da U.C., Serviço de Textos, Coimbra, 2003;

- Leite, Jorge, *Direito do Trabalho*, Volume II, Serviços de Ação Social da U.C. – Serviços de Textos, Coimbra, 2004;
- Martinez, Pedro Romano e Ponte, Pedro Fuzeta da, *Garantias de Cumprimento*, 4.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2003;
- Martinez, Pedro Romano, “*Privilégios Creditórios*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Henrique Mesquita, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010;
- Martinez, Pedro Romano, *Da Cessação do Contrato*, 3.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2015;
- Martinez, Pedro Romano, *Direito do Trabalho*, 7.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2015;
- Martins, Alexandre de Soveral, *Estudos de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2018;
- Martins, Alexandre de Soveral, *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição Revista e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2017;
- Martins, Luís M., *Processo de Insolvência*, 4.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2016;
- Martins, Pedro Fortunato, *Cessação do Contrato de Trabalho*, 3.<sup>a</sup> Edição, Princípia Editora, Lda., Cascais, 2012;
- Monteiro, Leonor Pizarro, *O Trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2017;
- Oliveira, Nuno Manuel Pinto, “*O Direito da Insolvência e a Tendencial Universalidade do Direito Privado*” in IV Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2017;
- Peralta, Ana Maria, “*Os “Novos Créditos” no Per e SIREVE: Conceito e Regime*”, in III Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2015;
- Pinto, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.<sup>a</sup> Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2005;
- Pires, Miguel Lucas, “*A Amplitude e a (In)constitucionalidade dos Privilégios Creditórios dos Trabalhadores*”, in Questões Laborais, Ano XV, n.º 31, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;
- Pires, Miguel Lucas, “*Os Privilégios Creditórios dos Créditos Laborais*” in Questões Laborais, N.º 20, Ano IX, Coimbra Editora, Coimbra, 2002;

- Ramalho, Maria do Rosário Palma, “*Aspetos Laborais da Insolvência. Notas Breves Sobre as Implicações Laborais do Regime do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*”, in Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques, Almedina, Coimbra, 2007;
- Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II – Situações Laborais Individuais*, 5.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2014;
- Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III – Situações Laborais Coletivas*, 2.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2015;
- Rebelo, Amélia Sofia, “*A Aprovação e a Homologação do Plano de Recuperação*” in I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso, Almedina, Coimbra, 2014;
- Reis, João, “*Envolvimento e Participação dos Trabalhadores na Empresa*”, in Vinte Anos de Questões Laborais, Coimbra Editora, Coimbra, 2013;
- Santos, Filipe Cassiano dos, *Direito Comercial Português – Dos Atos de Comércio às Empresas, o Regime dos Contratos e Mecanismos Comerciais no Direito Português*, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
- Serra Catarina, “*Direito da Insolvência e Tutela Efetiva do Crédito – O Imperativo Regresso às Origens (Aos Fins) do Direito da Insolvência*”, in III Congresso de Direito da Insolvência, Almedina, Coimbra, 2015;
- Serra, Catarina, “*Para Um Novo Entendimento dos Créditos Laborais na Insolvência e na Pré-Insolvência*”, in Vinte Anos de Questões Laborais, Coimbra Editora, Coimbra, 2013;
- Serra, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Almedina, Coimbra, 2018;
- Serra, Catarina, *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4.<sup>a</sup> Edição, Almedina, 2010;
- Serra, Catarina, *O Regime Português da Insolvência*, 5.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2012;
- Vasconcelos, Joana, “*Insolvência do Empregador e Contrato de Trabalho*”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Henrique Mesquita, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010;
- Xavier, Bernardo da Gama Lobo, *Manual de Direito do Trabalho*, 2.<sup>a</sup> Edição, Verbo, Lisboa, 2014.

**Artigos Eletrónicos:**

- “*El Fondo de Garantía Salarial (FOGASA)*”, Ministerio de Trabajo e Inmigración, *in*  
[http://www.emplea.universia.es/informacion/dcho\\_laboral/fondo\\_garantia/fogasa/](http://www.emplea.universia.es/informacion/dcho_laboral/fondo_garantia/fogasa/),  
acedido e consultado em 30-7-2018;
- Anacoreta, José Pedro e Costa, Rita García e, “*Prevalência de Créditos Laborais Face À Hipoteca?*”, *in*: Actualidad Jurídica Uría Menéndez, 2008, disponível em  
<file:///C:/Users/User/Desktop/JosPedrAnacoreta&outro%20-%20Prevalência%20dos%20créditos%20laborais%20face%20à%20hipoteca.pdf>,  
acedido e consultado em 15-08-2018;
- Carreira, Mónica Marisa Marques, “*O Tratamento dos Créditos Laborais no Direito Insolvencial*”, Leiria, 2016, pp. 71, dissertação disponível em  
[https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1997/1/M%C3%B3nica%20Marisa%20Carreira\\_MSO.pdf](https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1997/1/M%C3%B3nica%20Marisa%20Carreira_MSO.pdf),  
accedida e consultada em 30-07-2018;
- *Fundo de Garantia Salarial*, Economias, *in* <https://www.economias.pt/fundo-de-garantia-salarial>,  
acedido e consultado em 02-07-2018;
- *Guia Prático do Fundo de Garantia Salarial*, Instituto da Segurança Social, I.P, 2017, pp. 4 e 5 *in*  
[file:///C:/Users/User/Desktop/Guia%20Prático%20Fundo%20de%20Garantia%20Salarial%20\(FGS\)%20-%202017.pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/Guia%20Prático%20Fundo%20de%20Garantia%20Salarial%20(FGS)%20-%202017.pdf),  
acedido e consultado em 20/08/2018;
- Martín, Eloy Romero, “*El Fondo de Garantía Salarial, Antecedentes y Las Últimas Reformas*”, 2013, *in* <http://noticias.juridicas.com/conocimiento/articulos-doctrinales/4829-el-fondo-de-garantia-salarial-antecedentes-y-las-ultimas-reformas/>,  
acedido e consultado em 30-07-2018;
- Martins, David Carvalho e Louro, Rita dos Reis, “*A Construção Civil e Os Créditos Laborais*”, *in*: O Jornal Económico, 22 de Abril de 2016, presente em  
<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/construcao-civil-os-creditos-laborais-53482>,  
acedido e consultado em 31-08-2018;
- Observatório Raciús – Estatísticas Sobre Mundo Empresarial em Portugal *in* <https://www.racius.com/observatorio>,  
acedido e consultado em 27-11-2018;

## **Jurisprudência:**

### **Tribunal de Justiça Europeu:**

- Acórdão do Tribunal de Justiça Europeu, proferido no processo C-51/00 (Temco), de 24-01-2002, *in* <http://curia.europa.eu>, acedido e consultado em 21-05-2018;
- Acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu, proferido nos processos C-132/91, C-138/91 e C-139/91 (katsikas), de 16-12- 1992, *in* <http://curia.europa.eu>, acedido e consultado em 21-05-2018.

### **Tribunal Constitucional:**

- Acórdão do Tribunal Constitucional, 1.<sup>a</sup> Secção, proferido no processo n.º 555º/2017, de 27-06-2018, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Teles Pereira, *in* <http://jusnet.wolterskluwer.pt/Content/DocumentMag.aspx?params=H4sIAAAAAAABAEAMtMSbH1CjUAAmMzY3NzU7Wy1KLizPw8WyMDQwsDMYnzkEBmWqVLfnJIZUGqbVpiTnEqAAjQeL01AAAAWKE>, acedido e consultado em 18-10-2018.

### **Supremo Tribunal de Justiça:**

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 1385/13.4TJCBR-H.C1.S1, de 30-05-2017, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro José Rainho, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04- 2018;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 4118/15.7T8CBR-B.C1.S1, de 30-05-2017, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Paula Boularot, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 616/13.5TJVNf-L.G1.S1, de 28-03-2017, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Paula Boularot, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 1444/08.5TBAMT-A.P1.S1-A, de 23-03-2016, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Pinto de Almeida, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018;
- Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 8/2016 no Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 74 — 15 de abril de 2016 — *vide* <file:///C:/Users/User/Desktop/AUJ%20S.T.J.%208-2016,%2015.04%20-%20Uniformiza%20jurisp%20->

%20privilégio%20imobiliário%20especial%20dos%20trabalhadores,%20no%20CT2003%20-%20imóveis%20de%20constr.%20civil%20onde%20trab.pdf (ou em <http://dre.pt>), acedido e consultado em 28-08-2018;

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 212/14.0TBACN.E1.S1, de 24-11-2015, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro José Raínho, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 292/13.5TTCLD.C1.S1, de 08-10-2015, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Ana Luísa Gerales, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 590/12.5TTLRA.C1.S1, de 03-12-2014, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Mário Belo Morgado, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 1164/08.0TBEVR-D.E1.S1, de 20-10-2011, relatado pelo Dr. Juiz Conselheiro Alves Velho, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-06-2018;
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 05S164, de 29-06-2005, relatado pela Dra. Juíza Conselheira Laura Leonardo, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 21-05-2018.

#### **Tribunal Central Administrativo do Sul:**

- Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, proferido no processo n.º 3462/15.8BESNT, de 01-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Helena Canelas, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-11-2018.

#### **Tribunal da Relação:**

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, proferido no processo n.º 1165/12.4TBVNO-E.E1, de 28-06-2018, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Tomé de Carvalho, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 7899/16.7T8CBR-C.C1, de 21-02-2018, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Arlindo Oliveira, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018;



- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 227-16.3T8VFC-G.L1-6, de 23-11-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador António Santos, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 16-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 4255/15.8T8LRA.C1, de 17-11-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Ramalho Pinto, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 1535/17.1T8CBR.C1, de 02-08-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Fernando Monteiro, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 06-12-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 3974/16.6T8CBR.C1, de 30-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Paula do Paço, *in* <http://dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 644/13.0TTGMR.G1, de 28-06-2017, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Alda Martins, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 2351/15.0T8AVR-C.P1, de 26-06-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Nelson Fernandes, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, proferido no processo n.º 750/11.6TBVRS-F.E1, de 23-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Rui Machado e Moura, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 2501/15.7T8CSC.L1-4, de 22-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Alves Duarte, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 2710/16.1T8 VIS.C1, de 07-03-2017, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador António Domingos Pires Robalo, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 14-11-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 173-09.7TCFUN-A.L1-6, de 14-07-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Teresa Pardal, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 353/09.5TBSXL-B.L2-2, de 14-07-2016, relatado pela Dra. Juíza

Desembargadora Teresa Albuquerque, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018;

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 286/16.9T8BRR-B.L1-2, de 07-07-2016, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Jorge Leal, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 814.14.4TJVNf-F.G1, de 15-03-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Isabel Rocha, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 6034/13.8TBBRG-I.G1, de 14-01-2016, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Purificação Carvalho, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 2731/11.0TBBRG-E.G1, de 17-09-2015, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Fernando Fernandes Freitas, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 72/12.5TBVRL-AH.G1, de 09-07-2015, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Heitor Gonçalves, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 12-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 857/09.0TBVFR-I.P1, de 16-09-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador João Diogo Rodrigues, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 5/13.1T4AGD.C1, de 03-04-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Jorge Loureiro, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-12-2017;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 106/11.0TBAMM-L.P1, de 17-02-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Correia Pinto, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 26-05-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 365/13.4.TBMTS.P1, de 03-02-2014, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Manuel Domingos Fernandes, in <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-11-2017;

- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 680/09.1T2AVR-G.C1, de 05-03-2013, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria José Guerra, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 1264/05.9TBFLG-AG.G1, de 27-02-2012, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Rosa Tching, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1, de 14-02-2012, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Henrique Antunes, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-07-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 1132/10.2TBBCL-D.G1, de 03-05-2011, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Rosa Tching, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 08-04-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 480/08.6TBCTB-E.C1, de 22-03-2011, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Falcão de Magalhães, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 562/09.7T2AVR-P.C1, de 14-07-2010, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Barateiro Martins, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 30-06-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 147/08.5TBLSD-D.P1, de 14-07-2010, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria de Deus Correia, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 1/08.0TJVNF-L.S1.P1, de 06-07-2010, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Sílvia Pires, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 29-06-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 269/07.0TYVNG-O.P1, de 18-06-2009, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Maria Catarina, *in* <https://jurisprudencia.csm.org.pt>, acedido e consultado em 26-05-2018;

- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 0827363, de 17-02-2009, relatado pelo Dr. Juiz Desembargador Cândido Lemos, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 01-08-2018;
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 2442/2005-6, de 14-04-2005, relatado pela Dra. Juíza Desembargadora Fátima Galante, *in* <http://www.dgsi.pt>, acedido e consultado em 17-11-2017.